



# Instituto Politécnico de Tomar

**Escola Superior de Gestão de Tomar**

**Gonçalo José Santos Silva**

## **AUDITORIA FORENSE: NECESSIDADES ATUAIS E FUTURAS**

Dissertação de Mestrado

Orientado por:

Doutor Bruno José Machado de Almeida – Instituto Politécnico de Tomar

Dissertação apresentada ao Instituto  
Politécnico de Tomar para cumprimento  
dos requisitos necessários à obtenção ao  
grau de Mestre em Auditoria e Análise  
Financeira



## Resumo

A fraude é uma realidade da vida das empresas e dos serviços, quer em Portugal, quer a nível global, com a qual têm que lidar e contra a qual têm que lutar. As instituições e a sociedade tendem a responsabilizar a deteção e a prevenção aos auditores, mesmo não se encontrando estes, aptos a desenvolver tais tarefas. Deparamos com a *audit expectation gap* (diferença de expectativas em relação à auditoria) que tem levado os interessados e as entidades responsáveis a repensar os papéis dos auditores internos e dos auditores externos. Poderemos afirmar que a génese da auditoria forense assenta em dois vectores, i.e., quer na diferença de expectativas anteriormente referida, quer por outro lado na especialização cada vez maior da auditoria financeira. Verificamos que em Portugal, o XVIII Governo Constitucional deu continuidade ao plano de combate à corrupção e à fraude e evasão fiscais, embora um conjunto de lacunas continue por preencher e um longo caminho continue por percorrer no âmbito de um país mais equitativo e justo.

**Palavras-chave:** Auditoria forense, diferenças de expectativas, triângulo da fraude, 8ª Diretiva do Parlamento Europeu e do Conselho, Lei Sarbanes-Oxley.

## Abstract

Fraud is a fact of life for businesses and services, both in Portugal and globally, with which they have to deal with and against they have to fight. Institutions and society tend to blame the detection and prevention auditors, not even finding these, able to develop such tasks. Faced with the audit expectation gap (difference in expectation in relation to the audit) that has led stakeholders and responsible authorities to rethink the role of internal auditors and external auditors. We may say that the genesis of forensic audit based on two vectors, ie, whether the aforementioned difference in expectations or otherwise increasing specialization in the financial audit. We Found that in Portugal, the XVIII Constitutional Government continued its plan to fight corruption and tax evasion and fraud, although a number of gaps remained unfilled and still a long way to go as part of a more equitable and fair.

**Key-words:** Forensic audit, expectation gap, triangle of fraud, 8<sup>th</sup> Directive of European Parliament and Council, Sarbanes-Oxley Act.

# Índice

<b>Resumo</b>	<b>3</b>
<b>Abstract</b>	<b>4</b>
<b>Introdução</b>	<b>9</b>
<b>CAPÍTULO I – “Auditoria Financeira – A génese da Auditoria Forense”</b>	<b>12</b>
1.1 – Evolução da Sociedade e da Auditoria Financeira	12
1.2 – Diferenças de Expetativas – Responsabilidade Social da Profissão	13
1.3– Papel dos Organismos Internacionais	16
<b>CAPÍTULO II – “Auditoria Forense – Introdução à fraude”</b>	<b>18</b>
2.1 – A afirmação da Auditoria Forense	18
2.1.1 – Caso Específico dos Estados Unidos	25
2.1.2 – Europa – Alguns casos específicos	28
2.1.3 – Portugal – Panorama presente e expetativas futuras	31
2.2 – Qualidades do auditor forense	32
2.3 – Diferenciação entre Erro e Fraude	36
2.4 – O papel do auditor financeiro face à fraude	42
2.5 – O papel do auditor interno face à fraude	44
<b>CAPÍTULO III – “Outros tipos de fraudes”</b>	<b>47</b>
3.1 – Fraude Fiscal	47
3.2 – Fraude em ambiente Informático	50
3.3 – Fraude no Setor Empresarial do Estado e no Setor Público	52
3.4 – Fraude no Setor Financeiro	56
<b>CAPÍTULO IV – “Prevenção da fraude”</b>	<b>61</b>
4.1 – Cálculo do risco de fraude	61
4.2 – O papel do Corporate Governance na prevenção da fraude empresarial	67
4.3 – Conselho de Prevenção da Corrupção	69
<b>CAPÍTULO V – “Detecção de fraudes”</b>	<b>70</b>
5.1 – Dificuldades na detecção de fraudes	70
<b>CAPÍTULO VI – “Conclusões”</b>	<b>74</b>
<b>Bibliografia</b>	<b>76</b>

## Índice de imagens

- Imagem 1 - Principais pontos de divergência entre auditoria financeira e auditoria forense
- Imagem 2 - Matriz de risco em auditoria forense com base em *red flags*
- Imagem 3 - Legislação Norte Americana.
- Imagem 4 - Capacidades do auditor forense.
- Imagem 5 - Necessidade de formação e credenciação dos auditores forenses
- Imagem 6 - Procedimentos de auditoria forense.
- Imagem 7 - Investigação contabilística.
- Imagem 8 - Diferenciação entre fraude e erro
- Imagem 9 - Triângulo da fraude
- Imagem 10 - Oportunidades e incentivos à prática de fraudes
- Imagem 11 - Autores de fraude
- Imagem 12 - Auditoria interna: velho paradigma vs. novo paradigma
- Imagem 13 - Evolução da eficiência fiscal em Portugal (2004 – 2010)
- Imagem 14 – Tipos de crime que deram origem a processos de inquérito em 2010
- Imagem 15 - Âmbito e dimensões da auditoria aos sistemas de informação
- Imagem 16 - Corrupção e fraudes conexas
- Imagem 17 - Risco de fraude no setor público e setor empresarial do estado
- Imagem 18 - Impacto dos custos na prevenção de branqueamento de capitais e do financiamento do terrorismo
- Imagem 19 - Impacto dos requisitos regulamentares no setor bancário
- Imagem 20 - Estimativa de prejuízos financeiros em Portugal decorrente de fraudes
- Imagem 21 - Plano de prevenção e deteção de fraudes.
- Imagem 22 – Abordagem do risco
- Imagem 23 – Definição de patamares de materialidade em auditoria.
- Imagem 24 – Cubo COSO – ERM
- Imagem 25 – Conceito de corporate governance.
- Imagem 26 – Métodos utilizados para cometer fraude

## Lista de abreviaturas e siglas

AAA – American Accounting Association  
ACFE – Association of Certified Fraud Examiners  
ACFEI – American College of Forensic Examiners Institute  
AI – Auditoria Interna  
AICPA – American Institute of Certified Public Accountants  
BCBS – Basel Committee on Banking Supervision  
BCP – Banco Comercial Português  
BdP – Banco de Portugal  
CCSA – Certification in Control Self-Assessment  
CFA – Certified Forensic Accountants  
CFO – Chief Financial Officer  
CFSA – Certified Financial Services Auditor  
CFE – Certified Fraud Examiners  
CGAP – Certified Government Auditing Professional  
CMVM – Comissão do Mercado de Valores Mobiliários  
CNSF – Conselho Nacional de Supervisores Financeiros  
CIA – Certified Internal Auditor  
CISA - Certified Information Systems Auditor  
CobiT - Control Objectives for Information and related Technology  
COSO – Committee of Sponsoring Organizations on the Treadway Commission  
CPA – Certified Public Accountant  
CPC – Código do Processo Civil  
CSC – Código das Sociedades Comerciais  
EBA – European Banking Authority  
EDPAA - Electronic Data Processing Auditors Association  
ERM – Enterprise Risk Management  
IAS – International Accounting Standards  
IASB – International Accounting Standards Board  
IFAC – The International Federation of Accountants  
IIA – The Institute of Internal Auditors  
INE – Instituto Nacional de Estatística  
ISQC – International Standard on Quality Control

JFA – Journal of Forensic Accounting

NAA – National Association of Accountants

OCDE – Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Económico

OLAF – Organismo Europeu de Luta Antifraude

PCAOB - Public Company Accounting Oversight Board

RGICSF – Regime Geral das Instituições de Crédito e Sociedades Financeiras

SAS – Standard of Auditing Standards

SOA – Sarbanes-Oxley Act

SEC – Securities and Exchange Commission

SI – Sistemas de Informação

TC – Tribunal de Contas

TCSEC - Trusted Computer System Evaluation Criteria

UE – União Europeia



## Introdução

A auditoria, enquanto disciplina, desde o seu início tem tido uma evolução constante, de acordo com a sociedade e com as exigências que esta lhe impõe. O resultado das sucessivas fraudes, verificadas desde o início do presente século, repercutiu-se na confiança dos mercados, dos agentes e sobretudo da sociedade, que tem virado os focos de atenção para a auditoria, adotando um perfil mais exigente e atento à realidade da fraude, nomeadamente nos Estados Unidos, repercutindo-se também em Portugal.

Quanto mais informados os cidadãos acerca desta realidade, maior a pressão junto das entidades oficiais para prevenir e combater futuras ocorrências, o que tem levado a sucessivas alterações legislativas nos últimos anos.

Por todos é reconhecida a função dos auditores e o facto de no horizonte da auditoria se encontrar sempre a problemática da fraude, contudo, a auditoria financeira, dado o seu objeto, metodologia de trabalho e o próprio quadro legal, apresenta limitações que a sociedade exige serem supridas, gerando-se assim a diferença de expectativas entre o que a função oferece à sociedade e o que a sociedade espera da auditoria e dos auditores.

Como será abordado no primeiro capítulo deste estudo, verifica-se que já coube à auditoria o papel primário pela deteção de fraudes, papel que lhe foi gradualmente diminuído com o decorrer do tempo, tendo o mesmo sido assumido pelos responsáveis pela gestão, ficando a auditoria com um papel secundário. Se atentarmos, como já referido, no objeto da auditoria e no quadro legal e normativo, devemos questionar se realmente faz sentido neste momento que a auditoria financeira seja a responsável primária pela deteção da fraude.

Assim os objetivos deste estudo são os seguintes:

- Demonstrar que a resposta à diferença de expectativas deve ser urgente;
- Deve surgir uma classe profissional cujo objeto primário seja de facto detetar fraudes, com formação apropriada, em áreas como o direito, informática, criminologia e investigação criminal, exercendo essa função em regime obrigatório de exclusividade, com rigor, capacidade, transparência e reconhecidas qualidades técnicas, que deve ser acompanhada de um quadro normativo apropriado, permitindo assim a atuação na ótica pró-ativa e na ótica reativa.
- Dar a conhecer a resposta dada especificamente em alguns países a esta realidade, nomeadamente nos Estados Unidos, na Europa e em particular, em Portugal tentando assim contribuir para um panorama futuro da realidade portuguesa.
- Caracterizar a realidade da auditoria forense em Portugal, cuja atividade não se encontra reconhecida enquanto profissão e devido a isso também não se encontra regulamentada.
- O panorama presentemente vivido, conjugado com a necessidade de auditores forenses para apoio ao sistema judiciário, em matérias que estes não dominam, uma vez que não têm formação apropriada na área, conjugado com os objetivos anteriormente descritos motivou a necessidade da elaboração deste trabalho.

Desta forma, a estrutura do estudo é a seguinte:

O primeiro capítulo visa enquadrar a função de auditoria financeira na sociedade e demonstrar que a evolução de ambas conduziu à diferença de expectativas, sendo este o ponto de partida do desenvolvimento deste estudo e que vai guiar todo o trabalho. De seguida, no segundo e terceiro capítulos será abordada de forma bastante pormenorizada

o tema da fraude, dando alguma definições, enquadrando esta problemática, evolução até ao panorama presente, nos Estados Unidos, na Europa e em Portugal em particular, apontando possíveis soluções futuras para a nossa sociedade e o papel dos auditores face à ocorrência de fraudes. O quarto capítulo, uma vez que este trabalho visa especificamente tratar a problemática da fraude, encontra-se dedicado pormenorizadamente aos caminhos para a prevenção da mesma, bem como aos organismos que desenvolvem atividade nesta área. Assim, o capítulo 5 trata as dificuldades da prevenção e do combate à fraude. Por último o sexto capítulo visa reunir as principais conclusões da elaboração deste estudo, indicando a contribuição do mesmo e apontar futuras linhas de investigação.

## Revisão de Literatura

O grosso de literatura acerca do tema da auditoria forense e da fraude surgiu na década de 90 do séc. XX, refletindo a alteração da percepção que a sociedade tem acerca do tema e também a própria evolução da mesma. O número de artigos científicos acerca deste tema teve também uma evolução exponencial, tendo sido escritos “guias” para conduzir a atuação dos auditores e visando definir o próprio termo de auditoria forense, veja-se neste âmbito, Cohen *et al*, (1996); Golden *et al*, (2005); Nehim e Dunh, (2005); Wells, (2005); Rezae *et al*, (2004); Manning, (2005).

Quanto à literatura educacional, verifica-se que a mesma se centra em estudos desenvolvidos por prestigiadas Universidades e investigadores ligados às mesmas, tendo algumas Universidades, nomeadamente nos Estados Unidos integrado disciplinas de auditoria forense nos seus currículos de licenciatura, mas sobretudo ligados ao segundo ciclo de mestrados. Verifica-se também programas de faculdades inteiramente dedicados ao tema da fraude e da auditoria forense, salientando-se Buckhoff e Schrader, (2000); Peterson e Reider, (2001); Rezae *et al*, (2004).

Ao mesmo tempo, verifica-se que diversos autores se começam a questionar acerca das qualidades e *skills* que os auditores forenses devem apresentar, para conseguir desenvolver um trabalho de qualidade, com rigor e transparência, sendo de referir Cohen *et al*, (1996); Harris e Brown, (2000); Messmer, (2004); Ramaswamy, (2005); DiGabrielle, (2008). Este último realizou um estudo de opinião, tendo auscultado, profissionais, utilizadores da informação financeira e académicos, com o objetivo de definir as qualidades e *skills* que os auditores deveriam apresentar. O estudo de DiGabrielle, (2008) conseguiu assim concluir que os 3 grupos visados discordam quanto aos atributos de conhecimento e técnica mas estão de acordo quanto aos *skills* de *performance*. Os resultados também demonstraram que académicos e profissionais valorizam mais os *skills* de contabilidade forense do que os utilizadores.

Por último importa salientar as credenciações de profissionais, com maior ênfase para o território norte-americano, onde a AICPA, reconhece a função de auditores, através da frequência de cursos aí lecionados.

Assim o presente estudo, visa (1) contribuir para uma solução que seja viável na nossa sociedade, que mitigue a diferença de expectativas atualmente entre o que a sociedade espera da função dos auditores financeiros e o que estes profissionais podem oferecer e (2) contribuir para clarificar o papel de uma futura classe de profissionais, que possa apoiar o sistema judiciário e o sistema fiscal, numa sociedade onde o risco da ocorrência de fraude seja diminuto.

## CAPÍTULO I – “Auditoria Financeira – A génese da Auditoria Forense”

*“Urge assim definir uma linha de orientação que, na atual realidade socioeconómica, se assuma como uma opção efetivamente eficaz”.*

### 1.1 – Evolução da Sociedade e da Auditoria Financeira

Os primeiros registos históricos de auditoria não são precisos, mas são contudo, longínquos. Desde a época em que se deu início a atividades económicas que surgiu a necessidade de ter uma figura que as supervisionasse. Alguns autores referem que os primeiros registos apontam para o antigo Egito, uma vez que existia a necessidade de validar as atividades praticadas, assim como a verificação de registos e o controlo da recolha de impostos e dos armazéns dos faraós. Também na Grécia surgem relatos com as inspeções nas contas dos funcionários públicos. Mais tarde, em 1800 a.c., existem referências bíblicas relacionadas com controlos internos e auditorias efectuadas sem aviso prévio. Em 1314, surge pela primeira vez o cargo de auditor, criado em Inglaterra, devido ao seu desenvolvimento económico, proveniente da colonização dos Estados Unidos e do Canadá, onde veio a ser o berço, posteriormente da revolução industrial e do capitalismo, verificou-se um enorme impulso económico com o uso de indústrias de capital intensivo, o que se traduziu num impulso enorme da profissão. Foi também em Inglaterra, que se verificou a publicação das primeiras normas de relato financeiro e também de auditoria, com o objetivo de responder às necessidades criadas pelo aparecimento de grandes empresas. Com o crescimento verificado, surge a figura do auditor com a missão de zelar pela transparência da gestão e detectar incongruências. Assim, em 1854, procedeu-se à criação da *the society of accountants in Edinburgh*, que no século XX, já em 1951 deu origem ao *the institute of chartered accountants of Scotland*, designação atualmente em vigor, que foi o primeiro organismo de cariz mundial de contabilistas profissionais e auditores. Nos Estados Unidos, em 1887, foi criado o *American institute of accountants*, atualmente designado de *American institute of certified public accountants (AICPA)*, o qual em 1917, emanou os seus primeiros documentos sobre auditoria e em 1948 as normas de auditoria geralmente aceites, sendo atualmente o organismo internacional de maior relevo na área.

De acordo com Costa, (2010), ainda no século XIX, em virtude da revolução industrial, surgiu a necessidade da procura por auditores para dar confiança às contas das indústrias. Também ao nível das contas públicas dos Estados começou a surgir a necessidade de examinação por parte de auditores, designados de funcionários financeiros, que validavam o rigor aritmético. Por vezes, estas eram certificadas por auditores especialmente designados para o efeito, ou ainda (a partir de 1934) por um auditor do tesouro, cargo criado para o efeito.

No final do século XX, a União Europeia prepara um conjunto de documentos relacionados com auditoria, dos quais se salientam os mais importantes: livro verde da auditoria (1996), o controlo da qualidade das auditorias na União Europeia, com a publicação da ISQC 1 (Recomendação de 2000).

Já no século XXI, em 2002 verificou-se a publicação da *Sarbanes-Oxley Act (SOA)* que visa a proteção dos investidores e dar transparência, quer aos atos da gestão

das empresas quer aos actos de auditoria e de consultoria às mesmas, através da criação do *public company accounting oversight board (PCAOB)*. A publicação desta Lei surge como reação a uma série de escândalos financeiros que se verificaram no início do século e que culminaram com diversas falências de empresas, nomeadamente os casos Enron (Arthur Andersen), ou Worldcom, ou ainda na Europa, o caso da Parmalat. Em parte pode-se afirmar que estas ocorrências se deveram também à fase em que os Estados Unidos se encontravam em matéria de auditoria, quer no que respeita ao desenvolvimento da atividade, quer no que respeita ao desenvolvimento da profissão. A globalização das economias e dos mercados a um ritmo cada vez mais acelerado obriga a uma maior harmonização nomeadamente das contas e da sua certificação. Assim, na Europa, em resposta à lei publicada nos Estados Unidos é publicada em 16 de maio de 2002 uma recomendação da Comissão Europeia, sobre a independência dos R.O.C. na União e posteriormente, a 17 de Maio de 2006 a Diretiva 2006/43/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, relativa à revisão legal das contas anuais e consolidadas. Em 2010 e 2011, uma nova série de escândalos financeiros (adiante abordados) põem à prova a profissão que levanta um novo paradigma e prevê uma alteração na abordagem dos trabalhos de auditoria.

## 1.2 – Diferenças de expetativas – responsabilidade social da profissão

O objetivo primordial de uma auditoria<sup>1</sup> assenta, segundo Arens e Loebbecke, (2000) no facto das demonstrações financeiras refletirem de forma verdadeira e apropriada a situação económica e financeira da estrutura auditada, atribuindo credibilidade às demonstrações. Sem a criação de juízos pessoais e de valor devem os auditores expressar a sua opinião isenta de preconceitos e profissional acerca das peças contabilísticas auditadas, de forma a servir de interlocutor entre a estrutura auditada e os stakeholders. Contudo, por vezes, espera a sociedade, bem como os restantes interessados que os auditores, devido ao seu acesso privilegiado à informação, consigam detetar a prática de atos ilegais<sup>2</sup>. As diferenças de expetativas em auditoria têm vindo a afetar os profissionais do ramo, com incidência crescente nos últimos anos, sendo responsáveis por algum ambiente de descontentamento, crítica e litígio com a sociedade. De acordo com os atuais normativos em vigor, verifica-se uma *expectation gap*<sup>3</sup> ou diferença de expetativas entre as funções dos auditores na realização do seu trabalho e entre o que a sociedade espera dos resultados obtidos. Hassink *et al*, (2009) abordam este tema em três patamares: 1) “desempenho deficiente”, quando os auditores não cumprem as matérias dispostas nos normativos; 2) “expetativas não razoáveis”, uma vez que a auditoria financeira se baseia num processo sistemático e não tem como principal objetivo a deteção de fraude e esta por outro lado assume um carácter não

<sup>1</sup> O termo *auditoria* provém do latim “*audire*”, que significa ouvir, pelo que *Auditor*, provém de “*auditor*” que significa ouvinte.

<sup>2</sup> Segundo o A.I.C.P.A. um ato ilegal é definido da seguinte forma: “violações de leis ou regulamentos governamentais. Atos ilegais de clientes são atos atribuíveis à entidade cujas demonstrações financeiras estão a ser alvo de auditoria, ou aos gestores ou empregados agindo em nome dessa entidade. Nos atos ilegais de clientes não estão incluídas as más condutas por parte do pessoal que não tenham nenhuma relação com as atividades empresariais”.

<sup>3</sup> Termo Anglo-Saxónico da terminologia utilizada por Harris e Marxen, que se refere à diferença de expetativas entre o atual papel dos auditores financeiros e o papel que a sociedade espera da sua profissão.

sistemático; 3) “deficiência nas normas”, a sociedade espera o que não se encontra transcrito nas normas de auditoria. Se por um lado, os auditores defendem a sua posição com base nos normativos internacionais e nas responsabilidades que têm sido solicitadas, por outro lado, a sociedade tem vindo a sentir uma cada vez maior necessidade do alargamento do âmbito das suas funções, ou por outro lado, a criação de uma figura que cumpra os requisitos necessários. No início do século XXI, com o caso Enron, ou o caso Worldcom, entre outros, ou ainda mais recentemente com casos a envolver indícios de fraude<sup>4</sup> no setor financeiro com a falência do Lehmann Brothers nos Estados Unidos, ou em Portugal nos casos do BPP, ou do BCP, onde algumas pessoas perderam todas as suas poupanças, a verdade é que embora as responsabilidades a imputar não sejam aos auditores, a imagem da profissão tem saído um pouco diminuída na sequência desses casos, em virtude das expectativas que a sociedade tem criadas acerca da profissão dos auditores. De facto, o papel do auditor financeiro não passa pela deteção de erros ou fraudes, contudo o seu trabalho deverá estar programado para, caso estas existam serem detetadas nas suas análises. A forma como alguns governos combateram este tipo de situações foi com o aumento da regulamentação de determinados setores. Na visão anglo-saxónica, “a fraude é vista como um problema de resolução prioritária no mundo dos negócios”. Na opinião do autor, analisando obviamente o rácio custo/benefício, deverá em Portugal, no seguimento do que já acontece noutros países, nomeadamente europeus, caso de Espanha, considerar-se a criação de equipas de auditores especializados na deteção e seguimento de fraudes, com vista a assinalar atempadamente situações potenciadoras de graves desequilíbrios económicos e financeiros, vulgo auditores forenses. Na sua obra intitulada “Auditoria Financeira – Teoria & Prática”, Costa, (2010) defende a posição acima assumida e define a auditoria forense (*forensic audit*) como “forma de responder a aspetos legais relacionados com as matérias contabilísticas. Trata-se, então, de uma especialização da auditoria financeira direcionada primordialmente para a investigação e deteção de atos ilegais cometidos pelos órgãos de governação e/ou gestão das empresas ou por trabalhadores das mesmas e que possam afetar as demonstrações financeiras das empresas em causa”. A imagem seguinte demonstra os principais pontos de divergência verificados entre a auditoria financeira e a auditoria forense:

---

<sup>4</sup> Segundo Wells, (2004), a fraude não é um problema de auditoria ou da contabilidade, mas acima de tudo um problema social, que deve ser tratado como tal.

Imagem 1: Principais pontos de divergência entre auditoria financeira e auditoria forense. Elaboração própria.

<i>Descrição</i>	<i>Auditoria Financeira</i>	<i>Auditoria Forense</i>
<b>OBJETIVO</b>	- Expressão de uma opinião profissional e independente acerca das demonstrações financeiras, com base em prova suficiente e adequada, com vista a aumentar o grau de confiança dos utilizadores da informação financeira <sup>5</sup> ;	- Determinar a exatidão das demonstrações financeiras e a isenção de fraudes; - Combater a fraude e a corrupção, identificando os responsáveis por essas ações e informar as entidades responsáveis; - Evitar a impunidade e apoiar a justiça na sua atuação mais célere e rigorosa em esquemas de crime organizado, lavagem de dinheiro, financiamento de atividades ilícitas; - Dissuadir a fraude e a corrupção, promovendo a responsabilidade e a transparência; - Dar credibilidade às instituições e aos colaboradores das instituições, reportando situações fraudulentas e corruptivas aos superiores das instituições.
<b>ELEMENTOS DA EQUIPA</b>	- Número reduzido de elementos;	- Número elevado de elementos;
<b>TÉCNICAS</b>	- Procedimentos de controlo e procedimentos substantivos;	- Análise das tendências passadas em profundidade e verificação das transações selecionadas;
<b>PERÍODO</b>	- Normalmente as transações do período contabilístico;	- Sem limitações. As demonstrações devem ser analisadas desde o início;
<b>CONTAS FORA DO BALANÇO</b>	- Utilização de procedimentos de controlo e validação aritmética;	- Análise da regularidade e propriedade das transações, onde são analisados os contratos;
<b>RELAÇÃO COM A FRAUDE</b>	- A possibilidade da ocorrência de fraudes torna-se importante na fase de planeamento dos trabalhos de campo, quanto à sua fase de desenvolvimento, o auditor vai recolhendo prova dos factos com indícios de fraude e, se a distorção nas df's assumir materialidade relevante, deve relatar esses factos à gestão cimeira da empresa e às autoridades competentes (Ministério Público);	- Objetivo da auditoria forense;
<b>QUALIDADES DOS TÉCNICOS</b>	- Educação, treino e experiência de acordo com a validação dos princípios contabilísticos geralmente aceites, bem como a sua aplicação, conhecimentos fiscais, e o conhecimento geral do negócio.	- Cálculo de impactos económicos, - Investigação de fraudes bancárias, insolvências e recuperações de empresas, - Forensic analytics, - Conhecimentos forenses, - Lei familiar, - Capacidades de avaliação, - Capacidade de prevenção e deteção de fraudes e respostas.
<b>DESCOBERTA DE INDÍCIOS DE FRAUDE (se aplicável)</b>	- Expressão de uma opinião negativa ou qualificada, com/sem quantificação;	- Determinação legal da ocorrência e nomeação dos autores dos factos ocorridos.

<sup>5</sup> Definição do IFAC, na ISA 200 (redação de 2009) – *Overall objectives of the independent auditor and the conduct of the audit in accordance with international standards on auditing* (objetivos globais do auditor independente e a execução de uma auditoria de acordo com as normas internacionais de auditoria).

### 1.3– Papel dos organismos internacionais

A nível internacional existem uma série de organismos que têm um papel bastante ativo no desenvolvimento e na regulamentação da atividade de auditoria e dos auditores e ainda na prevenção e no combate à fraude nas mais diversas áreas, dos quais se destacam nomeadamente:

**COSO** – Este organismo, denominado de *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission*, tem desenvolvido as mais importantes referências a nível internacional em termos de ótica proativa<sup>6</sup>, nomeadamente com a elaboração de *frameworks*. Estas iniciativas vão no sentido de, cada vez mais e para além do Controlo Interno, se privilegiar, em especial, a gestão do risco relevante para que, com uma garantia razoável, a empresa atinja os seus objetivos. De acordo com Walker *et al*, (2003), a tendência presente assenta em considerar como insuficientes as abordagens baseadas apenas no controlo interno e na gestão do risco tradicional, em que cada área / departamento de uma organização geria o seu próprio risco, sem uma visão de conjunto. A recente e mais abrangente abordagem na gestão do risco (ERM – enterprise risk management), adota uma nova perspetiva em que o risco é gerido de forma global e integrada em toda a organização.

O próprio COSO refere que, o ERM melhora os controlos internos, com base num enfoque mais robusto e abrangente no âmbito da gestão do risco empresarial. Não pretende nem substituir o anterior *internal control – integrated framework*, mas antes o incorpora. Permitirá, assim, às empresas aplicar esta nova abordagem para satisfazer quer as suas necessidades ao nível do controlo interno quer ao nível de um mais completo processo de gestão de risco.

Só com uma adequada gestão do risco, concretamente, só com uma adequada avaliação do risco de fraude, uma organização conseguirá implementar um eficaz sistema de controlo interno. E aqui, no que respeita à implementação de um sistema de controlo interno e sua monitorização, além dos já citados *frameworks* do COSO é de destacar também a Lei Sarbanes-Oxley (SOX) que, no fundo, é uma compilação das melhores práticas e cuja secção 404 é mais importante contributo na tentativa de mitigar a fraude. Tendo presente o “triângulo da fraude”, é de sublinhar que um sistema de controlo interno tem uma relação direta com um dos vértices e motivações da fraude: a “oportunidade”.

**EBA** – Este organismo, denominado por European Bank Authority, foi fundado em 24 de novembro de 2010 e tem sido nos últimos tempos alvo de atenção na Europa, quando se prepara a nível europeu um sistema de supervisão bancária, semelhante ao que já existe nos estados-membros, mas coordenado pela esfera do Banco Central Europeu. Este passo é importante para a continuação da integração europeia, contudo, trata-se de um passo longo que demorará algum tempo a ser implementado, prevendo-se assim que em 2014, todos os bancos de países integrantes da União Europeia que nas suas contas consolidadas apresentem ativos líquidos (após depreciações e provisões), superiores a 8 mil milhões de euros, passem a estar sujeitos a uma supervisão e quadro normativo mais restritos.

Os principais objetivos são salvaguardar os valores públicos criar estabilidade no sistema financeiro, transparência dos mercados e criar produtos e serviços financeiros para os aforradores / investidores. A EBA tem como principais competências a

---

<sup>6</sup> Tema adiante abordado.



prevenção e regulamentação de arbitragem, garantir a liquidez do sistema financeiro europeu, fortalecer a coordenação da supervisão europeia, promover a convergência da supervisão a nível europeu, aconselhar as instituições europeias em áreas como banca, pagamentos e regulação dos canais digitais, através de orientações de *corporate governance*, auditorias e reporte financeiro.

### O debate da supervisão bancária na União Europeia

Em dez países da zona euro, os bancos centrais dos países ou são diretamente responsáveis pela supervisão prudencial ou estão fortemente envolvidos no seu exercício.

No seguimento das alterações introduzidas no Reino Unido, foram apresentadas, em vários países da zona euro, propostas de criação de uma autoridade de supervisão única responsável por todos os intermediários e mercados financeiros. Em alguns países procedeu-se recentemente ao ajustamento da estrutura institucional, enquanto noutros países, o debate tem sido contínuo.

Veja-se o caso do Luxemburgo, onde em 1998 se criou a *Commission de surveillance du secteur financier* (Comissão de supervisão do setor financeiro), que tem como função supervisionar todos os intermediários e mercados financeiros, à exceção do sector segurador. Não existe relacionamento institucional, nem qualquer acordo formal de cooperação bilateral com o *Banque centrale du Luxembourg*.

Nos Países Baixos, o papel cada vez mais importante dos grupos financeiros e o desenvolvimento de produtos financeiros híbridos eram considerados um desafio para uma supervisão assente em três autoridades sectoriais responsáveis, respetivamente, pela supervisão dos bancos (*De Nederlandsche Bank*), das empresas de investimentos e das companhias de seguros. Foi criado o *Raad van Financiële Toezichthouders* (Conselho de Supervisores Financeiros) em Julho de 1999, constituído pelas referidas três autoridades setoriais. Não se trata de uma entidade de supervisão independente, mas permite um reforço da cooperação no âmbito da formulação de políticas referentes a importantes aspetos intersetoriais, tais como a supervisão de grupos, a divulgação de informação aos consumidores e questões de idoneidade. No âmbito do referido Conselho, as três autoridades setoriais cooperam na criação de regulamentação e no aconselhamento do ministro das finanças nas referidas questões intersetoriais. Se a evolução do setor financeiro exigir uma abordagem intersetorial, compete igualmente ao Conselho de Supervisão Financeira resolver tais questões.

Em Portugal, devido, sobretudo, ao papel cada vez mais importante desempenhado pelos grupos financeiros, assim como à necessidade de se alcançarem políticas e práticas semelhantes noutras matérias de interesse comum, foi criado, em setembro de 2000, o Conselho Nacional de Supervisores Financeiros<sup>7</sup> (C.N.S.F.). A sua criação não deu origem a qualquer alteração das competências das autoridades de supervisão setoriais. O Banco de Portugal, a Comissão do Mercado de Valores Mobiliários e o Instituto de Seguros de Portugal. O referido conselho tem como objetivo a troca de regular de informações e a melhoria da coordenação entre as autoridades setoriais. Compete-lhe também a tarefa de aprovar normas e práticas prudenciais relativas aos grupos financeiros, preparar propostas de regulamentação em questões intersectoriais e propor mecanismos de cooperação com organizações e entidades de supervisão estrangeiras.

---

<sup>7</sup> Organismo criado pela redação do Decreto-Lei 228/2000 de 23 de Setembro, com o intuito de integrar e articular as 3 entidades de supervisão do setor financeiro (BdP, CMVM e ISP).

O debate sobre as estruturas de supervisão intensificou-se recentemente na Alemanha. O ministro das finanças daquele país anunciou uma reforma com vista à criação de uma autoridade federal única responsável pela supervisão do setor bancário, do setor de valores mobiliários e do setor dos seguros. Apesar de o referido plano pretender uma cooperação alargada entre a nova autoridade única e o *Deutsche Bundesbank*, as suas reflexões na participação do banco central na supervisão prudencial são ainda pouco explícitas. O *Deutsche Bundesbank* argumentou a favor de um papel mais importante na supervisão prudencial e defendeu igualmente a completa integração da supervisão bancária nas funções do supervisor. Tal integração exigiria, uma estrutura orgânica e decisória mais simples, eficiente e eficaz no seio do *Deutsche Bundesbank*.

Na Bélgica, pelo contrário, assistiu-se, recentemente, a uma viragem no sentido do reforço do papel desempenhado pelo supervisor. O ministro das finanças revelou uma proposta de integração da *Commissie voor Bank- en Financiewezen / Commission bancaire et financière* (Comissão Bancária e Financeira) no *Nationale Bank van België / Banque nationale de Belgique*. A comissão permaneceria uma entidade jurídica independente, mas os dois órgãos de decisão seriam parcialmente comuns e os recursos humanos e de outra natureza (em especial, as áreas de análise macro prudencial, atividades internacionais e investigação), poderiam ser agrupados. Tal proximidade institucional conduziria a uma situação semelhante ao modelo francês, apesar de que o governador do banco central da Bélgica não seria o presidente da referida comissão bancária e financeira.

Na Irlanda, o *Implementation Advisory Group on the establishment of a Single Regulatory Authority* (grupo de aconselhamento sobre a criação de uma autoridade de regulamentação única) publicou um relatório em 1999 defendendo a adoção de estruturas semelhantes às do Reino Unido. O referido documento propunha a criação de uma nova autoridade responsável pela totalidade do sector financeiro e a cessação de todas as funções de supervisão direta do *Central Bank of Ireland*. Após um longo debate, o governo irlandês decidiu, recentemente, que será criada, no âmbito de uma reestruturação do *Central Bank of Ireland*, entidade de regulamentação financeira única, cujo mandato abrangerá a supervisão prudencial e questões ligadas à proteção dos consumidores.

Outros organismos deveras importantes, como IFAC, OLAF, entre outros serão adiante abordados em capítulos próprios.

## CAPÍTULO II – “Auditoria forense – introdução à fraude”

*Forensic Audit – a ciência de recolha e apresentação de conclusões acerca de informações financeiras perante as autoridades, nas quais são utilizadas técnicas e procedimentos específicos de investigação forense.*

Manning, (2005).

### 2.1 – A afirmação da auditoria forense

O conceito anteriormente defendido não é totalmente consensual entre a globalidade dos autores, não tendo ainda sido conseguido definir de forma totalmente eficaz o termo

de auditoria forense, pelo que esta definição é a que maior consenso reúne pelos académicos e especialistas da área. Existem contudo, outras definições que focam outros pontos de interesse, de acordo com Hopwood *et al*, (2008) auditoria forense “é a aplicação de competências analíticas e de investigação no sentido de solucionar assuntos de natureza económico-financeira de forma que cumpra os requisitos a cumprir em ambiente forense”, defendem os autores que o âmbito desta disciplina extravasa a esfera criminal, podendo as capacidades dos profissionais ser aplicadas noutros ambientes. Segundo Nehim e Dunh, (2005) existe uma divisão clara entre perícia judicial, em que o auditor forense assume um papel de *expert witness* (testemunha pericial<sup>18</sup>) e a investigação de demonstrações financeiras, conforme se demonstra de seguida:

- a) Testemunha pericial: percorre todo um caminho desde assessoria, consultoria a recolha de provas de auditoria. Normalmente o auditor forense é visto como um perito que deve dominar assuntos como contabilidade, Direito, entre outras áreas. Contudo, a sua presença em tribunal, resume-se na maior parte das vezes a provar trabalho que foi desenvolvido por si ou sobre a sua supervisão técnica direta. Torna-se assim fulcral que o auditor forense seja completamente independente da entidade auditada, uma vez que qualquer indício de parcialidade vai pôr em causa as suas declarações e invalidar a sua participação enquanto testemunha.
- b) Investigação de demonstrações financeiras: Também como no ponto anterior, o trabalho do auditor passa por analisar demonstrações financeiras, efetuar cálculos e testar controlos implementados, de forma a concluir e quantificar delitos, determinando desta forma se se justifica iniciar um processo.

Existem diversos autores que fazem uma separação entre o âmbito da investigação forense e o âmbito criminal, nomeadamente Donohoe, (1997) que defende: “suporte pericial/testemunhal em processos judiciais que envolvam aspetos de natureza financeira” e, “investigações, quase sempre relacionadas com situações de suspeita de fraude”.

O esforço levado a cabo nos últimos anos pela auditoria financeira tradicional tem sido louvável, contudo continua-se a verificar a existência de *expectation gap* entre a classe profissional e a classe civil, até pelos mais recentes escândalos verificados nos últimos anos, pelo que segundo a opinião de Moreira, (2009a) “*urge definir uma linha de orientação que, na atual realidade sócio-económica, se assuma como base uma opção efetivamente eficaz*”. Como constata o mesmo autor, verificam-se já a nível mundial diversos casos específicos de sucesso de implementação de modelos de *forensic audit* - auditoria forense<sup>9</sup>, que podem servir de modelo a futuros planos de ação globais no combate à fraude, que devem ser uma prioridade de todas as sociedades, dos quais de seguida, destacaremos alguns.

<sup>8</sup> Moreira, (2009b) cita (Fernandes, 2009) que define o *expert witness* como “aquela em que o perito é nomeado pelo Tribunal, em processo de ação civil, para ajudar o juiz a decidir sobre matéria que não domina por requerer conhecimentos técnicos específicos”.

<sup>9</sup> O termo *forensic audit*, apontam diversos autores, terá sido utilizado primeiramente por Peloubet, em 1946, na publicação da sua obra intitulada: “Auditoria forense: o seu lugar na economia de hoje”.

### Auditoria forense – ótica pró-ativa e ótica reativa

Importa salientar que a auditoria forense deve ser observada mediante dois prismas, um primeiro, de forma pró-ativa de modo a prevenir a ocorrência de fenómenos de fraudes financeiras e, um segundo, de forma reativa, que permita à sociedade deter meios e ferramentas de ação em caso de deteção do fenómeno da fraude financeira. Assim, a ótica pró-ativa pretende agir evitando que a fraude aconteça, segundo Vona, (2008), a ótica pró-ativa é “desenvolvida num cenário em que não está a ocorrer fraude, nem suspeita de fraude, naquele determinado momento”, contudo, segundo alguns autores existe o risco de confusão de auditoria forense pró-ativa com controlo interno e, não sendo isso que se pretende, Wells, (2004), defende que “não se pode aceitar que controlo interno e auditoria forense pró-ativa tenham o mesmo significado”. Contudo, diversos autores têm como ponto de convergência o facto de a fraude ser bastante dispendiosa para as empresas, Estado e sociedade, pelo que é sempre preferível prevenir do que atuar depois de esta ter ocorrido, ou se tiver ocorrido que seja detetada numa fase inicial, para evitar encargos dispendiosos; Conforme defende Ramaswamy, (2007) “a melhor forma de combate à fraude é mediante a sua prevenção” e ainda “quando tal não é possível e a fraude ocorreu, torna-se fundamental que seja detetada de forma atempada”. Assim, a capacidade do auditor forense em detetar *red flags*<sup>10</sup> torna-se absolutamente crucial, mas por outro lado, este profissional é o que se encontra melhor colocado para apoiar os órgãos de gestão no cálculo do risco de ocorrência da fraude. De acordo com Singleton *et al*, (2006), “a melhor forma de uma empresa mitigar o risco da ocorrência da fraude é aumentar a perceção da sua deteção”. Ora, essa perceção é posta em prática da seguinte forma:

- 1) Vigilância – com a introdução de sistemas internos tecnológicos;
- 2) Denúncias anónimas – privilegiar as denúncias anónimas (*whistle blowing*) através de sistemas internos tem-se revelado uma técnica fundamental com ganhos elevados para as entidades;
- 3) Auditorias/inspeções de surpresa – o fator surpresa tem-se revelado fundamental a par do anterior para deteção atempada de algumas situações;
- 4) Responsabilização e acusação – é fundamental transmitir uma mensagem clara e rigorosa quando se apuram culpados de fraude;
- 5) Ações concretas internas da empresa – os valores e as ações de combate à fraude e à corrupção de uma empresa devem partir do órgão de gestão, pelo que a ética dos mesmos é fundamental;
- 6) Recompensas por ajudas – tão importante como responsabilizar é recompensar quem ajudou a detetar as fraudes, criando o conceito de compensação positiva pelas ações levadas a cabo;

Constata-se assim que o papel do auditor forense atuando pró-ativamente é o de apoiar e ensinar as empresas a prevenir o fenómeno da fraude e da corrupção.

Quanto à ótica reativa, surge como uma reação a uma situação de fraude ou em que a ocorrência de fraude é já uma certeza, mas falta apurar a sua profundidade, mas, não se trata de uma ótica completamente distinta da anteriormente analisada (ótica pró-ativa), verificando-se até uma zona cinzenta e de convergência entre ambas. De acordo

---

<sup>10</sup> *Red flags*, mediante tradução livre assume o significado de bandeiras vermelhas, ou sinais de alerta.

com Singleton *et al*, (2006), “a detecção da fraude encontra-se intimamente correlacionada com a prevenção da fraude e as duas em conjunto compõem o sistema de controlo da fraude”.

A ótica reativa tem em vista a auditoria forense em ambiente judicial, pelo que se trata de um ambiente de trabalho completamente distinto da ótica pró-ativa. O auditor forense assume o papel de investigador e posteriormente de *expert witness* em colaboração com o sistema judicial, pelo que no desenvolvimento do trabalho, devem ser tidos em conta outros fatores e ser completamente distintos da ótica anteriormente estudada. Segundo Singleton *et al*, (2006) as etapas de uma auditoria forense são as seguintes:

- Início: depende das circunstâncias que levaram à necessidade de desenvolvimento do trabalho, contudo trata-se de uma fase preparatória do trabalho propriamente dito, onde é estudado cada caso específico;
- Análise das *red flags* e das motivações da fraude. Nesta fase o auditor deve desenvolver o plano de investigação da fraude;
- O auditor deverá no trabalho de campo reunir prova suficiente e adequada para suportar as conclusões que irá expor;

#### Contabilidade forense e auditoria forense – diferenças de conceitos

A contabilidade é uma disciplina que tem tido uma evolução significativa nos últimos anos e sentiu a necessidade de se especializar em contabilidade forense, pelo que se pode afirmar que esta disciplina é um ramo da contabilidade financeira. Segundo o AICPA, contabilidade forense é “*a aplicação de princípios contabilísticos, teorias e disciplina a factos ou hipóteses em disputas legais*”. Segundo a mesma fonte, a contabilidade forense pode subdividir-se em duas categorias distintas: “*Serviços de investigação*” e “*Serviços litigiosos*”.

De acordo com Manning, (2005), contabilidade forense pode ser definida como “ciência de recolha e apresentação de provas perante entidades judiciais de crimes de natureza económica”.

Singleton *et al*, (2006) concluem que a contabilidade forense é uma “visão abrangente da investigação de fraudes” e incluem as funções de auditoria forense nessa visão.

Por outro lado, segundo Buckhoff, (2008), os objetivos da auditoria financeira são os seguintes:

- Análise do sistema de controlo interno e salvaguarda de ativos;
- Identificar fraquezas nesses controlos;
- Determinar se alguém dentro da organização retirou benefícios ilegais dessas fraquezas;

Para o mesmo autor “uma auditoria forense bem planeada deve descobrir fraude, se ela existiu”.

Para Lugo e Cano, (2001), auditoria forense é a “forma de combater a corrupção, porque permite que um especialista emita juízos técnicos que dão ferramentas à justiça para atuar com maior rigor e celeridade”.

Esta diferença de conceitos existe sobretudo no território norte-americano<sup>11</sup>, com certificações distintas dos profissionais, como se abordará adiante, uma vez que na prática ambos os conceitos e funções se confundem e se encontram intimamente

---

<sup>11</sup> A diferença de conceitos resulta em contabilistas forenses “*Certified Forensic Accountants*” e auditores forenses “*Certified Fraud Examiner*”.

ligados, pelo que neste trabalho se utilizará o termo de auditor forense para definir ambos os profissionais e ramos.

### Metodologia de investigação em auditoria forense

Tal como a auditoria financeira tradicional, também a auditoria forense pode ser dividida em diversas fases. O auditor forense deve sempre obter prova de auditoria, adotando sempre uma atitude de ceticismo profissional. A prova deve essencialmente ser dirigida às áreas identificadas como potencialmente de maior risco, de maior materialidade nas demonstrações financeiras e (ao invés da auditoria financeira) às transações não rotineiras. Devem ser feitas visitas inesperadas e ainda testar as contas que não foram testadas (pela certificação legal de contas) ou que foram consideradas com materialidade reduzida ou de baixo risco. Este tipo de auditoria bastante especializada, é utilizada cada vez mais por organismos internacionais para combater a fraude, a corrupção, o branqueamento de capitais, os “crimes de colarinho branco” e todos os atos de delito económico no geral.

Na fase inicial dos trabalhos (planeamento) deve realizar-se uma avaliação preliminar de forma a se planificar adequadamente os recursos a afetar, de acordo com o tipo de trabalho a realizar e ainda um cronograma dos trabalhos com as respetivas fases e objetivos de trabalho. Um elemento importante para a antecipação dos trabalhos será, se assim for considerado pelos auditores, uma denúncia, formal ou informal, oral ou escrita, de uma determinada situação, que pode vir a servir em tribunal, juntamente com a restante prova de auditoria.

A auditoria forense enquanto investigação de irregularidades, fraude e corrupção numa empresa exige só por si, que se estabeleçam procedimentos rigorosos e consistentes de trabalho. A estrutura do trabalho segue o previsto nas normas de auditoria geralmente aceites, tendo sempre em conta que qualquer indício de irregularidade pode alterar e redefinir o processo de análise, contudo, de forma geral, define-se da seguinte forma:

- 1) Definição e reconhecimento do problema – fase em que se determina se existem indícios suficientemente fortes para iniciar uma auditoria forense. Antes de se iniciar um trabalho deve-se obter a concordância da gestão cimeira e alertar que uma auditoria forense é um trabalho complexo e que poderá ser prejudicial para os membros da entidade.
- 2) Obtenção de evidências de fraude – após a primeira fase e se apurar que existem indícios suficientes para se iniciar uma investigação deve-se recolher evidências suficientes para colocar em papéis de trabalho de forma a garantir o êxito da investigação e que de facto a fraude existiu;
- 3) Avaliação das evidências recolhidas – devem ser analisadas e avaliada a necessidade de se recolher uma amostra mais abrangente. A evidência diz-se de qualidade quando qualquer pessoa (que não os auditores) consigam retirar as mesmas conclusões que os auditores pela documentação recolhida. Quanto existem indícios de fraude, as evidências recolhidas devem apoiar o auditor e direcionar o seu relatório de forma a servir de prova nas instituições judiciais e apoiar à decisão final das mesmas instâncias. As evidências podem classificar-se como:

- 3.1) Testemunhos e documentos – o testemunho é obtido diretamente pelo auditor mediante indagações, cartas ou entrevistas, sendo que essa documentação se deve encontrar assinada pelo prestador da informação e com a data em que a mesma ocorreu. Quanto à documentação (pode ser classificada como interna ou externa, conforme a fonte de origem da mesma), os auditores devem conseguir aceder a documentação relevante e copiar o que seja do seu interesse. Deve ser obtida também pela observação “*in loco*” das atividades que são executadas (cópias, fotografias, scan de dados, notas, resumos, cronogramas, etc);
- 3.2) Sistema informático – recolher evidências de sistemas informatizados requer algum cuidado de planeamento e execução. Se os colaboradores responsáveis pelos sistemas estiverem imiscuídos em esquemas fraudulentos têm tendência a tentar ocultar informações relevantes para as conclusões da auditoria, pelo que se requer rapidez de planeamento e execução destas recolhas;
- 4) Elaboração de relatório final com os resultados apurados – Por vezes é a única peça probatória de determinados atos, pelo que deve ser oportuno, exaustivo, preciso, imparcial, claro, relevante e completo. A obrigação do auditor não é apenas detetar fraudes ou corrupção, mas deve também conseguir transmitir as conclusões da sua análise às entidades pertinentes com o devido suporte;
- 5) Avaliação do risco forense<sup>12</sup> – Tal como na auditoria financeira, o auditor forense deve conseguir calcular o impacto nas demonstrações financeiras decorrente dos erros e fraudes detetados no seu trabalho e questionar-se:
  - Foram descobertos erros e fraudes com impacto material nas demonstrações financeiras?
  - Existem fragilidades no sistema de gestão?
  - Existem pressões pouco usuais sobre a entidade (externas ou internas)?
  - A administração é íntegra?
  - Existem transações pouco usuais?
  - Existem dificuldades na obtenção de prova suficiente e adequada?

Após ver respondidas estas questões, o auditor encontra-se apto para delinear as principais áreas de risco do trabalho e dar-lhes prioridade de forma a determinar quão vulnerável é o sistema de controlo interno nesta área, tendo por base os papéis de trabalho de anteriores auditorias forenses, a certificação legal de contas (se existir) ou outras auditorias externas, processos intentados pelas finanças, ou ainda analisar todas as situações de jurídico e contencioso a envolver a organização (quer processos por esta intentados, quer processos contra esta intentados); Tal como na auditoria financeira na análise de risco efetuada em cada trabalho, também em auditoria forense deve existir uma grelha ou matriz de risco com pontuações atribuíveis de forma se obter um número final decorrente de uma análise qualitativa, mostrando-se de seguida um exemplo:

---

<sup>12</sup> O risco em auditoria traduz-se na possibilidade de o auditor transmitir uma opinião não apropriada acerca das demonstrações financeiras, quando estas estejam distorcidas de forma materialmente relevante.

Imagem 2: Matriz de risco em auditoria forense com base em *red flags*. Elaboração própria.

DESCRIÇÃO RISCO	Diminuição de rentabilidade	Divergência nos registos contabilísticos	Aditamentos aos contratos	Rotatividade do pessoal	Aquisições desnecessárias	Comprovativos	Controlo Interno
Alto (3)							
Médio (2)							
Baixo (1)							

Tickets

- (1) Cumpre aceitavelmente  
(2) Cumpre suficientemente  
(3) Cumpre deficientemente

- 6) Detecção de fraudes – o auditor deve recolher prova de auditoria adequada e suficiente que lhe assegure que não existiram erros ou fraudes com impacto materialmente relevante nas demonstrações financeiras, ou caso tenham existido, também o auditor deve recolher prova de auditoria adequada e suficiente que sustente as conclusões por si retiradas, contudo, será mais acessível recolher provas em caso de erros com impacto nas demonstrações financeiras do que propriamente a prova relativa à ocorrência de fraudes, uma vez que caso existam indícios de fraude, tendem a estar ocultados pelos seus autores;

6.1) Indícios de fraude – “*red flags*”: Uma das características e capacidades chave dos auditores deve ser a capacidade de deteção de situações anómalas e que não estejam de acordo com os normativos, nesse caso estamos (em auditoria forense), perante as *red flags*, pelo que se torna absolutamente fundamental que o auditor tenha preparação nesta área de modo a ter consciência destes sinais de alerta, saber como detetá-los e como agir posteriormente;

As *red flags* podem ser caracterizadas da seguinte forma:

- O efeito da materialidade torna-se irrelevante aquando da sua deteção, uma vez que por norma, as fraudes se encontram diluídas por diversos lançamentos e/ou documentos de forma a ocultar<sup>13</sup> a sua presença e ainda tendo em conta que em auditoria forense, o auditor deve ter em conta todos os indícios de fraude detetados e tratá-los em conjunto como um todo;
- Por si só não constituem indícios de fraude, mas sim sinais de alerta para o desenvolvimento do trabalho do auditor;
- Não devem ser descartadas quaisquer situações, por mais óbvias que pareçam;
- Quando se procuram explicações para as *red flags*, o auditor deve começar pelas mais simples, uma vez que na maioria das vezes é aí que se encontra a explicação;

As *red flags* podem ser classificadas da seguinte forma:

- Documentais: Suportadas em documentos, tais como contratos, faturas, etc;
- Pessoais: Suportadas nos comportamentos das pessoas, nomeadamente com atitudes consideradas estranhas;
- Processuais: Suportadas pela análise efetuada a como foram efetuados gastos;
- Concetuais: Suportadas pela observação direta do auditor e requerem portanto o raciocínio do mesmo; A deteção de fraudes, grande parte das vezes influencia o desenvolvimento dos trabalhos e a capacidade de observação do auditor ao conseguir

<sup>13</sup> Teoria da ocultação da fraude.



verificar que o que não está correto depende de diversos fatores, tais como experiência, juízo profissional e até o conhecimento da organização.

Segundo Nehim e Dunh, (2005), algumas *red flags* às quais, o auditor deve prestar atenção serão:

- Diminuição da rentabilidade do negócio (sendo sempre fundamental a comparação da empresa com o setor de atividade através das diversas bases de dados existentes ao dispor, nomeadamente as disponibilizadas pela DB Informa, Instituto Nacional de Estatística, Banco de Portugal);
- Divergências apuradas na análise aos lançamentos contabilísticos;
- Aditamentos sucessivos a contratos celebrados entre a empresa e terceiros;
- Excessiva rotatividade do quadro de pessoal;
- Aquisições desnecessárias;
- Falta de documentação original comprovativa dos acontecimentos;
- Fraco sistema de controlo interno implementado.

Estes sinais de alerta, como referido no início do tema, por si só não constituem fraude, contudo, são sinais que o auditor não deve ignorar e ao constituir a sua matriz de risco pontuar a mesma e se o resultado for risco elevado não deve ignorar esse facto;

#### 7) Avaliação do sistema de controlo interno;

O objetivo de especificar e delinear metas e procedimentos é apoiar o auditor com uma série de ferramentas válidas para que este desenvolva o melhor trabalho possível. Quanto à definição de áreas de risco segue-se a metodologia COSO. A análise do controlo interno pelo auditor ajuda a identificar possíveis responsáveis para atos fraudulentos dentro da organização.

### 2.1.1 – Caso Específico dos Estados Unidos

Os Estados Unidos apresentam-se pioneiros na matéria do combate à fraude financeira e tem uma classe própria de profissionais especialistas no combate à fraude, independente dos auditores financeiros comumente definidos por tradicionais e que se denominam por *Certified Fraud Examiners (CFE)*, cuja certificação é titulada pela *Association of Certified Fraud Examiners*<sup>14</sup> que atualmente conta com mais de 55 mil membros inscritos em mais de 100 países em todo o mundo, e cuja fundação data de 1988 ou também uma outra classe (esta com menor dimensão) cujos profissionais são denominados por *Certified Forensic Accountants (CFA)*, cuja certificação é titulada pelo *American College of Forensic Examiners Institute (ACFEI)*, cuja fundação data de 1992, entre outras associações irrelevantes para o tema deste estudo. As certificações disponíveis por estas entidades encontram-se bastante bem cotadas pelos profissionais, sendo as associações de maior relevo mundial neste ramo.

Constata-se que os auditores forenses e os examinadores de fraudes, são cargos diferentes, mas que se encontram intimamente correlacionados. Enquanto, a auditoria forense é desenvolvida por auditores na base da antecipação de litígios, onde poderá estar incluída ou não a investigação da fraude, da corrupção ou prestação de outro tipo

---

<sup>14</sup> ACFE – Fundada e presidida por Joseph T. Wells, professor e um dos nomes chave na área de investigação de fraude nos Estados Unidos, tendo ganho diversos prémios nesta área.

de serviços, os examinadores de fraude direcionam as suas ações para a investigação da fraude e as funções podem ser exercidas ou não por auditores.

Como anteriormente referido, o auditor forense tem um papel chave na investigação e recolha de prova para reprodução em ambiente judicial, vulgo, nos tribunais, nomeadamente enquanto especialista ou perito de processos de natureza civil ou judicial, o que exige além da recolha apropriada e suficiente da informação e posterior tratamento, a redação de um relatório com termos adequados para o efeito.

Estes processos por vezes podem exigir uma postura ativa e crítica do auditor do ponto de vista em que vai transmitir uma opinião profissional e isenta com base em factos de forma a elucidar as autoridades competentes dos factos que realmente aconteceram, ou por vezes elaborar um relatório de opinião acerca de um determinado assunto. Além da explanação dos factos ocorridos, os auditores peritos nomeados, devem, enquanto peças fundamentais nas ações, proceder à explicação de assuntos técnicos da sua alçada, de forma que os intervenientes entendam os factos. Segundo Donohoe, (1997), a natureza do relatório e a opinião dos auditores em tribunal pode ser revestida de relatórios com base em factos, ou de relatórios com base de relatórios de opinião: *“relatórios baseados em factos podem facilmente encontrar-se suportados por evidência documental e, portanto, raramente apresentam problemas para o auditor em tribunal”*. *“Relatórios de opinião, de natureza subjetiva vão depender do juízo profissional dos auditores, pelo que têm em tribunal demonstrar a credibilidade e competência do trabalho efetuado que serviu de base à construção da sua opinião”*.

Nos Estados Unidos existem dois documentos base referentes à fraude financeira, a Constituição dos Estados Unidos (*United States Code - USC*) e a Lei Sarbanes-Oxley (*The Sarbanes-Oxley Act of 2002 - SOA*). A USC é um conjunto de legislação da esfera cível e criminal aprovada pelo congresso norte-americano que dedica o capítulo 15 – práticas corruptivas e o capítulo 18 – crimes e procedimento criminal ao tema da fraude. A SOA, publicada em 2002, como resposta aos escândalos financeiros vindos a público no início do século XXI nesse continente, congrega toda a matéria relativa ao desempenho da auditoria. Verificou-se no seguimento desses escândalos que as empresas que operavam no setor da prestação de serviços de auditoria, prestavam em simultâneo, com a auditoria também, serviços de consultoria aos mesmos clientes, sendo os valores desses serviços por norma, bastante superiores aos valores cobrados pelos serviços de auditoria prestados, o que comprovava a consolidação premeditada da prestação de serviços que passaram a ser incompatíveis desde então, desde que prestados pela mesma empresa ao mesmo cliente.

O capital das empresas norte-americanas encontra-se fortemente disperso, desconhecendo-se grande parte das vezes quem é o seu titular, pelo que valores como integridade e transparência são valores fundamentais a ter pelos gestores/administradores destas empresas, que devem defender os interesses dos acionistas.

#### Disposições gerais:

O objetivo principal da SOA passa por dar eficácia, eficiência e liquidez aos mercados de capitais, restabelecendo a confiança dos investidores e analistas e assegurar a punição dos incumprimentos através das seguintes orientações:

- Responsabilidade pela fiabilidade da informação financeira e mecanismos de avaliação dos sistemas de controlo interno<sup>15</sup>;

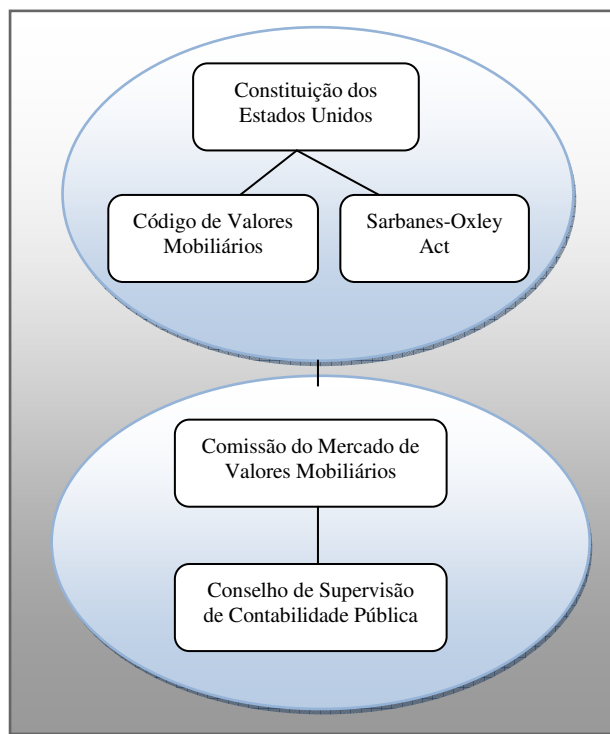
---

<sup>15</sup> Uma das premissas fundamentais da SOA é de facto demonstrar que um efetivo sistema de controlo interno, devidamente implementado numa organização promove um incremento de benefícios para os

- Certificação de relatórios trimestrais e anuais sem informações falsas de modo a transmitir uma imagem transparente;
- Aplicação de multas (até 1 milhão de dólares e pena de prisão até 10 anos, cumuláveis);
- Conceção, manutenção e avaliação da eficácia dos controlos internos das demonstrações financeiras;
- Transmissão à comissão de auditoria e aos auditores externos das deficiências encontradas nesses controlos;
- Elaboração de relatórios anuais com os sistemas de controlo interno;
- Responsabilização da gestão pela implementação dos controlos;
- Testar a eficácia dos controlos;
- Devem os auditores externos expressar a opinião acerca dos sistemas de controlo interno implementado pela gestão;
- Estabelece um quadro de independência dos auditores externos;

Hopwood *et al*, (2007), descrevem a legislação norte-americana como demonstra a figura seguinte:

Imagem 3: Legislação Norte Americana. Fonte: Hopwood *et al*, (2007). Journal of Forensic Accounting. New York: McGraw-Hill/Irwin, vol 17 (p. 175-213)



Assim, as empresas de auditoria passam a estar limitadas apenas à prestação desse tipo de serviços, razão pelo que desde essa data houve um despoletar de empresas pertencentes à mesma empresa mãe, mas como entidades juridicamente distintas de prestação de serviços de consultoria. A principal inovação passa pela criação de um comité de observação, o denominado PCAOB – *public company accounting oversight*

---

investidores, através da redução de erros e fraudes, no processamento, análise e mensuração das demonstrações financeiras.

*board*, cuja principal função é assegurar a supervisão das empresas de auditoria contabilística e financeira. Este organismo é dirigido por 5 elementos que demonstrem ser detentores de qualidades indiscutíveis e íntegras por períodos de 5 anos e em dedicação exclusiva nomeados pela *securities and exchange commission (SEC)*.

De acordo com a SOA, todas as empresas de auditoria que exerçam atividade em território norte-americano, mesmo cuja Sede se situe fora desse território, terão que estar registadas na SEC, quer se dediquem à revisão de contas, quer se dediquem à auditoria.

No cômputo geral, as opiniões nestes últimos 10 anos são unânimes ao afirmar que o diploma era necessário e que colocou a regulamentação da atividade de auditoria no caminho correto, tendo para isso certamente contribuído o amplo leque de legislação com carácter vinculativo saído desta Lei, contudo, a grande crítica que é feita é que a SOA, e as suas disposições gerais não incidem sobre a alteração de comportamento dos administradores.

### 2.1.2 – Europa – Alguns casos específicos

Segundo Moreira, (2009), a auditoria forense para se afirmar como uma nova área do conhecimento, sobretudo a nível europeu e, à semelhança do que acontece nos EUA, ainda apresenta um longo caminho a percorrer, desde a sua integração como disciplina nos sistemas de ensino até ao seu reconhecimento oficial, regulamentação e certificação profissional.

Os organismos europeus em conjunto com os países estados membros, atuando em conjunto devem criar e aplicar medidas de combate à fraude<sup>16</sup>, assim, surge no ano de 1999 o Organismo Europeu de Luta Antifraude (OLAF), que teve na sua origem a consideração de que o reforço da eficácia da luta contra a fraude, a corrupção e outras atividades lesivas dos interesses financeiros da União, exigem a constituição de um organismo que atue com total independência dos Estados-Membro e que tem como objetivo a investigação de casos de fraude no plano transnacional, que lesam a União, o fenómeno da corrupção e as faltas graves nas instituições europeias, através da cooperação com as principais entidades.

---

<sup>16</sup> No âmbito da comunicação do OLAF em 2011, a fraude é uma qualificação da Lei penal, dada por um julgamento numa instância adequada. Nestes termos, a deteção de factos potenciadores de fraude e irregularidades, implica a elaboração de um relatório com o desígnio “*investigado pelo OLAF*”. Segundo Lopes, (2011) que cita o art.21.º da Convenção Europeia - “corrupção no setor privado”, cada estado-membro deverá considerar a adoção de medidas legislativas e de outras que se revelem necessárias para classificar como infrações penais, quando praticadas intencionalmente, no decurso de atividades económicas, financeiras e comerciais: a) a promessa, a oferta ou a entrega, direta ou indireta, feita a qualquer pessoa que, a qualquer título, dirija uma entidade do setor privado ou nele trabalhe, de vantagens indevidas para ela ou para terceiros, a fim de que, em violação dos seus deveres, essa pessoa pratique, ou se abstenha, de prática de um ato; b) o pedido ou o recebimento, direto ou indireto, por parte de qualquer pessoa que, a qualquer título, dirija uma entidade do setor privado, ou nele trabalhe, de vantagens indevidas para si ou para terceiros, a fim de que, em violação dos seus deveres, essa pessoa pratique ou se abstenha de praticar um ato.

### Objetivos:

- Acompanhar e melhorar a prevenção e combate à fraude, através da sua deteção e técnicas de investigação;
- Reaver a maior quantidade possível de fundos perdidos devido à ocorrência de fraudes na UE;
- Elaborar um enquadramento legal apropriado com medidas preventivas e corretivas de modo a impedir a ocorrência de fraudes no futuro;

### Métodos de atuação:

- Introduzir um amplo conjunto de estratégias anti fraude;
- Clarificar e enfatizar o papel dos diversos intervenientes neste processo;
- Garantir que as estratégias criadas cobrem todo o ciclo de uma despesa e assegurar sempre uma relação equilibrada de custo benefício;

### Princípios do OLAF:

- Ética, quer a Comissão, quer todo o conjunto de autoridades responsáveis pela gestão da UE se devem reger por um elevado padrão de comportamentos éticos e íntegros, devendo sempre os princípios defendidos partir da gestão cimeira, até chegar aos cidadãos e não o contrário;
- Transparência, é uma poderosa ferramenta no combate ao fenómeno da fraude. A informação relevante em termos de utilização dos fundos da UE deve estar sempre escriturada de forma a poder ser auditada, comparada e analisada do ponto de vista do OLAF<sup>17</sup>.
- Prevenção da fraude, o esboço dos programas de custos é a fase primária da prevenção efetiva da fraude. Assim, torna-se fundamental a análise da exposição à fraude, facto que será incluído nos estudos do impacto deste fenómeno e da atribuição do orçamento e da definição dos meios de atuação. Na fase de implementação destes programas, o custo efetivo e a atuação com base na análise do risco e em mecanismos de controlo deve ser tida em conta de forma apropriada de forma a se conseguir mitigar o risco da ocorrência de fraudes.
- Capacidade de investigação, onde as ferramentas adequadas e os meios necessários, bem como incentivos se tornam importantes na deteção e investigação da ocorrência de fraudes. Quando existem suspeitas de ocorrência de fraude, os agentes necessitam de ter acesso discreto à informação que necessitam para poder concluir acerca da ocorrência ou não de fraude, de forma a existir uma cooperação das instituições e dos agentes visados. Torna-se fundamental que o acesso à informação seja tempestivo de modo a que as conclusões sejam oportunas e rigorosas, bem como devidamente suportadas. Denúncias anónimas, testemunhos e informadores são absolutamente fulcrais para a deteção da maior parte das fraudes.
- Sanções, para a mitigação da ocorrência de fenómenos de fraude, torna-se fundamental dar seguimento à investigação de fraudes, nomeadamente com sanções de diversas formas, que sejam rigorosas, adequadas e tempestivas.
- Cooperação entre agentes externos e agentes internos, é fundamental existir uma cooperação assertiva entre as instituições europeias e as instituições dos Estados membros (nacionais) de forma que o combate à fraude se torne efetivo.

Desde a data da sua criação, o OLAF realizou já mais de 3.500 inquéritos que conduziram nomeadamente à recuperação de 1.100 milhões de euros (valor que não

---

<sup>17</sup> De acordo com os artigos 29.º e 30.º da regulação financeira na União (princípio da transparência).

inclui as sanções financeiras aplicadas), valor que corresponde a cerca de 100 milhões de euros recuperados por ano, desde a sua criação e ainda a penas de prisão, no global de cerca de 900 anos, aplicadas a 335 pessoas;

Na sua página dedicada, o OLAF faz o retrato em relação ao ano de 2010, de onde se destacam os principais indicadores, nomeadamente, foram recuperados 68 milhões de euros para o orçamento europeu, 770 milhões em recuperação referentes a diversos processos por concluir e penas de prisão (efetivas e suspensas) aplicadas a 30 cidadãos, que no global significam mais de 70 anos de prisão.

Importa contudo, para analisar a relação custo benefício, para isso há que ter em conta os custos de funcionamento disponibilizados, o OLAF disponibiliza os custos de funcionamento relativos a 2011, que ascenderam nesse ano a 58 milhões de euros (valores consolidados) e ainda 24 milhões referentes a bolsas oferecidas por este organismo para ajudar entidades de combate à fraude fora e dentro da União.

Quanto aos números da fraude na União Europeia, os últimos disponibilizados são ainda de 2010, que fazem sempre comparação com o ano anterior (2009):

- Irregularidades, com custos que ascenderam a 1.800 milhões em 2010, o que representa um aumento de sensivelmente 300 milhões em comparação com o ano transato (1.500 milhões em 2009);
- Suspeitas de fraude, com um valor que ascende a 478 milhões em 2010, em comparação com 181 milhões em relação a 2009;
- Em relação aos Fundos de Coesão foram detetadas irregularidades em cerca de 1.500 milhões de euros e 364 milhões de euros com suspeita de fraude, em 2010.

Estes números revelam por um lado o aumento da prática de atos fraudulentos na União, mas também por outro lado, uma melhoria no combate à fraude, com investigações cada vez mais céleres e com mais meios de investigação ao dispor das entidades.

A estratégia anti-fraude do OLAF está primariamente direcionada para a atuação dos serviços da Comissão Europeia, que por sua vez emana e reforça as diversas políticas e contribui para a consolidação dos sistemas financeiros na União Europeia e nos seus Estados membros.

Em 1996 a União Europeia elaborou o denominado Livro Verde, que aponta diversos *red flags* e obriga os auditores a tomarem as devidas atenções, contudo, também este documento aponta a responsabilidade primária pela deteção de fraudes à gestão das entidades. Sendo a gestão cimeira o rosto da entidade, cabe-lhe a implementação de sistemas de controlo internos adequados que permitam mitigar a ocorrência de fraudes e no caso da sua ocorrência, uma rápida e eficaz resposta aos acontecimentos.

A par dos Estados Unidos e como resposta aos já referidos escândalos financeiros do início do século XXI ocorridos na Europa, nomeadamente a Parmalat surge em 2006 a denominada 8ª Diretiva (Diretiva 2006/43/CE do Parlamento Europeu e do Conselho), que demonstra a divisão dos caminhos percorridos pelos europeus e pelos norte-americanos. Verificou-se na elaboração deste diploma um texto bastante mais orientador e normalizador do que o espírito presente na SOA.

Em Espanha, encontra-se implementado um sistema composto por auditores forenses bastante implementado. Tendo por base o Livro Verde na União Europeia, em Espanha procedeu-se à criação do Livro Branco de Auditoria, que imputa um grau maior de responsabilidade aos auditores citando “o auditor deve oferecer uma segurança razoável sobre a deteção de irregularidades significativas, baseando-se no estudo e evolução do controlo interno”. Para tal, o auditor deve obter do conselho de

administração a segurança de que as operações da entidade vão continuar no futuro, através do documento (escrito e assinado por esse órgão, constando também a data da prestação da informação) onde assegure uma previsão dos exercícios futuros.

### 2.1.3 – Portugal – Panorama presente e expetativas futuras

A nível profissional, em Portugal não existe a designação de auditor forense, pelo que a profissão não se encontra reconhecida quer social quer institucionalmente. Não existe também a certificação profissional nesta área, embora se verifique um número crescente e de valores cada vez mais materiais, de casos de fraude e corrupção em diversos setores da nossa sociedade, sendo que cumpre destacar as seguintes classes profissionais com relevo nesta matéria:

- Tribunal de Contas (auditoria ao setor público);
- Inspeção Geral de Finanças (no âmbito fiscal);
- Polícia Judiciária (no âmbito criminal);
- Revisores Oficiais de Contas<sup>18</sup> (no âmbito da Certificação Legal de Contas e de *expert witness*);
- Técnicos Oficiais de Contas (no âmbito da elaboração das demonstrações financeiras);
- Docentes do Ensino Superior (*expert witness*);
- Economistas<sup>19</sup> (*expert witness*);
- Setor Bancário (*expert witness*);
- Administradores de Insolvências (que desenvolvem a sua atividade especificamente em ambiente judicial).

No panorama português, embora não exista a figura de auditor forense, o *expert witness* encontra-se na legislação, sendo prestado pelas entidades anteriormente citadas, vejamos, de acordo com o Código do Processo Civil (C.P.C.):

- art.º 568º, n.º 1, do C.P.C.: “a perícia é requisitada pelo tribunal a estabelecimento, laboratório ou serviço oficial apropriado ou, quando tal não seja possível ou conveniente, realizada por um único perito, nomeado pelo juiz, de entre pessoas de reconhecida idoneidade e competência na matéria em causa”.
- Art.º 577º, n.º 1, do C.P.C.: “ao requerer a perícia, a parte indicará logo, sob pena de rejeição, o respetivo objeto, enunciando as questões de facto que pretende ver esclarecidas através da diligência”.
- Art.º 577º, n.º 2 do C.P.C.: “a perícia pode reportar-se, quer aos factos articulados pelo requerente, quer aos alegados pela parte contrária”.
- Art.º 583º, n.º 1 do C.P.C.: “os peritos podem socorrer-se de todos os meios necessários ao bom desempenho da sua função, podendo solicitar a realização de diligências ou a prestação de esclarecimentos, ou que lhes sejam facultados quaisquer elementos constantes do processo.”

<sup>18</sup> De acordo com o art.º 48º, alínea c do estatuto da ordem dos revisores oficiais de contas (Decreto-Lei 224/2008), estabelece-se que as funções do revisor oficial de contas são, entre outras: “consultoria, e outros serviços no âmbito de matérias inerentes à sua formação e qualificação profissionais, designadamente avaliações, peritagens e arbitragens, estudos de reorganização e reestruturação de empresas e de outras entidades, análises financeiras, estudos de viabilidade económica e financeira, formação profissional, estudos e pareceres sobre matérias contabilísticas (...)”.

<sup>19</sup> Segundo o art.º 4º, n.º 1 do estatuto da ordem dos economistas (Decreto-Lei n.º 174/98, de 27 de junho): “a atividade e o exercício da profissão de economista materializam-se em análises, estudos, relatórios, pareceres, peritagens, auditorias, planos, previsões, certificações e outros atos, decisórios ou não, relativos a assuntos específicos na área da ciência económica”.

Impõe-se assim a criação de uma classe profissional especialista nestas matérias que possa ter uma colaboração estreita com o setor judicial. Deverá ser um profissional com qualidades e características próprias com formação específica e aprofundada nas áreas de contabilidade e auditoria forense e com formação acessória nas áreas análise financeira, direito e tecnologias de informação.

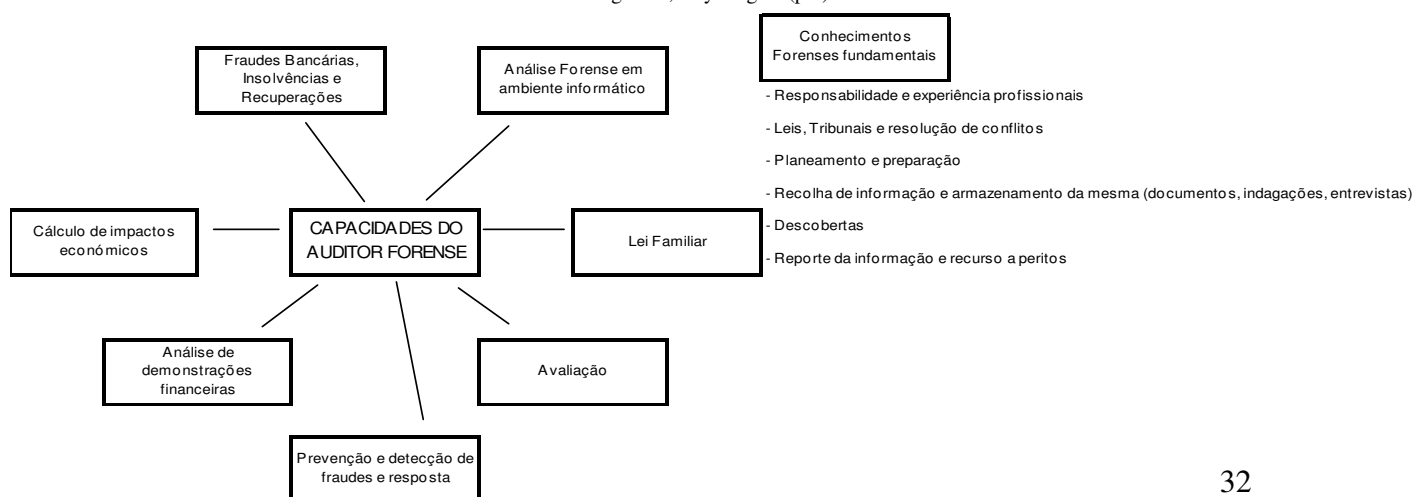
A nível de ensino apenas se verifica o seu leccionamento no curso de mestrado de auditoria financeira do Instituto Superior de Contabilidade e Auditoria de Lisboa como disciplina optativa, e ainda, desde 2008 o curso de pós-graduação em gestão de fraude a ser lecionado na Faculdade de Economia da Universidade do Porto, onde são integradas a vertente de gestão de fraude e ainda da *forensic accounting*. Tratam-se de iniciativas com pouco relevo ao nível do ensino o que se coaduna com a visão sobre a vertente profissional. Na minha opinião, um facto que dava maior consistência à especialização de auditores forenses prende-se com o seu leccionamento no 1º ciclo do ensino superior ou pelo menos no 2º ciclo do ensino superior, em cursos de contabilidade, gestão ou auditoria, mas sempre com carácter obrigatório.

A nível de investigação deste tema em Portugal também existe pouca informação ainda disponível, das quais destacamos Taborda, (2002), Almeida, (2003), Almeida, (2005), Almeida e Taborda, (2004), que contudo se tratam de enquadramentos conceituais, revisão de literatura e prestação de palestras, não existindo da parte das entidades governamentais o mesmo intuito de criação e institucionalização da profissão.

## 2.2 – Qualidades do auditor forense

A auditoria forense foi um tema que começou a ser abordado na década de 90, com uma série de estudos levados a cabo por diversos autores. Um número crescente destes estudos levou o foco de atenção dos profissionais a despertar para estes temas, destacando, nomeadamente, Cohen *et al*, (1996) como tendo sido um dos primeiros estudos que mais se debruçaram sobre o tema; Baron, (2006); Wells, (2003); Rezaee *et al*, (2004). Segundo o estudo intitulado “*Characteristics and Skills of the Forensic Accountant*”, levado a cabo pela Davis *et al*, (2010), com base em informação disponibilizada pelo AICPA, os investigadores conseguiram concluir acerca do perfil característico e de determinadas capacidades chave, cujos auditores forenses devem estar dotados de forma a desenvolver o seu trabalho. Baseado no entendimento do AICPA, um auditor forense deve possuir nomeadamente capacidade analítica de grandes quantidades de informação, bem como capacidades de investigação e de comunicação. A imagem que se segue demonstra de forma eficaz estas mesmas capacidades:

Imagem 4: Capacidades do auditor forense. Adaptado de: Durkin e Ueltzen, (2009). The Evolution of The CFF Credential, The Practicing CPA, July/August (p.2).





Como se constata do quadro supra e da análise de diversos estudos acerca do tema, um auditor forense deve estar dotado de conhecimentos forenses especializados, na procura da fraude e do acto doloso e pouco transparente. Uma outra característica comumente citada em diversos estudos é a da capacidade de cálculo de impactos económicos de situações que se consigam prever, concluindo-se que são estas características chave que devem dotar os profissionais. De acordo com Bologna e Lindquist, (1995): “a aplicação de competências na área financeira e dotado da mentalidade de investigador perante assuntos por resolver, obedecendo a regras de evidência. Como disciplina agrega conhecimentos na área de Finanças, Fraude e Gestão, bem como componentes forenses”, este conceito abrange algumas capacidades anteriormente citadas.

Do ponto de vista académico também algumas faculdades começaram a englobar nos seus currículos cadeiras ligadas ao tema, ou mesmo cursos inteiros dedicados, no plano internacional<sup>20</sup>. Por outro lado, também alguns investigadores se começaram a questionar da necessidade de tamanha especialização e desenvolvimento de características de auditor forense. De entre alguns críticos, destacam-se Cohen *et al*, (1996); Harris e Brown, (2000), Messmer, (2004) ou Ramaswamy, (2005). DiGabriele, (2008), no seu estudo intitulado “*Uma investigação empírica acerca das capacidades do auditor forense*”, inquiriu académicos, profissionais de auditoria forense e utilizadores dos serviços de auditoria forense, de forma a conseguir definir quais as características chave dos profissionais. Conseguiu então identificar nove características chave (com base nos estudos já anteriormente elaborados) para os citados três grupos de *stakeholders* e obteve a taxa de concordância/discordância com a importância das mesmas. De acordo com os resultados obtidos, DiGabriele conseguiu concluir que estes grupos de *stakeholders* dão diferentes importâncias às capacidades de conhecimento (capacidades de auditoria) e habilidade de investigação, mas concordam com as capacidades de competência que o auditor deve possuir, o que também se traduz nos diferentes interesses de cada um. Verifica-se, nas respostas obtidas no estudo, que tanto académicos, como profissionais concordam que o auditor deve ter espírito crítico e capacidade de definir estratégias, contudo em segundo lugar da listagem de requisitos, académicos consideram que o auditor deve possuir capacidades de auditoria, enquanto os profissionais consideram dois itens com a mesma pontuação, i.e., capacidade escrita e capacidade oral, enquanto os utilizadores, no topo do *ranking* consideram que os auditores devem possuir capacidade oral e em segundo lugar capacidade de simplificação e síntese, de modo a servir as suas necessidades. No outro topo da tabela, verifica-se que os 3 grupos consideram que o item que menos peso deve ter será a capacidade de resolver problemas estruturados. Outra questão colocada no questionário elaborado por DiGabriele prende-se com o facto das qualificações profissionais do auditor, conforme demonstra a seguinte tabela:

Imagem 5: Necessidade de formação e credenciação dos auditores forenses. Adaptado de : DiGabriele, (2008). An empirical investigation of the relevant skills of forensic accountants. Journal of education for business, july/august, (p. 331-338).

Utilizadores	Académicos	Profissionais (CPA)
1,49	1,38	1,54

No estudo, considerou-se as respostas com cotação de 1 – 5 (Concordo fortemente, concordo, não concordo nem discordo, discordo e discordo fortemente) e verifica-se que na generalidade os grupos estudados concordam que os profissionais devem ter formação e credenciação profissional. Importa assim perceber a credenciação

<sup>20</sup> Nos Estados Unidos destacam-se os seguintes: Buckhoff e Schrader, (2000); Peterson e Reider, (2001); Rezaee, *et al*, (2004); Seda e Kramer, (2008).

profissional (CPA) via AICPA; O AICPA reconhece a profissão, fornecendo o curso e posterior certificação dos profissionais como auditor – *certified public accountant* (CPA), sendo esta credenciação a mais reconhecida a nível global, fornecida por este organismo neste ramo. Numa crónica do *journal of forensic accounting*<sup>21</sup>, o editor-chefe D. Larry Crumbley, (2009) escrevia “a natureza de evidenciar a informação contabilística” e descrevia três procedimentos de auditoria forense divididos em categorias: (1) descobrir, (2) analisar, (3) comunicar. Os resultados são analisados na seguinte tabela:

Imagem 6: Procedimentos de auditoria forense. Adaptado de : DiGabriele, (2008). An empirical investigation of the relevant skills of forensic accountants. *Journal of education for business*, july/august, (p. 331-338).

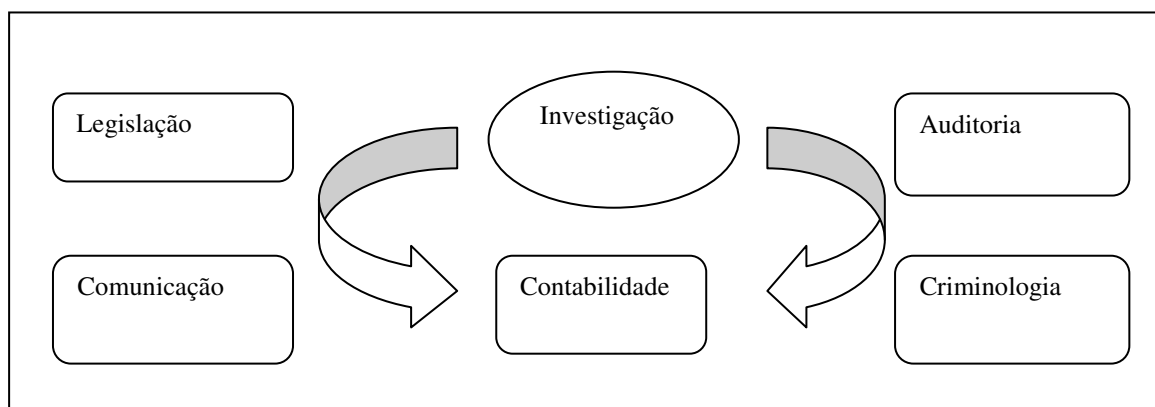
	Utilizadores	Académicos	Profissionais (CPA)
<b>Descobrir (1)</b>	<b>2,38</b>	<b>1,74</b>	<b>2,27</b>
<b>Analisar (2)</b>	<b>1,44</b>	<b>1,60</b>	<b>1,72</b>
<b>Comunicar (3)</b>	<b>2,18</b>	<b>2,66</b>	<b>2,01</b>

Verifica-se uma convergência nas respostas dadas quer pelos utilizadores, quer pelos auditores, colocando em primeiro lugar “descobrir” situações relativas a actos fraudulentos, em segundo lugar, “comunicar” as conclusões a que se chega com a “análise” efectuada. Por outro lado, verifica-se que os académicos consideram como protocolo mais importante a comunicação das conclusões, colocando em segundo lugar a descoberta dessas mesmas situações e por último a análise das mesmas.

Este estudo permite concluir que as características de análise são as mais esperadas pelos *stakeholders* da profissão. Os resultados também revelam que as capacidades de comunicação, a capacidade de simplificar o que é complexo, a habilidade para fornecer a opinião sobre o quadro legal não geram consenso quanto à sua importância. Ficou demonstrado também, que o mercado espera qualificações, capacidade e credenciação profissional dos auditores. O aumento da prestação de serviços de auditoria forense faz prever o aumento da credenciação dos profissionais via AICPA, o que sugerirá que, no futuro próximo, se deverá verificar um filtro maior das capacidades para admitir profissionais à credenciação, tal como já acontece com outras certificações de profissionais atualmente.

Assim, o auditor forense deve, utilizar ferramentas de investigação para conduzir as suas buscas, comunicar claramente e de forma concisa e estar preparado para “ver através dos números” e determinar a situação real das situações, como se verifica na imagem seguinte:

Imagem 7: Investigação contabilística. Elaboração Própria.



<sup>21</sup> [www.rtedwards.com/journals/JFA/evidentiary.html](http://www.rtedwards.com/journals/JFA/evidentiary.html)

Dado que o auditor forense trabalha em estreita cooperação com o sistema judicial, torna-se importante distinguir o compromisso que este deve assumir. Por exemplo: uma disputa é um conflito entre partes que pode resultar num corte e levar a uma ação judicial. Uma disputa judicial é um conflito potencial entre duas ou mais partes que acarreta suspeita da prática de atos ilícitos/atividades ilegais e que pode resultar em ações judiciais. Uma ação judicial é então um procedimento instituído, levado a cabo nas instituições judiciais, para reajustar uma ação civil que pode ter como ação corretiva uma pena. O papel do auditor enquanto investigador ou perito judicial vai ser fulcral no apoio ao sistema judiciário, uma vez que fez um profundo trabalho de investigação do caso concreto e assim o seu testemunho pericial será fundamental para a conclusão justa do caso, o que implica que o auditor esteja plenamente consciente do seu papel e das suas responsabilidades ao aceitar um trabalho deste tipo. Por norma, o trabalho do auditor é sempre desenvolvido num ambiente pesado e conflituoso o que se traduz num tratamento digno e respeitoso a todas as partes envolvidas, uma vez que não cabe ao auditor tomar juízos de valor mas sim reunir factos e provas conducentes às conclusões das instâncias judiciais. Torna-se também fundamental que um auditor forense, ao aceitar um trabalho deste tipo esteja isento de qualquer situação potenciadora de conflitos de interesses de forma a poder assim efetuar uma análise totalmente isenta e sem qualquer condicionalismo. Posteriormente, o acordo entre o auditor forense e o cliente, deve ser reduzido a escrito, num acordo que preveja todas as condições de desenvolvimento dos trabalhos a realizar, redigido cuidadosamente, uma vez que poderá ser utilizado em tribunal contra o auditor e pôr em causa a sua dignidade e credibilidade profissional. O desenvolvimento do trabalho e os conhecimentos do auditor nunca se devem sobrepor à legislação existente, o que significa que o auditor deve utilizar todas as técnicas à sua disposição e conhecimentos e qualidades que possua e pô-las à ordem das suas análises, mas sempre tendo por base a legislação existente e a sua hierarquia, devendo atuar sempre dentro da mesma.

### Técnicas de investigação em auditoria forense

A auditoria forense deve estar focada nas transações significantes, quer se encontrem registadas nas demonstrações financeiras, quer estejam fora do balanço (contratos, responsabilidades perante terceiros que não dêem lugar a registos em balanço, etc). As técnicas mais comuns denominam-se 1) “auditoria do ponto crítico” e 2) “auditoria de propriedade”. De seguida abordarei então intensivamente cada técnica.

- 1) “Auditoria do ponto crítico”: Esta técnica consiste numa filtragem dos sintomas de fraude, nas transações normais e regulares, uma vez que por norma os fenómenos fraudulentos se encontram registados e dissimulados neste tipo de transações. Para isto, o auditor vai analisar as demonstrações financeiras, os registos contabilísticos, para assim encontrar: i) análise da tendência das transações da entidade; ii) débitos/créditos pouco usuais ou em contas que normalmente se movimentam a crédito/débito, respetivamente; iii) discrepâncias nos recebimentos / pagamentos efetuados quando comparado com os balanços e inventários, verificando assim se existem discrepâncias para com os registos; iv) acumulação de valores em contas com fracos controlos, como as contas de especialização; v) falsos créditos nas contas de vendas, para criar um aumento fictício desta rubrica, sem se verificar os pagamentos das mesmas ou um desdobramento por contas personalizadas; vi) movimentos a débito/crédito que se traduzem em transferências fictícias entre diversas contas de modo a dissimular ou

dificultar o rasto das mesmas; vii) insuficiências dos controlos internos ou das verificações, nomeadamente ao nível das reconciliações bancárias.

- 2) “Auditoria de propriedade”: técnica conduzida pelas instituições supranacionais de auditoria, em Portugal, este tipo de auditoria é desenvolvido pelo Tribunal de Contas, de forma a analisar as contas de uma nação, isto é, se todos os gastos incorridos são estritamente os necessários e se as receitas foram realizadas e deram entrada nas contas. Trata-se da técnica do “*value for money*”, onde se deve assegurar a eficácia, eficiência e economia dos recursos disponíveis. Esta analogia pode ser aplicada à auditoria forense, com as devidas modificações, no caso da existência de fraude. As fraudes financeiras resultam do desperdício injustificável e despesas infrutíferas de fundos de uma entidade.

Dada a repercussão de um trabalho de auditoria forense, este deve ser continuamente ajustado caso surjam novos factos reveladores de situações importantes para a análise e comunicadas essas orientações de imediato a todos os envolvidos no trabalho. Todo o trabalho será resumido na peça final de comunicação, um relatório, o qual implica uma explanação detalhada mas concisa de todos os factos importantes para as conclusões do trabalho, devendo todos os pontos relatados se encontrar documentados nos papéis de trabalho, seja em dossiers (formato físico), seja em cd’s ou pen’s (formato digital).

De acordo com a perspetiva tradicional do auditor financeiro, cujas características incluem a educação, treino e experiência de acordo com a validação dos princípios contabilísticos geralmente aceites, bem como a sua aplicação, conhecimentos fiscais, e o conhecimento geral do negócio, consegue-se assim explicar as diferenças existentes entre ambos os profissionais.

## 2.3 – Diferenciação entre erro e fraude

Como anteriormente foi referido, a detecção de erros e fraudes não é o principal trabalho de um auditor financeiro aquando da certificação legal de contas, contudo, algumas situações podem ser descobertas no decurso dos trabalhos, sendo fundamental a tempestividade das acções levadas a cabo, conforme a situação o exija.

Segundo a ISA 240 – *The auditor’s responsibilities relating to fraud in a audit of financial statements* (responsabilidade do auditor ao considerar a fraude numa auditoria de demonstrações financeiras), as distorções nas demonstrações financeiras podem resultar de fraudes ou de erros, sendo certo que ambas, dependendo da sua extensão se podem traduzir em impactos materialmente relevantes nas peças financeiras.

A imagem seguinte faz a distinção chave entre os conceitos anteriormente descritos:

Imagem 8: Diferenciação entre fraude e erro. Elaboração Própria, baseado na redação de International Federation of Accountants (IFAC); ISA 240 – a responsabilidade do auditor ao considerar a fraude numa auditoria de demonstrações financeiras.

FONTES DE DISTORÇÃO DA INFORMAÇÃO FINANCEIRA	
ERRO	FRAUDE
Distorção da informação financeira <b>sem</b> intenção de causar prejuízos.	Distorção da informação financeira <b>com</b> intenção de causar prejuízos.

Para a referida ISA, embora o conceito de fraude embora seja algo amplo, para o auditor interessa a que provoca distorções materialmente relevantes nas demonstrações financeiras. As distorções nas demonstrações financeiras resultantes de actos intencionais podem ser devidas quer a relato financeiro fraudulento quer a apropriação indevida de activos, vulgo desvios.

Quanto ao relato financeiro fraudulento, este envolve distorções intencionais incluindo omissões de quantias ou de divulgações nas demonstrações financeiras para enganar os utentes das mesmas, das quais se destacam:

- Manipulação, falsificação ou alteração de registos contabilísticos ou da documentação suporte das peças contabilísticas<sup>22</sup>;
- Errada aplicação (intencional) dos princípios contabilísticos geralmente aceites;
- Representação desacertada ou omissão intencional nas demonstrações financeiras de acontecimentos, transacções, ou outras informações significativas.

Segundo ainda a mesma ISA, não raras vezes, o relato financeiro fraudulento envolve a ignorância deliberada de controlos implementados que aparentemente estão em perfeito funcionamento, através de ações perpetradas por gestores, nomeadamente com lançamentos contabilísticos sem suporte documental válido ou fiscalmente aceite, ou ainda por outro lado antecipando, diferindo ou mesmo omitindo o reconhecimento nas demonstrações financeiras de determinadas operações que tenham ocorrido no período em causa, ou até alterando registos e transações significativas e pouco usuais.

Deste conjunto de técnicas utilizadas ressalta a grande importância da sensibilidade necessária pelos auditores na condução dos seus trabalhos e uma análise constante do princípio da especialização. Veja-se o seguinte exemplo, uma empresa de eletrodomésticos que tem por objetivo a venda de mercadorias em estado novo a consumidores finais e que por outro lado compra essas mesmas mercadorias no mesmo estado aos fornecedores. É normal que os programas de trabalho definidos envolvam o exercício de diversos controlos levados a cabo a áreas de maior rotina da atividade da empresa e que por outro lado também tenham um maior peso na estrutura da mesma, uma vez que o trabalho de auditoria por norma (salvo raras exceções) é desenvolvido numa base de amostragem representativa da população. É assim normal o desenvolvimento de testes às compras selecionando uma pré-determinada percentagem de compras e comparando os registos contabilísticos com os documentos suporte das mesmas transações de forma a verificar a sua veracidade, validade e rigor aritmético.

Tal como é normal o desenvolvimento de procedimentos análogos na área de vendas. Agora imagine-se que a política da empresa passa pela recolha de electrodomésticos usados, que guarda em armazéns apropriados para o efeito e que posteriormente vende em quantidades consideráveis para sucatas; Supondo que essa empresa efectua quatro vendas por ano e que os produtos dessas vendas representam uma percentagem pouco significativa do global, registado nas demonstrações financeiras (embora essa quantia em valor assuma um valor algo significativo), pode-se assumir que essa não é uma operação rotineira da empresa e essas operações não serem assim alvo de controlos por parte dos auditores; Logo, se essas operações contiverem uma distorção de algum género poderão não ser detetadas num vulgar trabalho de auditoria financeira.

Quanto à apropriação indevida de ativos, envolve o roubo de ativos de uma entidade, o qual é por vezes levado a cabo por colaboradores e em montantes imateriais. Porém podem existir casos perpetrados por gestores, que devido aos seus

---

<sup>22</sup> De acordo com Golden *et al.*, (2005) trata-se de uma fraude “caraterizada por erros ou omissões intencionais no Relato Financeiro com o objetivo de enganar os stakeholders da informação financeira.

conhecimentos técnicos gozam de maiores faculdades para disfarçar ou dissimular os seus atos e dificultar a sua deteção. Destacamos nomeadamente:

- Desvio de cobranças;
- Roubo de ativos fixos tangíveis;
- Pagamento de bens/serviços não recebidos.

A apropriação indevida de ativos<sup>23</sup>, é muitas vezes acompanhada de registos ou documentos forjados de forma a dar suporte aos atos do autor e obviamente quanto maior a fungibilidade do ativo em causa maior será a facilidade com que este poderá ser desviado, facto que as entidades devem ter em conta aquando do combate deste tipo de situações. Por outro lado, também ao auditor é exigido aquando da realização dos seus trabalhos que, caso tenha conhecimento de problemas a envolver determinado colaborador, leve esse facto em conta na avaliação do risco e que coadune as suas ações de acordo com esse facto.

Fatores de risco relativos a distorções provenientes de relato financeiro fraudulento:

- Setores demasiado concorrenciais, cujos níveis de lucratividade e estabilidade da organização estejam em risco;
- Alto grau de concorrência ou saturação do mercado face aos produtos/serviços oferecidos, bem como a queda das margens;
- Vulnerabilidade elevada e constantes alterações em tecnologia do produto ou de taxas de juro das operações contratadas;
- Declínios abruptos na procura, quer em particular, quer na sociedade em geral;
- Prejuízos contínuos que geram resultados continuamente negativos e põem em causa a solvabilidade da organização;
- Resultados positivos, mas com fluxos de caixa continuamente negativos;
- Crescimento exponencial ou anormal, tendo em conta o histórico da empresa ou do setor.

Embora o auditor financeiro possa suspeitar e indiciar, não lhe compete concluir se a fraude ocorreu realmente, existindo para isso competentes entidades.

Ao analisarmos marcos históricos conseguimos verificar alguns patamares interessantes no que se refere aos deveres dos auditores e à exigência da sociedade na deteção de erros e fraudes por parte destes. Assim, poderemos definir 5 patamares:

- Até 1844: antes da revolução industrial o trabalho de auditoria em aspetos comerciais era bastante reduzido. A preocupação centrava-se na “utilização honesta e apropriada de fundos” por parte dos responsáveis pelos mesmos, sendo o principal objetivo da auditoria, a deteção de fraudes na utilização desses fundos.
- Até 1920: a deteção da fraude é ainda aceite como um objetivo primário da auditoria. Era pedido aos profissionais da auditoria a condução dos trabalhos com razoável destreza e com cuidado necessário às circunstâncias.
- Até 1960: devido ao conturbado período socioeconómico vivido, bem como com o posterior crescimento quer em quantidade quer em complexidade do tecido empresarial, os auditores foram mais uma vez forçados a alterar os objetivos dos seus trabalhos, verificando-se nesta fase uma alteração que marcou profundamente o objetivo dos mesmos e que se tem mantido até à atualidade, uma vez que a deteção de erros e fraudes deixou de ser o fim primordial em primazia da verificação da verdade e da razoabilidade constantes das peças financeiras produzidas pelas empresas, de forma a serem

---

<sup>23</sup> De acordo com a ACFE a apropriação indevida de ativos “*envolve o furto de ativos financeiros líquidos ou equivalentes, utilizando esquemas em que estes meios são furtados quer antes, quer após a sua relevação contabilística*”.

consideradas na tomada de decisão pelos gestores, passando estes a serem os principais responsáveis pela detecção de erros e fraudes.

- Até 1980: na década de 60, a profissão viveu um período conturbado devido à crítica da sociedade face à negação por parte dos profissionais na detecção de erros e fraudes, pelo que as normas orientadoras alertavam para a necessidade da programação dos trabalhos de auditoria de forma que, caso estas existam e sejam materialmente relevantes, sejam detetadas.

- Após 1980: a partir da década de 80, devido quer em parte, ao número de casos de fraudes empresas, essencialmente norte-americanas, quer em parte devido à exigência da sociedade na detecção de erros e fraudes por parte dos auditores, a verdade é que se tem verificado uma mudança na postura dos auditores no que se refere à fraude, reconhecendo algumas responsabilidades na detecção e divulgação das mesmas.

Nos Estados Unidos, a SAS 1, instrui o auditor a planear e realizar a auditoria de modo a obter uma segurança razoável de que os relatórios estão isentos de distorções materialmente relevantes, causadas por erros e fraudes. A auditoria deve ser realizada com um certo grau de ceticismo e espírito crítico de modo a assegurar que erros e fraudes, sejam detetadas caso existam, embora não seja nem possa ser responsabilizado pela ocorrência de erros e fraudes, sendo por acréscimo um factor dissuasor.

Com os escândalos verificados no início do século levou a uma revisão do normativo e à emissão da *Statement of Auditing Standards (SAS) n.º 99 – Consideration of fraud in a financial statement audit*. Este quadro normativo teve como objetivo suceder à SAS 82 de 1997 onde se verifica que a base da responsabilidade do auditor se mantém, uma vez que a ele não é atribuída primariamente a responsabilidade de detecção da fraude. De acordo com o estudo de *Singleton et al, (2006)*, torna-se importante a análise e avaliação dos auditores na fase de planeamento dos trabalhos da possibilidade de ocorrência de fraudes e os seus impactos nas demonstrações financeiras. Segundo o autor deve ainda o auditor:

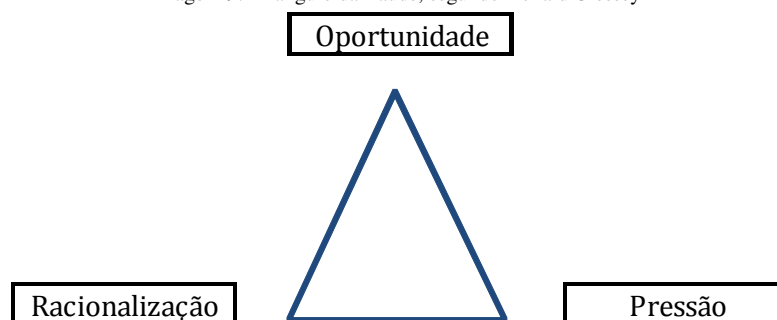
- Compreender quer as características, quer os sinais de alerta de fraudes (*red flags*);
- Avaliar o risco de ocorrência de fraudes com impacto materialmente relevante nas demonstrações financeiras;
- Planear e desenvolver o seu trabalho obtendo uma segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão isentas de erros ou fraudes;
- Obter prova suficiente e adequada quer em extensão quer em profundidade dos procedimentos de auditoria realizados em relação à fraude;
- Manter sempre uma atitude de ceticismo profissional não fazendo juízos prévios acerca da conduta da gestão;

Importa salientar que a SAS 99, embora não incremente imputação de responsabilidades ao auditor, em relação à ocorrência de fraudes, contém algumas *guidelines* para definir, o padrão de comportamento dos profissionais na sua responsabilidade de detecção de distorções, com impacto materialmente relevante nas demonstrações financeiras. A referida SAS 99 agrupou os diversos *red flags* em 3 vértices do denominado triângulo da fraude<sup>24</sup>, cujos vértices se denominam:

---

<sup>24</sup> Figura desenvolvida por Donald R. Cressey (1919-1987) no desenvolvimento da sua tese de doutoramento no final da década de 50 do século XX.

Imagem 9: Triângulo da fraude, segundo Donald Cressey



- Oportunidade – percepção de pessoa/entidade acerca da probabilidade de cometer um ato fraudulento sem ser incriminado pelo mesmo;
- Pressão – motivo que leva um indivíduo a cometer um ato fraudulento, normalmente relacionado com pressões de foro pessoal/particular.
- Racionalização – forma de negação que a pessoa/entidade que atuou fraudulentamente geralmente utiliza para justificar a si própria o ato perpetrado e não aceitar a realidade dos factos.

Segundo Almeida, (2003), citando (Jurinski e Lipman, 1999), “a fraude pode ser cometida por uma só pessoa, ou, resultar em conluio e as oportunidades e incentivos à fraude descrevem-se da seguinte forma:

Imagem 10: Oportunidades e incentivos à prática de fraudes. Adaptado de Almeida, (2003). “O papel dos auditores na descoberta e divulgação de atos ilegais”, Revista Portuguesa e Brasileira de Gestão, vol 2, (p. 74-83)

<i>Incentivos à fraude</i>	<i>Oportunidades de fraude</i>
- Ir ao encontro das expectativas dos investidores;	- Controlos internos inadequados;
- Pressões Orçamentais;	- Poder na mão de uma ou reduzido número de pessoas;
- Pressão de objetivos;	- Transações complexas;
- Influenciar os credores de modo a estes manterem/aumentarem o crédito;	- Empresas a atuar em setores de alto risco;
- Escapar a penalizações por não atingir os objetivos;	- Inexistências de políticas éticas.

Segundo a atual redação da ISA 240 (já citada), “um auditor não pode obter segurança absoluta de que não virão a ser detetadas distorções materiais nas demonstrações financeiras (...)”. “Devido às limitações inerentes de uma auditoria, existe um risco inevitável de que algumas distorções materiais das demonstrações financeiras não serão detetadas”; “Ao obter garantia razoável de fiabilidade, um auditor mantém uma atitude de ceticismo profissional durante a auditoria (...)”. Uma série de procedimentos devem realizados durante o processo normal de auditoria podem revelar indícios da existência de atos ilegais, a citar:

- Inspeções levadas a cabo por serviços de finanças ou pagamentos de multas;
- Compras a preços significativamente distorcidos dos praticados pelo mercado;
- Transações não usuais com entidades com sede em países com regime fiscal mais favorável (vulgo, paraísos fiscais);
- Pagamentos sem documentação fiscalmente válida;
- Não pagamento dos impostos devidos;
- Transações não autorizadas ou indevidamente registadas.

No caso de se detetarem indícios da prática de atos ilegais, devem ser realizados de entre outros, os seguintes procedimentos:

- Em primeiro lugar deverá o auditor documentar os todos os factos da melhor forma possível, de forma a ter na sua posse todo o suporte possível dos acontecimentos.



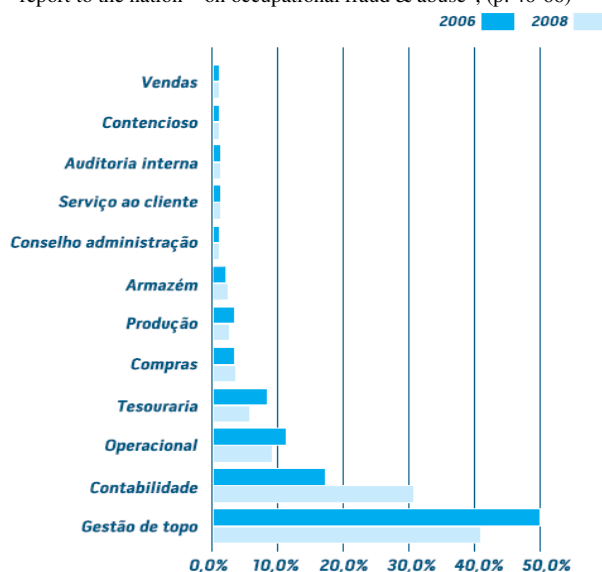
- Reunir com o Conselho de Administração de forma a obter explicações / esclarecimentos acerca da situação, tentar concluir se estes se encontravam a par da situação ou se coadunavam com a mesma, sendo no mínimo provável, que a colaboração que existia por parte da empresa com as equipas de auditoria será abalada, no caso de se tratar de uma fraude ou conluio<sup>25</sup>.
- Reunir com o departamento jurídico com o qual já colabore de forma a obter o devido acompanhamento de profissionais da área.

Procedimentos a serem adotados pelo auditor quando ocorre um ato ilegal:

- Considerar o impacto das distorções nas demonstrações financeiras e caso se tratem de distorções com materialidade devem ser executados procedimentos adicionais ou modificar os que tenham sido previstos;
- Reconsiderar, se necessário, a relação com o cliente e, se for caso disso, ponderar a possibilidade de abandono dos trabalhos, bem como a denúncia do contrato;
- Comunicar o sucedido ao comité de auditoria (se existir);
- Contatar, apenas, as autoridades competentes caso a lei o obrigue<sup>26</sup>.

Em todo o caso, demonstra a imagem seguinte, que na grande maioria das ocorrências, as situações tituladas como fraude, com impactos significativos, foram levadas a cabo por pessoas com cargos de autoridade no seio das organizações:

Imagem 11: Autores de fraude. Fonte: Relatório ACFE, (2008). “2008 report to the nation – on occupational fraud & abuse”, (p. 46-66)



Esta conclusão é reforçada, sobretudo, quando existem situações de acumulação de funções, pelo que um fator fundamental dissuasor da fraude é de facto um controlo interno o mais eficaz possível, tendo a organização sempre em conta que a implementação de um controlo interno, quanto mais eficaz for, maior será o seu custo, pelo que deve sempre ter em atenção a relação custo/benefício.

<sup>25</sup> Termo que retrata o envolvimento de diversos indivíduos no obscurecimento de uma determinada situação de carácter fraudulento.

<sup>26</sup> Segundo o quadro legal atualmente em vigor em Portugal, nomeadamente o art. 158º do Decreto-Lei 487/99, de 16 de novembro, estabelece que os R.O.C. devem participar ao Ministério Público através da oroc, os indícios detetados no exercício das suas funções de interesse público, da prática de crimes públicos.

## 2.4 – O papel do auditor financeiro face à fraude

De acordo com a definição do IFAC (2006) “*o objetivo de uma auditoria de demonstrações financeiras é o de permitir que o auditor expresse uma opinião sobre se essas mesmas demonstrações financeiras estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com uma estrutura concetual de relato financeiro aplicável*”. O objetivo de uma auditoria, bem como o papel dos auditores em relação à fraude tem evoluído de acordo com a evolução da sociedade e da própria auditoria. Após a série de escândalos financeiros vividos em 2002, o AICPA emitiu, no mesmo ano, a já referida SAS 99 – “*consideration of fraud in a financial statement audit*”. Esta norma comparada com a anterior (SAS 82 de 1997), não visa aprofundar a responsabilidade do auditor na deteção de fraudes, não lhe imputando a responsabilidade primária pela sua deteção. De acordo com Singleton *et al*, (2006), a linha de orientação mais importante da SAS 99 é o trabalho de reflexão e avaliação inicial, na fase de planeamento, dos esquemas de fraude que podem ocorrer e qual o risco de cada um deles, devendo o auditor estar atento a calcular o impacto da fraude nas demonstrações financeiras. Acrescentam ainda que os auditores deverão observar o seguinte:

- Compreender as *red flags*;
- Avaliar o risco de ocorrência de fraude nas demonstrações financeiras com impacto material;
- Planear e desenvolver a auditoria no sentido de obter uma garantia razoável que as demonstrações financeiras estão livres de inexactidões causadas por erros ou fraudes;
- Ter o devido cuidado no planeamento, desempenho, avaliação e documentação /suporte do resultado dos procedimentos de auditoria em relação à fraude;
- Adotar um adequado grau de ceticismo profissional, não fazendo asserções prévias quanto à honestidade ou desonestidade da gestão;

Os mesmos autores acrescentam, por último, que os auditores, na presença de erros ou omissões em resultado de fraudes (materialmente relevantes ou cujo valor não possa ser determinado) deverão:

- Delegar responsabilidades à equipa de auditoria, experimentada e treinada na avaliação do risco de fraude;
- Informar as ocorrências ao nível adequado da entidade;
- Tentar obter evidências adicionais;
- Insistir com a entidade para reverter os efeitos da fraude ao nível das demonstrações financeiras;

Analisando a norma SAS nº 99 do AICPA, é ainda de salientar:

- Que o auditor, numa auditoria adequadamente planeada e executada não é garantia que as fraudes materialmente relevantes sejam sempre detetadas;
- O risco de os auditores não detetarem distorções materiais resultantes de fraudes é maior que o de erros, pois as fraudes envolvem normalmente atos concebidos para as ocultar, são intencionais e, por vezes, em conluio.
- Que, o já referido e exigido ceticismo profissional do auditor, assume significativa importância, sendo de salientar no articulado desta norma as seguintes referências a esta postura e/ou atitude:

- Necessidade do auditor assumir uma postura cética (ceticismo profissional) quando existam evidências da presença de anomalias nas demonstrações financeiras (DF), originadas por atividades fraudulentas;
- Favorece a identificação dos potenciais riscos de distorções, materialmente relevantes, nas DF's devido à fraude (fase de planeamento da auditoria). Perante estes riscos de fraude o auditor deverá reforçar o ceticismo profissional;
- O auditor deverá desenvolver o seu trabalho de campo atendendo aos resultados obtidos nas fases anteriormente descritas. Mais uma vez, a norma enfatiza que a resposta do auditor perante os riscos de fraude materialmente relevantes terá, necessariamente, que envolver o ceticismo profissional;

No que se refere ao ceticismo profissional, Kerler e Killough, (2009), realizaram um estudo com o intuito de analisar se os auditores eram capazes de cumprir este requisito imposto pela referida SAS nº 99. Para isso, desenvolveram e distribuíram um questionário entre 145 auditores pertencentes quer às *big four*<sup>27</sup> (12 escritórios) quer a outras empresas de auditoria (9 escritórios), num total de 21 escritórios de auditoria.

Ao contrário do disposto na SAS nº 99, o estudo demonstrou o nível de risco atribuído pelo auditor à empresa depende do historial dos trabalhos aí realizados. Consequentemente, as experiências passadas positivas aumentam a confiança do auditor na entidade atribuindo-lhe um baixo risco de ocorrência de fraude. Os auditores só assumem uma postura mais cética após uma experiência negativa na entidade.

A SAS 99, contém ferramentas adicionais e linhas de orientação que assistem o auditor na sua responsabilidade de deteção de distorções materialmente relevantes. Estas ferramentas suportam-se essencialmente em disponibilizar ao auditor *red flags*, os quais a norma agrupou pelos 3 vértices do triângulo da fraude. Também outros autores estudaram esta matéria, nomeadamente, Moyes *et al*, (2005), realizaram um estudo acerca da SAS 99, que consistiu dirigir um questionário a 1800 auditores, solicitando-lhes a hierarquização da eficácia de cada uma das *red flags* da norma, de 1 (não efetivo) a 6 (extremamente efetivo).

O número de respostas ascendeu a cerca de 4,2%, tratando-se de auditores seniores ou como certificados por entidades de reconhecido prestígio, nomeadamente certificação como *certified internal auditor* do IIA.

As *red flags* que obtiveram a melhor classificação, próximo do nível 5 “muito eficaz” (*very effective*), foram os seguintes:

- Restrições formais ou informais impostas pela empresa, limitando o acesso a pessoas ou informação - 4,97 pontos;
- Transações complexas, não usuais, de montantes significativos e que ocorrem especialmente perto do final do exercício - 4,95 pontos;
- Comportamento dominador do órgão de gestão em relação aos auditores, sobretudo quando tenta influenciar o âmbito do trabalho de auditoria - 4,92 pontos;
- Antecedentes de fraude, violações de leis ou outro tipo de contingências relevantes - 4,82 pontos;
- Transações não usuais, com entidades relacionadas, não sujeitas a auditoria ou auditadas por entidade distinta - 4,74 pontos;
- Chief financial officers (CFO)<sup>16</sup> e outros diretores executivos que têm uma excessiva influência ou controlo na organização, podendo desautorizar ou ignorar as políticas ou recomendações do conselho de administração - 4,72 pontos;

<sup>27</sup> No estudo são referidas a Ernst & Young, Price Waterhouse Coopers, Deloitte e KPMG.

- Negligência por parte da gestão na implementação e comunicação interna de uma adequada política de ética - 4,52 pontos;

Constata-se que a auditoria, embora não assuma a responsabilidade primária pela detecção de fraudes, está claramente mais preocupada com estas ocorrências e num esforço de reunir ferramentas adicionais, sobretudo na fase inicial do trabalho de planeamento e avaliação do risco. À semelhança do AICPA também a IFAC tem demonstrado preocupações relativamente à fraude no relato financeiro. Este organismo tem procedido à revisão de algumas ISA com o intuito de melhorar o enquadramento normativo da profissão, através da sua clarificação. Em fevereiro de 2004 fez a revisão da ISA 240 *the auditor's responsibility to consider fraud in an audit of financial statement*, como consequência dos já referidos e sucessivos escândalos financeiros.

Pode-se assim constatar que a linha de orientação desta norma é idêntica à SAS nº 99 do AICPA, em especial na clarificação do papel e responsabilidades do auditor perante a fraude, de modo a potenciar uma maior credibilidade da auditoria perante a sociedade, reforçando o conceito de ceticismo profissional. Ou seja, a revisão da ISA 240 integra os princípios básicos e os procedimentos recomendados essenciais contidos na SAS 99, já abordados.

Segundo Morais e Martins, (2007), verificam-se diversos pontos de convergência entre os papéis do auditor externo e do auditor interno no que diz respeito à fraude, especialmente no que se refere ao planeamento e desenvolvimento dos trabalhos e também no que diz respeito às próprias normas, pelo que se abordará de seguida esta vertente.

## 2.5 – O papel do auditor interno face à fraude

A auditoria interna é um ramo da auditoria financeira que tem vindo a ser cada vez mais reconhecida com o passar dos anos, em todo o mundo e segundo o I.P.A.I.<sup>28</sup>, pode ser definida como uma actividade independente, de garantia e de consultoria, destinada a acrescentar valor e a melhorar as operações de uma organização. Ajuda a organização a alcançar os seus objectivos, através de uma abordagem sistemática e disciplinada, na avaliação e na melhoria da eficácia dos processos de gestão de risco e de controlo implementados pela gestão das organizações. Nos primórdios, a auditoria interna estava apenas centrada no controlo dos ativos das empresas, constatar utilizações abusivas destes, verificava o cumprimento ou não das normas emanadas pela administração e constata o rigor e credibilidade da informação financeira. Existiam fortes limitações ao exercício da profissão, remetendo os auditores basicamente para a situação económico-financeira da empresa.

Nos Estados Unidos, os primeiros auditores internos apareceram há mais de setenta anos, dando-se com a criação do I.I.A.<sup>29</sup> em 1941, situação por si determinante para o desenvolvimento da atividade a nível global. No entanto, a existência comprovada de Auditoria Interna tem pouco mais de duas décadas. Na Europa,

---

<sup>28</sup> I.P.A.I. – Instituto Português de Auditoria Interna. Membro do IIA, que procede à certificação dos auditores internos em Portugal com a matriz do IIA.

<sup>29</sup> IIA - The Institute of Internal Auditors (Instituto de Auditores Internos), apresenta-se como a mais importante instituição mundial no âmbito da auditoria interna e da certificação de profissionais, tendo que o número de certificações atingiu 133 em finais de 2009, sendo 87 CIA-Certified Internal Auditors, 43 CCSA-Certification in Control Self- Assessment, 2 CFSA-Certified Financial Services Auditor e 2 CGAP – Certified Government Auditing Professional.

primeiramente o Reino Unido, e posteriormente a Alemanha são quem pratica auditoria interna há mais tempo. Em Portugal, a auditoria interna é uma profissão bastante recente. As empresas portuguesas só nos últimos anos têm vindo entender a necessidade destes profissionais, adaptando-se e ajustando-se consoante as suas possibilidades e o entendimento da função pelas suas administrações. Atualmente, com a série de escândalos e fraudes que se verificaram na área financeira, desde o início do século, têm-se repensado um pouco o papel que os auditores internos devem ter nas organizações na deteção e prevenção de fraudes. As fraudes cometidas têm um impacto direto na sociedade não só onde se inserem, mas, dependendo da escala que esta atinja, sendo proporcional com a dimensão da organização em causa. Na prática, verificou-se aliás que o impacto das fraudes nos Estados Unidos, não se cingiram ao território americano mas se espalharam por onde estas organizações tinham investimentos, devido à globalização de pessoas, bens e capitais. Algumas questões surgiram com estes factos, nomeadamente: “qual a função dos auditores?”, ou “porque não precaveram os auditores as fraudes?”, ou ainda “não houve independência na função de auditoria?” De acordo com os autores Franco e Marra, (2003) “a vantagem da auditoria interna é a existência, dentro da própria organização, de um departamento que exerce controlo permanente, antes, durante e posteriormente aos atos levados a cabo pela gestão”. Ora, face a isto denota-se a exigência da sociedade para que os auditores previnam os atos fraudulentos dentro das organizações. Ao longo dos anos, os departamentos de auditoria interna têm vindo a desenvolver instrumentos e ferramentas válidos e úteis na prossecução dos seus trabalhos, de forma a tornar mais eficaz o seu papel dentro das organizações. De facto, as ferramentas informáticas têm também permitido uma grande utilidade e maior desempenho da profissão e a constante procura por novas ferramentas deve também ser parte integrante da função, de modo a permitir sempre uma maior eficácia, uma vez que também as organizações estão em constante evolução. Contudo, este tema não tem sido debatido em virtude de, na opinião do autor se poder começar a ver o auditor interno como o “polícia” da organização e não ser essa a pretensão. Segundo a análise de diversos autores denota-se que embora a função dos auditores internos não seja a deteção de fraudes, essa função deve ser uma das principais vertentes. A fraude é um elemento de risco para qualquer organização, independentemente do ambiente operacional e dos controlos internos implementados. A utilização de um gabinete eficaz de auditoria interna na deteção e prevenção de fraudes poderá ser a diferença entre uma entidade que privilegie a transparência e uma entidade cuja missão dos auditores internos esteja comprometida.

Depois de uma breve introdução e evolução histórica, importa agora dar a conhecer as condições necessárias para se aceder à profissão e ser um *certified internal auditor* (CIA). Para se aceder à profissão torna-se necessário em primeiro lugar a realização de um exame, que se decompõe em quatro partes, todas elas fulcrais para o desempenho da profissão. Os candidatos a CIA deverão possuir ainda uma licenciatura ou equivalente, concedido por uma instituição de ensino superior acreditada. Para além disto, o I.I.A. permite que alunos finalistas possam concorrer a CIA a preços mais reduzidos que o normal, contudo esta condição ainda não é verificada em Portugal, via I.P.A.I. Importa ainda referir que, para se tornar um CIA o candidato tem de se ambientar com as Normas Internacionais para Prática Profissional de Auditoria Interna do I.I.A. e respeitar o Código de Ética do I.I.A.

O objetivo da auditoria interna assenta primariamente no auxílio dos membros da entidade em causa, apoiando a um desempenho mais eficaz e mais eficiente e economicidade das suas responsabilidades. A auditoria interna fornece assim análises, recomendações e informações úteis com base em um grande número de dados e com

respeito às atividades analisadas incluindo a promoção do controlo eficaz a custo razoável tendo em conta os benefícios retirados da mesma. Pode-se então afirmar que o auditor interno deve identificar as fraquezas, determinar as causas, pesar as consequências e encontrar uma solução de modo a convencer os responsáveis a agir. Regra geral, a melhor forma de convencer os responsáveis a agir passa pela identificação das perdas potenciais em caso de imobilidade perante uma fraqueza e não tanto por identificar um potencial ganho por tomar uma determinada ação. O auditor interno não deve ser visto como alguém estranho e que não seja bem-vindo numa organização mas sim, como um profissional que pretende responder às expetativas da administração sobre os maiores riscos da empresa: observando, aconselhando e prestando os esclarecimentos tidos como necessários aos responsáveis envolvidos, levando-os a implementar as ações corretivas que se achem ser necessárias de forma a se atingir determinado objetivo pretendido. Além disso, a auditoria deve ser encarada internamente como um poderoso apoio à gestão, baseada num processo sistemático, utilizando as técnicas de auditoria apropriadas, assemelhando-se cada vez mais com a função de consultoria de apoio à gestão. Castanheira, (2007) adapta a estrutura preconizada por McNamee e Selim, (1998), a qual traduz a mudança de paradigma do “controlo interno” para a “gestão do risco”, na seguinte imagem:

Imagem 12: “Auditoria interna: velho paradigma vs novo paradigma”. Castanheira, (2007). Auditoria interna baseada no risco - estudo do caso português. Dissertação de mestrado em contabilidade e auditoria, Universidade do Minho, Braga, (p.26).

CARACTERÍSTICAS	VELHO PARADIGMA	NOVO PARADIGMA
<b>Foco da Auditoria Interna</b>	Controlo Interno	Riscos de Negócio
<b>Resposta da Auditoria Interna</b>	Reactiva, após os factos, descontinua, observadora das iniciativas de planeamento estratégico	Proactiva, tempo real, monitorização contínua, participante nos planos estratégicos
<b>Avaliação de Risco</b>	Factores de Risco	Planeamento por Cenários
<b>Testes de Auditoria Interna</b>	Controlos Importantes	Riscos Importantes
<b>Métodos de Auditoria Interna</b>	Ênfase em Testes de Controlo Detalhados e Completos	Ênfase na Importância e Abrangência dos Riscos de Negócio Cobertos
<b>Recomendações da Auditoria Interna</b>	Controlo Interno: - Reforço - Custo-benefício - Eficiência/Eficácia	Gestão de Risco: - Evitar/Diversificar o Risco - Partilhar/Transferir o Risco - Controlar/Aceitar o Risco
<b>Relatórios de Auditoria Interna</b>	Dirigidos aos Controlos Funcionais	Dirigidos aos Riscos dos Processos
<b>Papel da Auditoria Interna na Organização</b>	Função de Avaliação Independente	Integra a Gestão de Risco e a Governação da Organização

Uma auditoria deste tipo deve ter em conta a afetação dos recursos adequados, i.e., para duas auditorias distintas poderão as equipas não serem compostas da mesma forma, uma vez que se deve ter em atenção a formação e as características técnicas de cada auditor para levar a cabo da melhor forma o trabalho desenvolvido, e ainda que todas as pessoas desde os próprios auditores até à gestão de topo e ainda os membros das áreas envolvidas compreendam bem as suas funções e responsabilidades. Para preparar uma auditoria, o auditor deve em primeiro lugar familiarizar-se com o negócio em causa, procurando toda a informação disponível, nomeadamente relatórios e contas de exercícios anteriores, notícias publicadas na imprensa, leitura das atas dos órgãos sociais e no caso de não se tratar de uma primeira auditoria, a análise do dossier permanente já preparado.

Na fase da preparação dos trabalhos deverá ser definido um plano de auditoria e definidos quais serão os papéis de cada auditor. Ao elaborar o plano de auditoria deve-se ter em conta os objetivos que se pretendem atingir; os critérios que vão guiar os auditores; o âmbito que esta vai abranger, nomeadamente as áreas a auditar ou os processos a serem analisados; deve ter em conta também a duração, datas e locais que a auditoria terá, para que se mostre eficaz e ainda a distribuição dos recursos disponíveis. Uma equipa de auditoria, dependendo dos fatores anteriormente descritos, pode ser composta por um diretor (coordenação dos trabalhos), chefes de equipa e ainda os auxiliares. O número de membros que compõem o gabinete vai depender da organização em questão e dos recursos disponibilizados.

Refira-se também a exigência e a obrigatoriedade de os auditores internos ao traçarem os seus objetivos em cada trabalho, deverem considerar a probabilidade de erros com impacto materialmente relevante, fraudes e outras possíveis exposições a contingências, de acordo com a Norma de Atributo 2210-A2.

## CAPÍTULO III – “*Outros tipos de fraudes*”

### 3.1 – Fraude Fiscal

O combate à fraude e evasão fiscais<sup>30</sup> em Portugal tem sido a trave de atuação da Autoridade Tributária e Aduaneira (A.T.A.) nos últimos anos com o objetivo de recuperar créditos fiscais em mora e consciencializar os cidadãos para o cumprimento das obrigações tributárias. De acordo com o último relatório de combate à fraude e evasão fiscais publicado em 2010 em Portugal, a evolução da eficiência fiscal (em relação ao PIB) desde 2004 foi a seguinte:

Imagem 13: Evolução da eficiência fiscal em Portugal (2004 – 2010). Adaptado de: (Relatório de combate à fraude e evasão fiscal – 2010), (p. 14).

(Em pontos percentuais)

	2004	2005	2006	2007	2008	2009 (a)	2010
<b>Valores apurados</b>	1,9	3,0	2,8	3,8	1,6	-9,5	4,1

(a) As receitas fiscais diminuíram (12,1%) e o PIB contraiu (2,6%).

Como referido anteriormente, a A.T.A. tem apresentado nos últimos anos um caminho de recuperação de créditos fiscais e para isso tem utilizado uma série de mecanismos, tais como:

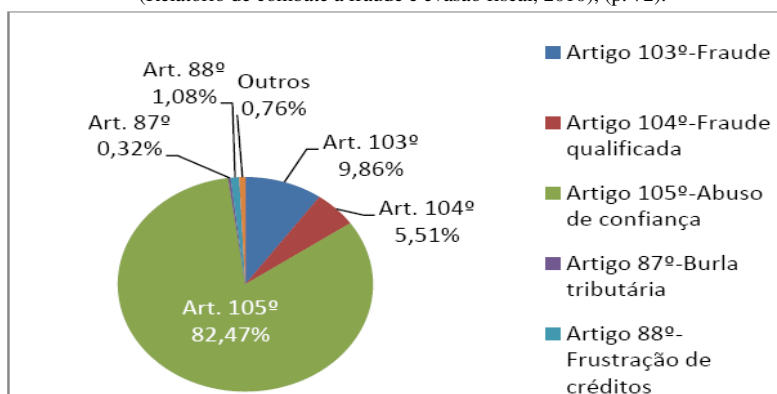
- Pré-preenchimento das declarações fiscais;
- Alertas no preenchimento e receção de declarações fiscais;
- Controlo de divergências nas declarações fiscais;
- Controlo do não reinvestimento ou do reinvestimento parcial referente a mais-valias resultantes de alienação de imóveis;
- Falta de entrega de declarações periódicas;
- Liquidações oficiosas de IRC;
- Ações conjuntas com diversas entidades inspetivas;

<sup>30</sup> Introduzida pela Lei 38/2009, de 20 de julho, define como objetivos gerais da política criminal, a prevenção, a repressão e a diminuição da criminalidade tributária (aduaneira e não aduaneira).

- Cruzamento com as obrigações de terceiros;
- Comunicação de esquemas de planeamento fiscal agressivo;
- Troca de informações com outras Administrações Fiscais;
- Controlo das Retenções na Fonte;
- Análise das bases de dados referentes a aquisições de viaturas automóveis novas;
- Controlo automático de prejuízos fiscais;
- Controlo de Reembolsos de IVA, entre outras;

Estas técnicas deram origem ao levantamento de uma série de processos contra os sujeitos passivos devido a alguns crimes detetados, como se constata na imagem seguinte:

Imagem 14: Tipos de crime que deram origem a processos de inquérito em 2010  
(Relatório de combate à fraude e evasão fiscal, 2010), (p. 72).



Constata-se que a grande maioria dos crimes que deram origem ao levantamento de processos foram devido a abuso de confiança.

Os dados relatam a realidade em Portugal relativamente à economia real, contudo, uma outra vertente tem a ver com a economia paralela, que segundo o citado estudo assume um peso relevante e crescente na atividade económica. Este facto traduz-se na perda de receita para o Estado, necessidade que é suprida com a crescente carga fiscal sobre os contribuintes e ainda se traduz na concorrência desleal em diversos setores de atividade, nomeadamente o setor das sucatas, telemóveis, automóvel (devido à utilização ilícita do regime de tributação de bens em segunda mão), sujeitos passivos com enriquecimento não justificado, entre outros.

- Fraude no setor das sucatas: Em 2006 foi introduzido o esquema *reverse charge*<sup>31</sup>, que deu origem a diversas alterações no Código do IVA, bem como à forma e aos sujeitos passivos em Sede de IVA. Contudo, verifica-se ainda que os valores associados à fraude neste setor ainda apresentam, no início do ciclo económico, valores elevados.

- Fraude no setor automóvel: esquema de fraude através da aquisição de viaturas pelo regime normal de IVA, com alteração posterior, para o regime de viaturas adquiridas em 2ª mão, que implica uma redução na base de cálculo de imposto e ainda através da omissão da intermediação existente no negócio.

De acordo com a legislação atualmente em vigor, a investigação dos crimes de valor superior a 500.000 € é da competência em Portugal, da Polícia Judiciária, que em 2006 criou a secção central de investigação do branqueamento e infrações tributárias,

<sup>31</sup> Esquema *reverse charge* – Inversão do sujeito passivo em Sede de I.V.A.. Introduzido em Portugal com o objetivo de combater a fraude em carrossel, onde os bens são comercializados várias vezes por diferentes fornecedores sem a devida liquidação de I.V.A..



que tem vindo a combater a fraude nos setores já indicados. No esquema de burla fiscal detetou-se que por vezes o ciclo termina com empresas fictícias ou *missing trader*, ou ainda empresas já declaradas insolventes pelas instâncias judiciais, tendo na maior parte das vezes todas as empresas envolvidas apenas o contacto de um único membro sócio-gerente, o denominado testa de ferro. Segundo fontes da Polícia Judiciária, estima-se que o prejuízo deste tipo de crimes ronde os 3.800.000 €.

Branqueamento de capitais e de ativos – trata-se de um mecanismo onde se pretende ocultar a verdadeira origem dos fundos monetários, provenientes de atividades ilegais, quer com moeda nacional, quer com moeda estrangeira, cujo objetivo passa por incorporar esses meios no circuito de moeda num determinado país.

De acordo com o Banco de Portugal: “o branqueamento de capitais é o processo pelo qual os autores de algumas atividades criminosas encobrem a origem dos bens e rendimentos (vantagens) obtidos ilicitamente, transformando a liquidez proveniente dessas atividades em capitais realizáveis legalmente, por dissimulação da origem ou do verdadeiro proprietário dos fundos”.

O processo de branqueamento de capitais envolve 3 fases distintas e consecutivas, atente-se:

- 1) Colocação – os bens e rendimentos são colocados nos circuitos financeiros e não financeiros, através, por exemplo, de depósitos em instituições financeiras ou de investimentos em atividades lucrativas e bens de elevado valor;
- 2) Circulação – os bens e rendimentos são objeto de múltiplas e repetidas operações com o propósito de os distanciar ainda mais da sua origem criminosa, eliminando qualquer vestígio sobre a sua proveniência e propriedade;
- 3) Integração – os bens e rendimentos, já “reciclados”, são reintroduzidos nos circuitos económicos legítimos, mediante a sua utilização, por exemplo, na aquisição de bens e serviços.

O crime de branqueamento de capitais é na maioria dos países, punido por lei<sup>32</sup>, e envolve um esquema financeiro complexo, de difícil deteção e comprovação e é uma das atividades mais lucrativas das organizações criminosas. Segundo alguns autores, o crime de lavagem de dinheiro começou a ganhar expressão na década de 20 do século passado, em parte devido ao aumento da complexidade das transações financeiras e das próprias instituições financeiras e dos seus regulamentos.

#### - Características do crime de branqueamento de capitais:

Considerado um crime financeiro complexo e avançado, o branqueamento de capitais é por norma perpetrado pelos denominados colarinhos brancos, que manuseiam quantidades elevadas de dinheiro e que lhes dão uma posição financeira e social privilegiada. Integra um conjunto de operações complexas e de difícil deteção, com características, frequência e volume que extravasam os parâmetros habituais ou se realizam sem um sentido económico. Os membros que compõem redes que cometem este tipo de crime apresentam por vezes dimensões internacionais e com meios tecnologicamente avançados para dificultar a sua deteção.

---

<sup>32</sup> No ordenamento jurídico português, o branqueamento de capitais constitui crime – art.º 368-A do Código Penal Português. Segundo o n.º 2 do citado artigo, o crime apresenta uma moldura penal de entre 2 e 12 anos de prisão efetiva.

- Objetivos do crime de branqueamento de capitais:

Os principais objetivos da prática do crime de branqueamento de capitais são a preservação e segurança financeira, efetuar transferências de valores avultados, efetuar transações confidenciais, dar um rosto lícito ao dinheiro, formar um rasto de transações e documentos que visem confundir a verdadeira origem dos fundos.

- Perfil do criminoso:

Por norma trata-se de indivíduos pertencentes às redes de branqueamento de capitais, com aparência de clientes absolutamente normais, muito educados, inteligentes, bem relacionados socialmente, com aparência de empresários, com capacidade para agir sob grande pressão psicológica e que criam frequentemente empresas fictícias com testas de ferro à frente das mesmas, de modo a ocultar a sua verdadeira entidade.

Carta da Nigéria Clássica – Um dos esquemas recentes, utilizados em final do século XX remonta a 1990 onde um grupo de cidadãos da Nigéria enviaram cartas para diversos países do mundo propondo um negócio milionário para os recetores das mesmas, tendo para isso que enviar diversa documentação e dados pessoais e bancários, recebendo estes, posteriormente a confirmação de uma transferência para as suas contas proveniente ficticiamente do Banco Central da Nigéria, tendo apenas para isso, que pagar uma comissão de serviço a rondar, na época os 30.000 dólares. Esta fraude financeira avançada teve como objetivo o aliciamento das vítimas propondo um negócio milionário, contudo, aquando do envio dos dados pessoais, bancários e dos adiantamentos para fazer face às custas, as vítimas eram lesadas.

### 3.2 – Fraude em ambiente Informático

A evolução constante das tecnologias de informação tem levado à utilização massiva e universal destes meios no quotidiano das empresas, o que implica que o essencial da informação, nomeadamente os registos contabilísticos, se encontram registados informaticamente<sup>33</sup>. De facto, é atualmente impensável não utilizar meios informáticos para desenvolvimento de um inúmero de tarefas, desde as mais simples às mais complexas, de forma a se reduzir o tempo de execução das próprias tarefas e também de forma a se reduzir o número de tarefas que não criem valor acrescentado.

Ora verifiquem-se alguns marcos históricos, no que à auditoria dos sistemas de informação se referem. Asthon, (2001), identifica a primeira norma (standard) geralmente aceite, publicada nos EUA em 1983 pelo departamento da defesa dos EUA, vulgarmente conhecida como *The Orange Book* e intitulada de “DOD STD - *Trusted Computer System Evaluation Criteria* (TCSEC)”. Dado que a segurança dos S.I. foi o primeiro dos domínios da auditoria a S.I. a ser explorado, esta norma tratava de medidas de salvaguarda dos computadores com vista à proteção de informação classificada, existente em ambientes com acesso remoto e sistemas com partilha de recursos. Outros marcos importantes são também referidos por Cangemi e Tommie, (2003): a fundação em 1969 nos EUA da EDPAA - *electronic data processing auditors association*; a

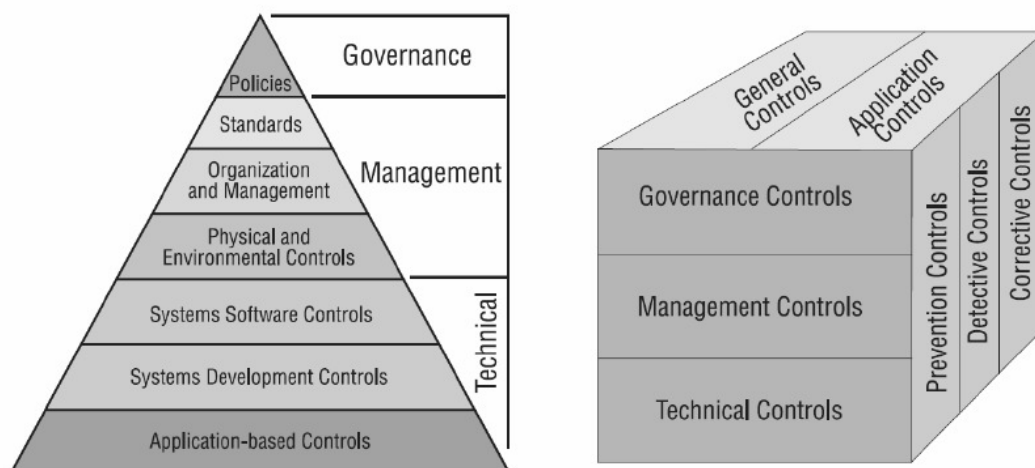
---

<sup>33</sup> A Portaria n.º 321-A/2007, de 26 de março, posteriormente alterada pela Portaria n.º 1192/2009, de 8 de outubro, vieram introduzir o ficheiro normalizado de exportação de dados, vulgo SAF-T, com o objetivo de apoiar a Autoridade Tributária com a análise dos sistemas contabilísticos das empresas a operar em Portugal.

publicação em 1977, por esta associação, da primeira edição dos *control objectives* (“*compilation of guidelines, procedures, best practices and standards for EDP Audits*”); várias revisões deste documento, entre as quais a de 1996 em que foi renomeado para CobiT - *control objectives for information and related technology*; de acordo com Silva, (2007), a introdução em 1978 de um programa de certificações para auditores de SI, iniciado com a certificação CISA - *certified information systems auditor*.

O desenvolvimento das tecnologias de informação da forma acentuada como se tem verificado, conjugado com a globalização dos mercados trouxe também um lado negativo, o das fraudes com base em ambiente informático, pelo que se desenvolveu também o ramo da auditoria informática, com o objetivo de verificação dos controlos implementados em ambiente informático, de forma a verificar a segurança dos ativos das empresas. Tem-se vindo a verificar um aumento crescente de controlos informáticos nas empresas, embora de forma menos acentuada que o número de fraudes ocorridas com recurso a ferramentas informáticas, o que se tem traduzido no aumento dos ativos furtados. A figura seguinte demonstra o âmbito da auditoria aos sistemas de informação, bem como as suas dimensões:

Imagem 15: Âmbito e dimensões da auditoria aos sistemas de informação. Adaptado de: SANTOS *et al*, (2009).  
Dissertação de mestrado: “Auditoria em Sistemas de Informação – Gestão de Sistemas de Informação”.  
Universidade de Coimbra, (p. 10).



Constata-se que, segundo os autores, citando o IIA, 2005, a presença de controlos nos sistemas de informação de toda a entidade são um benefício para a organização e que os controlos não devem ser vistos como algo impeditivo que diminua a produtividade mas sim como algo que previna a ocorrência de, fraudes ou cibercrime.

De acordo com o estudo da Price Waterhouse Coopers, (2011), o cibercrime é um dos 4 crimes informáticos mais frequentemente ocorridos e tem-se verificado um aumento significativo destas ocorrências nos últimos dois anos, uma vez que o estudo presente, tem por base a comparação com o ano de 2009, ano em que foi elaborado o anterior estudo comparativo.

Contudo, também existem ao serviço da auditoria forense um conjunto de ferramentas bastante válido para auxiliar o trabalho do auditor. O termo *forensic analytics* – auditoria forense em ambiente informático traduz-se na procura e análise de dados em ambiente informatizado, de forma a se reconstruir, detetar ou suportar os factos de fraudes financeiras. Tal como seguindo os métodos tradicionais, também neste tipo de ambiente se torna fundamental o seguimento de diversos passos, nomeadamente:

- Recolha de Informação;
- Tratamento da Informação previamente recolhida;
- Análise da Informação tratada;
- Elaboração de um relatório.

Tal como com os métodos tradicionais, os métodos analíticos apoiam o auditor na determinação de probabilidades ou impacto da ocorrência das fraudes financeiras. Segundo Nigrini, (2011), a etapa de maior trabalho e que não envolve grande conhecimento técnico trata-se do tratamento da informação e vai ser nesta etapa, que se vão utilizar diversas ferramentas, nomeadamente o Microsoft Access e o Microsoft Excel. Uma série de outras poderosas ferramentas informáticas incluem o IDEA, Minitab e SigmaPlot, que têm como principal função a preparação de gráficos. Posteriormente já na fase final, os relatórios são elaborados com o Microsoft Word, onde se podem colar imagens provenientes de outras aplicações utilizando uma ferramenta designada *Snag-it*. Se o relatório for apresentado aos interessados, poderá também ser utilizado o Microsoft Power Point.

A peça final designada por relatório é elaborado após a investigação forense se ter concluído e deve conter todas as provas reunidas, os factos descobertos relevantes, as conclusões obtidas, um ponto contendo recomendações e as ações a serem passíveis de correção, sendo que todos estes factos devem estar suportados pelos papéis de trabalho, normalmente além do formato físico (papel) deve incluir um CD, ou Pen com os principais documentos.

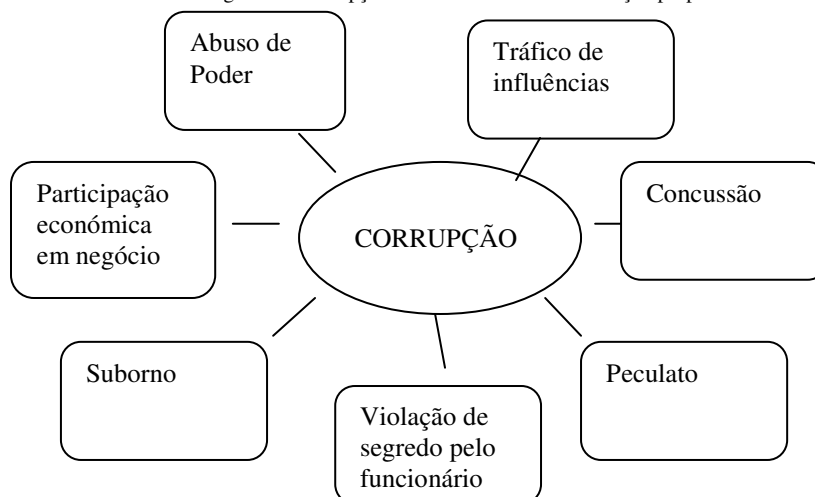
### 3.3 – Fraude no setor empresarial do Estado e no setor público

Fenómenos como fraude e corrupção<sup>34</sup>, são as principais razões da deterioração do património público, que lesam todos os cidadãos, devido ao desperdício de recursos, perda de reputação, perda da confiança pública e perdas financeiras elevadas. No setor público, a corrupção manifesta-se no abuso da função pública em benefício de interesses privados. Por norma, a corrupção acarreta uma série de infrações conexas, como demonstra a imagem seguinte:

---

<sup>34</sup> Segundo Lopes, (2011), a situação portuguesa é, paradigmática. Com a reforma do Código do Processo Penal (CPP) de 2007, introduzida pela Lei n.º48/2007, de 29 de agosto, foram integradas no conceito de criminalidade altamente organizada, as condutas que integram, além de outras, os crimes de corrupção e tráfico de influências.

Imagem 16: Corrupção e fraudes conexas. Elaboração própria.



A auditoria forense pode ser uma poderosa ferramenta de combate a estes fenómenos no setor empresarial do Estado, se utilizada com rigor e meios suficientes. Permite a obtenção de respostas, conceitos e opiniões técnicas de profissionais de elevada qualificação que farão a justiça atuar com maior celeridade e efetividade. A presença da auditoria forense no setor empresarial, defendida pelo autor, não deve ser vista como apenas a perseguição da fraude mas também como um fator de prevenção da ocorrência de situações fraudulentas e corruptivas no património público, de modo a existir uma correta e justa repartição dos meios públicos pelos cidadãos. Para que tal aconteça, torna-se necessário em primeiro lugar que a escolha dos auditores forenses seja feita de modo imparcial e que reúna as capacidades referidas no ponto 2.2. O auditor forense deve ter como principal objetivo a emissão de pareceres técnicos acerca das suas análises sem qualquer tipo de pressão ou constrangimento exercido sobre ele.

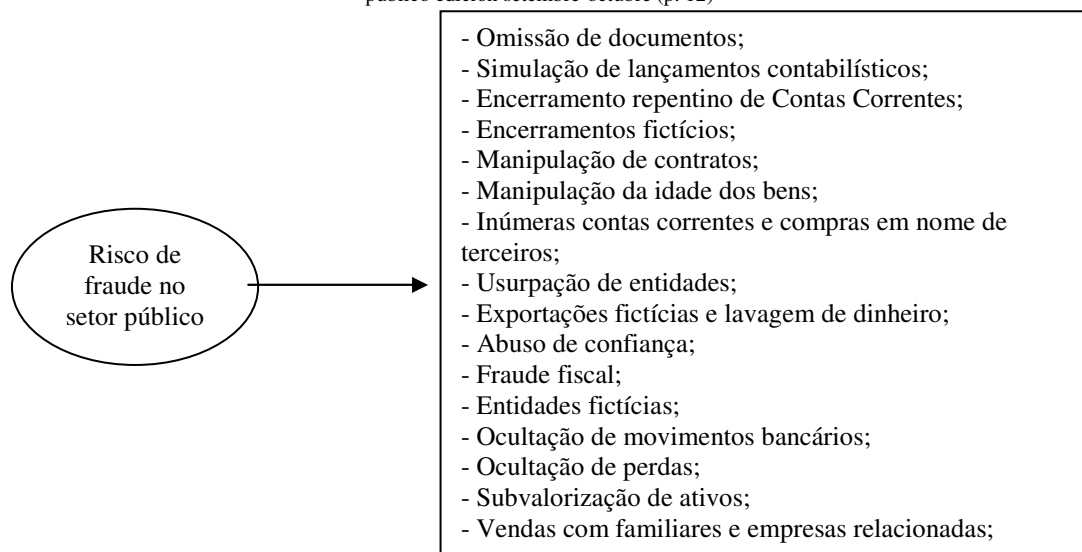
Deve ter-se em conta que a natureza e alcance da auditoria forense no setor público, abarca a legislação proveniente do próprio Estado, (vulgo assembleia da república, ou diplomas ministeriais) e também pelo pagamento dos honorários ser feito pelos contribuintes, pelo que estes factos poderão ser inibidores do exercício de funções.

Por outro lado, torna-se necessária a presença de auditores forenses no setor público, uma vez que a ocorrência de fraudes e corrupção acarreta nomeadamente:

- Deslegitimação do sistema político;
- Destruição da imagem do poder político;
- Perda de confiança dos mercados e investidores nacionais e internacionais;
- Destruição da ética profissional;
- Incorreta distribuição de recursos;
- Aumento da carga fiscal sobre a economia real;
- Descrença dos cidadãos honestos;
- Instabilidade social.

Segundo Nehim e Dunh, (2005) a figura seguinte demonstra as práticas que aumentam o risco de fraude no setor público:

Imagem 17: “Risco de fraude no setor público e setor empresarial do Estado”. Causa y origen de de la auditoria forense. El contador publico edición setembro-outubre (p. 12)



A corrupção e a fraude no setor público implicam o mau uso das funções para que os colaboradores foram contratados e manifesta-se de variadas formas, nomeadamente: suborno, extorsão, tráfico de influências, desfalques, entre outras formas. Assim, o auditor forense assume um papel importante na deteção de diversos crimes, como sendo, fraude fiscal, crime empresarial e fraude, lavagem de dinheiro, divergências entre sócios e acionistas, peritagens para seguradoras, divórcios conjugais, falências fraudulentas, entre outros.

### Tribunal de Contas

De acordo com o art.º 214 da Constituição da Republica Portuguesa, o Tribunal de Contas tem como objetivo “*fiscalizar a legalidade e regularidade das receitas e das despesas públicas, julgar as contas que a lei manda submeter-lhe, dar parecer sobre a conta geral do Estado e sobre as contas das Regiões Autónomas, apreciar a gestão financeira pública, efetivar as responsabilidades financeiras e exercer as demais competências que lhe forem atribuídas pela lei*”. Este organismo tem assumido um papel de preponderante importância desde a sua criação com especial relevo para os últimos anos, em dois aspetos principais; Por um lado, a fiscalização do setor público é o resultado dos escassos recursos de que dispomos e que torna fundamental que os gastos sejam os estritamente necessários; Por outro lado, a fiscalização rigorosa do TC bem como a publicação dos relatórios de auditoria, que torna assim públicas as violações dos princípios de legalidade e a possibilidade de aplicação de coimas com expressão pecuniária, leva à mitigação de fraudes pelos ocupantes de cargos públicos.

A preocupação com a corrupção tem sido crescente nos últimos vinte anos, por parte dos governos, figuras judiciais e de todos os que operam na área de finanças públicas. A consciencialização da gravidade dos efeitos económicos, sociais e políticos da corrupção, e da fraude, fenómenos inseparáveis, levou a que se considere, que o fenómeno da corrupção constitui um verdadeiro flagelo social que deve ser combatido pelas sociedades. Neste âmbito é estudado a nível europeu<sup>35</sup> o inevitável tema dos *off-*

<sup>35</sup> Destacam-se a nível Internacional algumas convenções, nomeadamente A “Convenção das Nações Unidas Contra a Corrupção”, que entrou em vigor em 2005, e visa promover o reforço de medidas de prevenção e combate da fraude e da corrupção de forma mais eficaz, facilitar e apoiar a cooperação

*shores*, que, se por um lado não se trata de uma atividade ilegal e é até o meio de subsistência de muitos dos países assim denominados, por outro lado, leva à evasão fiscal de valores inimagináveis e incalculáveis, branqueando capital proveniente de atividades ilícitas e até criminosas de naturezas diversas.

De acordo com a missão do TC, *“as atividades de controlo financeiro e da boa gestão desenvolvidas pelas empresas, que compreendem a avaliação dos sistemas de controlo interno, a verificação da existência de boas práticas de gestão, com observância dos princípios da economia, eficiência e eficácia, e o exame das demonstrações financeiras, com vista a assegurar-se do seu rigor e fiabilidade, inserem-se no conjunto de políticas, procedimentos e ações que visam a prevenção da fraude e da corrupção, assumindo aí um papel da maior importância”*.

O Tribunal de Contas Português desenvolve a sua atividade (auditorias), em cumprimento das recomendações das instituições internacionais, de onde se destacam:

- Reforço da cobertura do universo de controlo;
- Intensificação e aperfeiçoamento da avaliação dos sistemas de controlo interno;
- Reforço do controlo em áreas de maior risco de fraude e corrupção;
- Reforço do controlo de situações de conflitos de interesses;
- Reforço do controlo das omissões e falsificações contabilísticas;
- Elaboração de relatórios compreensíveis, acessíveis à generalidade dos cidadãos;
- Promoção da divulgação pública dos relatórios;
- Incentivo de adoção de processos de gestão de pessoal na função pública que promovam a seleção e motivação de funcionários que se distingam pela sua integridade e competência;
- Reforço da cooperação e troca de experiências e informações com outras entidades nacionais e internacionais envolvidas no combate à corrupção;
- Criação e aperfeiçoamento de mecanismos adequados à receção e tratamento de denúncias de irregularidades;
- Promoção da formação regular no domínio das técnicas e procedimentos de deteção de situações indiciadoras de corrupção.

Refira-se ainda que o TC utiliza nos seus trabalhos as *International Standings on Audit* (ISA) da IFAC que o comité da INTOSAI tem vindo a adaptar à sua realidade.

Como áreas de risco de fraude o Tribunal de Contas define as seguintes, que revelam grande parte do seu trabalho:

- Privatizações;
- Contratos Públicos, nomeadamente empreitadas e obras públicas;

---

internacional e a assistência técnica em matéria de prevenção e de luta contra a corrupção; A Diretiva 2005/60/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, referente à prevenção da utilização do sistema financeiro para efeitos de branqueamento de capitais e de financiamento do terrorismo; A “convenção da OCDE contra a corrupção de agentes públicos estrangeiros nas transações comerciais internacionais”, adotada em 1997, em que os estados-membros acordam tomar as medidas necessárias para tipificarem como infração penal os atos de corrupção que envolvam agentes públicos estrangeiros no exercício de funções oficiais no âmbito do comércio internacional; A “convenção relativa à proteção dos interesses financeiros da comunidade europeia”, adotada em 1995, que tem em vista assegurar a contribuição eficaz das legislações penais dos estados-membros contra a fraude lesiva dos interesses financeiros da Comunidade Europeia; A “convenção relativa à luta contra a corrupção em que estejam implicados funcionários das comunidades europeias ou dos estados membros da União Europeia”, aprovada em 1997, que determina que os estados-membros tomem as medidas necessárias para que os comportamentos que configurem atos de corrupção ativa ou passiva cometida por funcionários sejam puníveis criminalmente, podendo estar sujeitos a penas de prisão bem como dar lugar a extradição; A “convenção penal sobre a corrupção”, adotada pelo conselho de ministros do Conselho da Europa em 1999, visando a incriminação de forma coordenada de um amplo conjunto de condutas de corrupção.

- Atribuição de subsídios;
- Gestão e venda de propriedades públicas;
- Licenciamentos;
- Recrutamento e gestão de pessoal;
- Administração Local;
- Administração Regional.

As principais *red flags* identificadas e tidas em conta no planeamento e na execução das auditorias são as seguintes:

- Excessiva concentração de poderes;
- Reduzida segregação de funções;
- Não correção de insuficiências detetadas anteriormente;
- Evidência de conflitos de interesses ou falta de controlos internos nessa área;
- Alteração de documentos;
- Estudos / Projetos desnecessários / redundantes;
- Contratações sem correspondência com as necessidades;
- Utilização de procedimentos não concorrenciais;
- Publicação inadequada de concursos;

### 3.4 – Fraude no Setor Financeiro

A mais recente crise global vivida envolveu uma série de escândalos no setor financeiro que culminou com a falência de bancos quer nos Estados Unidos, caso do Lehmann Brothers, quer na Europa, caso do Dexia, quer nomeadamente em Portugal com o caso B.P.P., ou a colocação em claras dificuldades de uma série de outros bancos, que viviam uma situação de clara solidez patrimonial e financeira, pelo menos aparente. Tornou-se clara a fragilidade de alguns trabalhos desenvolvidos pela auditoria e pela pouca abrangência do seu desenvolvimento. Tornou-se também clara que a supervisão poderia e deveria ter estado mais atenta ao acompanhamento das actividades praticadas. Como já foi referido, anteriormente, o conhecimento do negócio é fundamental para se conseguir pôr em prática um trabalho de elevada qualidade e elevado rigor, tal como é exigido em qualquer que seja o trabalho de auditoria. O setor financeiro é um caso particular, diferente nomeadamente do tecido empresarial português, com regras próprias, problemas particulares e uma supervisão cimeira. O trabalho de auditoria no setor financeiro não deverá passar apenas pela certificação de contas, pela verificação do rigor das rubricas contabilísticas, quer patrimoniais quer extrapatrimoniais, mas sim ir mais adiante, ir onde se encontra de facto o risco do setor. O risco do setor financeiro, nomeadamente a banca está claramente, na concessão de crédito, na qualidade das carteiras de crédito.

De acordo com um estudo desenvolvido pela KPMG, (2010), com o objetivo de perceber a evolução verificada no setor bancário desde o anterior estudo (2008), acerca da prevenção do branqueamento de capitais e prevenção do terrorismo, conclui-se o seguinte:

- O quadro normativo em Portugal encontra-se relativamente estabilizado, estando contudo prevista a consulta pública por parte do Conselho Nacional de Supervisores Financeiros sobre o anteprojeto regulamentar da revisão do enquadramento da prevenção do branqueamento de capitais e prevenção do terrorismo, o que se poderá traduzir em algumas alterações legislativas;



- Crescente importância dada pelos conselhos de administração das entidades do setor bancário ao tema do branqueamento de capitais e da prevenção do terrorismo, nomeadamente com a divulgação de normas (internas e externas) a todos os colaboradores da organização;
- Crescente avaliação de contrapartes baseada no risco, através da análise do país de origem e residência;
- Existência de procedimentos específicos para a identificação de pessoas politicamente expostas, através do cruzamento e difusão de listas (atualizadas mensalmente) e declarações escritas da própria pessoa;
- Realização periódica de ações de formação;

Contudo, de acordo com o mesmo estudo verificam-se um conjunto de desafios que se impõem cumprir, dos quais se salientam:

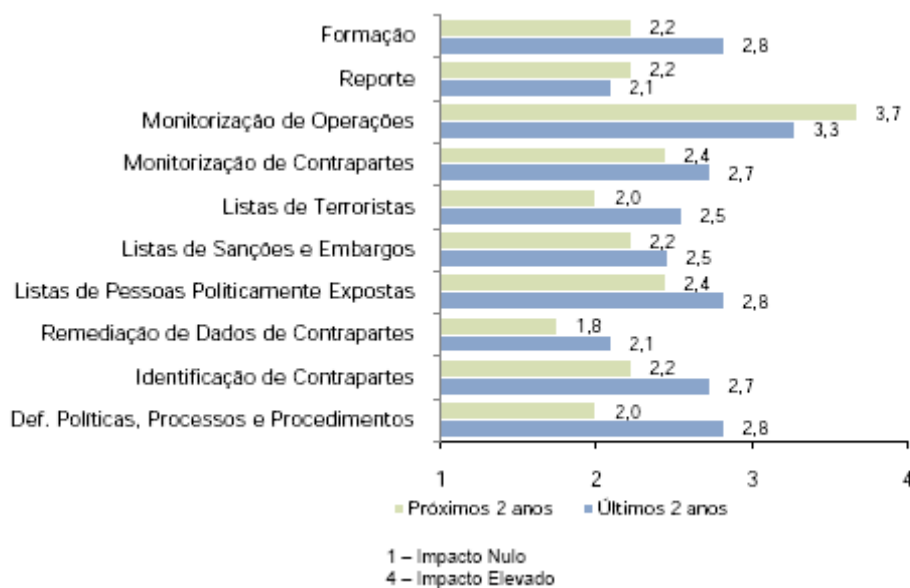
- Otimização do processo de prevenção do branqueamento de capitais e prevenção do terrorismo: tendo em consideração a pressão resultante da atual conjuntura para redução de custos, torna-se necessário e fundamental que as instituições financeiras reavaliem os processos implementados, no sentido de recorrer à sua otimização de forma a garantir maior eficiência dos recursos aplicados;
- Abordagem baseada no risco: este ponto revela-se fundamental e impõe-se uma melhoria constante na avaliação das contrapartes baseada no risco, desde os processos, passando pelos procedimentos, operações e concluindo com a monitorização de sistemas e controlos;
- Monitorização de sistemas e controlos: além da existência de sistemas e controlos implementados para prevenção do branqueamento de capitais e prevenção do terrorismo assume-se como vital a realização de testes de eficácia aos controlos (se possível) por todas as organizações financeiras;
- A componente humana: continua a ser fundamental a formação contínua dos trabalhadores, uma vez que os sistemas são implementados por pessoas e controlados por pessoas é fundamental a melhor formação e qualidades dos profissionais para se conseguir a deteção de transações suspeitas<sup>36</sup>, investigação de operações, revisão de exceções e claro está, que este assunto seja fulcral para os conselhos de administração das instituições do setor.

A seguinte figura demonstra o impacto dos custos na prevenção do branqueamento de capitais e do terrorismo por parte das instituições financeiras nos períodos 2008-2010 (reais) e 2010-2012 (previsionais):

---

<sup>36</sup> De acordo com o relatório de combate à fraude e evasão fiscais (2010), já citado, “no respeitante às operações bancárias com indícios de prática de crimes de natureza fiscal, comunicadas à Polícia Judiciária, foram concluídas, em 2010, 9 ações de investigação das quais resultaram i) instauração de 1 inquérito a 4 entidades, estimando-se um prejuízo para o Estado não inferior a 16.386.000 € de imposto, relativo a IRC não entregue, ii) regularizações voluntárias, em sede de IRC (acréscimo ao lucro tributável) no montante de 30.233.481 €”.

Imagem 18: Impacto dos custos na prevenção de branqueamento de capitais e do financiamento do terrorismo. KPMG e Polícia Judiciária - unidade de informação financeira) (2010) – “Prevenção do branqueamento de capitais e do financiamento do terrorismo em Portugal”. Lisboa, (p. 13)



Como se constata da análise da imagem anterior, a maior fatia dos gastos das instituições com esta matéria foi canalizada para a monitorização das operações e espera-se que assim continue nos próximos anos. Saliente-se ainda, que é exetável o aumento do investimento das instituições bancárias com os reportes, este facto também é devido às exigências cada vez maiores efetuadas pelo Supervisor nesta matéria.

#### O papel do setor bancário na deteção de fraudes

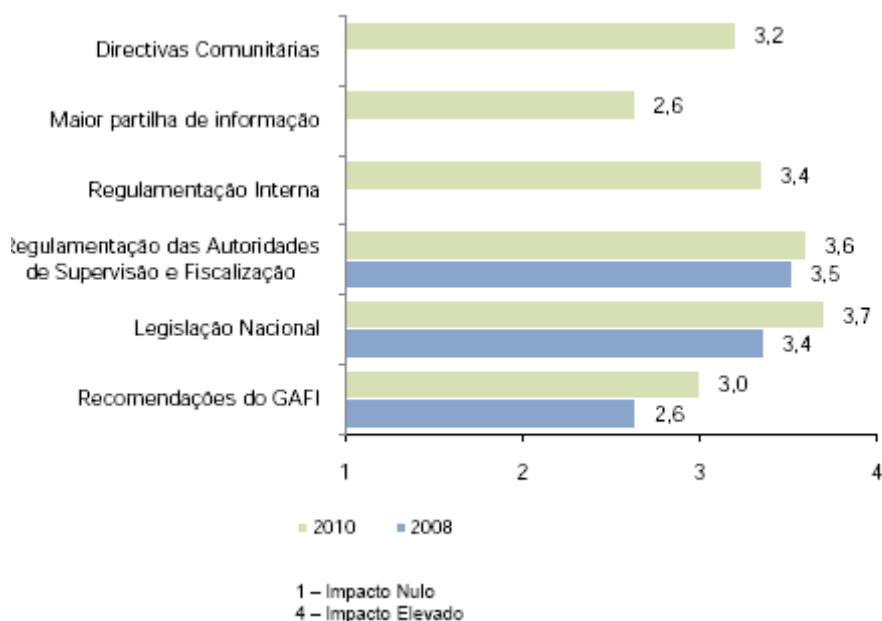
O sistema financeiro, e em particular, o setor bancário, encontra-se em Portugal fortemente regulado, com um quadro normativo crescente de exigências cada vez mais alargado, cujos objetivos passam por:

- Reforço da Transparência das operações;
- Atribuição de um papel de inibição da ocorrência de fraudes;
- Idoneidade na gerência dos fundos de clientes;
- Eliminação da ocorrência da fraude;
- Combate ao branqueamento de capitais e da prevenção do financiamento do terrorismo<sup>37</sup>;

De acordo com a KPMG, (2010), as instituições bancárias em Portugal, consideram que o atual quadro normativo em vigor e a regulamentação emanada pelo supervisor, teve um impacto relevante para o setor, como demonstra a imagem seguinte:

<sup>37</sup> Veja-se neste âmbito, em julho de 2012 a implementação pelo Banco de Portugal do “sistema de inspeção na área de numerário” (SIN), que decorre da publicação das Instruções 5/2012 e 6/2012 que visa substituir a atual aplicação de reporte periódico da atividade de recirculação de numerário e aumentar as responsabilidades das instituições bancárias na prestação de informação ao regulador do numerário que existe no circuito de notas e moedas, com vista a diminuir o impacto por um lado da economia paralela e por outro do branqueamento de capitais e da prevenção do financiamento do terrorismo.

Imagem 19: Impacto dos requisitos regulamentares no setor bancário. KPMG e Polícia Judiciária - unidade de informação financeira) (2010) – “Prevenção do branqueamento de capitais e do financiamento do terrorismo em Portugal”. Lisboa, (p. 34)



Este impacto tem-se traduzido numa crescente cooperação das instituições bancárias com as autoridades policiais e judiciárias, nomeadamente com a derrogação do sigilo bancário<sup>38</sup> e prestação de informações acerca de clientes sob investigação. Em 2010, a Polícia Judiciária obteve acesso voluntário às contas bancárias de 14 instituições.

O impacto esperado nas contas do Estado ascende a 76.600.000 € de imposto que não deram entrada nas contas do Estado, conforme se demonstra na imagem seguinte:

<sup>38</sup> O regime de derrogação do sigilo bancário consta dos artigos 63.º e 63.º-B da Lei Geral Tributária, e ao longo dos anos tem vindo a ser alvo de sucessivas alterações. Encontra-se em estudo pelas autoridades competentes, à data da elaboração deste trabalho o projeto de legislação para derrogação de sigilo bancário em matéria de enriquecimento ilícito, que visa a inversão do ónus da prova para os sujeitos passivos.

Imagem 20: Estimativa de prejuízos financeiros em Portugal decorrente de fraudes. Ministério das Finanças e da Administração Pública – Gabinete do Secretário de Estado e dos Assuntos Fiscais, (2010) – “Relatório de combate à fraude e evasão fiscais de 2010 – atividades desenvolvidas”, (p. 104)

Investigação Criminal		
Processos	2009	2010
<b>Instaurados</b>	<b>12</b>	<b>13</b>
<b>Concluídos</b>	<b>12</b>	<b>11</b>
DSIFAE	1	5
Equipas Mistas	11	6
Estimativa do prejuízo do Estado - imposto (milhões de euros)	43	22,3
<b>Em curso</b>	<b>38</b>	<b>40</b>
DSIFAE	16	17
Equipas Mistas	22	23
Estimativa do prejuízo do Estado - imposto (milhões de euros)	80,5	54,3
Derrogações do sigilo bancário	443	607
Buscas	524	617
Constituição de arguidos	232	325

A imagem anterior denota alguns fatores importantes:

- O número de derrogações do sigilo bancário, assim como o número de buscas e de constituição de arguidos, aumentaram em 2010 face ao ano anterior (2009), o que se traduz numa investigação mais acentuada;
- A constituição de equipas mistas enquanto fator determinante do sucesso das investigações faz constatar a existência de uma rede de instituições e agentes de cariz público e privado, com poderes autónomos de fiscalização, controlo e investigação no desenvolvimento de uma política coerente de controlo e de combate à corrupção que exige a disponibilidade para a troca de informações entre diversos agentes e instituições.

O setor bancário, pela sua atividade típica de recolha de depósitos e concessão de crédito (no fundo de controlo de fluxos financeiros numa determinada sociedade), assume um papel fundamental na deteção de situações com indícios de fraude, mas para isso os seus profissionais têm que estar altamente formados e atentos aos sinais que potenciem essas situações, nomeadamente:

- Diminuição do número de transações bancárias;
- Diminuição do uso de terminais de pagamento automático das operações;
- Movimentos de valores avultados ou não considerados normais, para o cliente<sup>39</sup>;
- Sedes em *Off-Shores*;
- Contas com reduzida movimentação mas de valores bastante elevado (normalmente tratam-se de clientes que apresentam outras contas com movimentação normal);
- Transações para contas sediadas em paraísos fiscais;

<sup>39</sup> Neste âmbito veja-se a Instrução n.º 26/2005 de 21 julho (posteriormente alterada) – normas que visam contrariar a prática de eventuais atividades criminais, envolvendo em especial o branqueamento de capitais, designadamente através da identificação de todos os intervenientes em transações financeiras cujos montantes (diários) tomados isoladamente, ou em conjunto, ultrapassam os 12.500 €. Veja-se ainda a Lei 25/2008 de 5 de junho, que estabelece medidas de natureza preventiva e repressiva de combate ao branqueamento de vantagens de proveniência ilícita e ao financiamento do terrorismo, que transpõe para o território nacional as Diretivas 2005/60/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de outubro, e 2006/70/CE, da Comissão, de 1 de agosto, relativas à prevenção da utilização do sistema financeiro.

- Transações em número e valores elevados (em montantes idênticos) entre contas de um mesmo grupo ou núcleo de entidades de risco;

### O papel da auditoria no setor bancário

Nos últimos anos a prestação de informação pelas instituições financeiras, via reportes criados pelo Banco de Portugal (supervisor) tem denotado a crescente preocupação por parte deste organismo em ter na sua posse informação atempada, fidedigna e auditada. Face a este facto, o Regime Geral das Instituições de Crédito e das Sociedades Financeiras (RGICSF) e o Código das Sociedades Comerciais (CSC) obrigam as instituições de crédito a terem a sua informação auditada por entidades externas e independentes, que se encontrem registadas junto das instituições competentes.

O setor financeiro pelas suas especificidades e quadro normativo próprio exige um conhecimento muito amplo, em diversas matérias, aos auditores que certificam as suas demonstrações financeiras, pelo que o ideal será existir o papel de auditor/inspector bancário, que obtenha um conhecimento aprofundado do negócio, das suas características, particularidades e dificuldades, mas também deve ser um profissional independente, pelo que na opinião do autor, deve existir um órgão cúpula, supra à instituição que tenha um departamento de auditoria cuja função principal seja prestar esse serviço a toda a instituição, com um quadro de pessoal próprio, reunindo assim ambas as exigências e que reporte diretamente ao Banco de Portugal através da elaboração de relatórios independentes. Por outro lado, o BdP, reconhecendo a necessidade da presença de auditores internos nas instituições financeiras, no âmbito dos acordos de Basileia, emanou o Aviso 5/2008 e a Instrução 11/2007, imputando aos bancos a responsabilidade e a obrigatoriedade da criação de um processo de controlo interno que lhes permita a verificação de políticas e procedimentos internos. A função de auditor interno deve ser exercida com independência, permanência e responsabilidade pela programação e execução do plano de auditoria de modo a conseguir examinar a adequação e a eficácia das componentes que compõem o sistema de controlo interno implementado, por um lado e por outro elaborar relatórios de periodicidade anual destinados à administração e à fiscalização do banco, onde estejam identificadas insuficiências dos controlos e recomendações a serem seguidas.

## CAPÍTULO IV – “Prevenção da fraude”

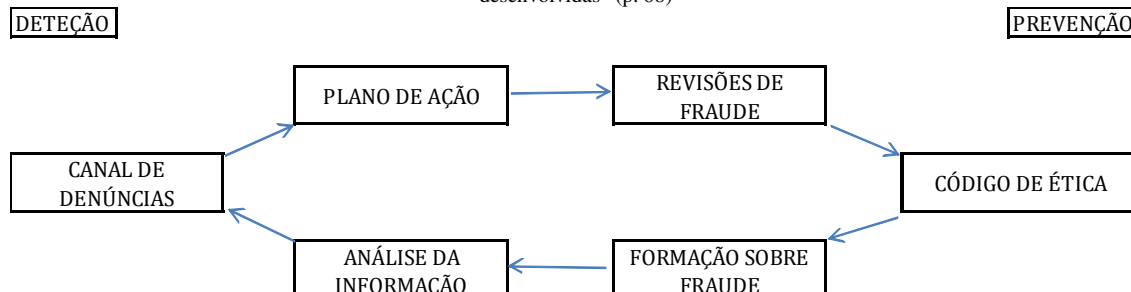
*A fraude vista como um elemento dissuasor do desenvolvimento sócio-económico e inibidor da justa distribuição da riqueza pelos atores que a integram.*

### 4.1 – Cálculo do risco de fraude

Como referido anteriormente o conceito de *fraude* pode ser definido como “qualquer ato intencional, ocultação ou violação de confiança. Estes atos, não dependem da utilização de ameaças de violência ou da força física. As fraudes são perpetradas por indivíduos e por organizações para conseguir dinheiros, bens ou serviços, para evitar pagamentos ou perdas de serviços, ou para obter vantagens

*peçoais ou negócios*”<sup>40</sup>. Aquando do desenvolvimento de uma auditoria, deve ter-se em conta o esquema definido como “a luta estratégica face à fraude”, demonstrado na imagem seguinte:

Imagem 21: Plano de prevenção e deteção de fraudes. Adaptada de: Ministério das Finanças e da Administração Pública – Gabinete do Secretário de Estado e dos Assuntos Fiscais, (2010) – “Relatório de combate à fraude e evasão fiscais de 2010 – atividades desenvolvidas” (p. 68)



Este esquema de prevenção e combate à fraude, deve sempre partir de valores e critérios implementados pelos órgãos de gestão das entidades e com a envolvimento de todos os colaboradores, pois só assim permite eficácia. Uma entidade para conseguir prevenir a fraude deve em primeiro lugar proceder à criação de um código de ética ou de conduta de modo a todos os colaboradores agirem da mesma forma em situações semelhantes e interiorizarem os valores provindos do órgão de gestão. Posteriormente todos devem ter formação acerca da fraude e dos danos que esta pode causar à organização. Para completar a fase de prevenção devem existir técnicos ou gabinetes técnicos, consoante a dimensão e as probabilidades de ocorrência ou até o risco que se pretenda evitar, de forma a se conseguir analisar a informação existente no ambiente organizacional. Estes devem ter também como ferramenta (em caso de deteção de fraudes) um canal de denúncias, podendo este funcionar em 2 sentidos, nomeadamente para outros colaboradores poderem efetuar denúncias de suspeitas que tenham, por um lado, e por outro para quando existam indícios de fraude poderem formar dossiês e assim encaminhar para os órgãos ou entidades competentes. As entidades devem ter posturas ativas face ao fenómeno da fraude e ter planos de ação para quanto ocorram situações fraudulentas no seu ambiente e agir em consonância com esses atos e com padrões definidos. Por fim, importa salientar que não existem esquemas de combate à fraude que sejam totalmente eficazes, uma vez que tal também implica custos, e a empresa tende a analisar sempre o rácio custo benefício, contudo, importa que os sistemas implementados sejam periodicamente alvos de revisão e adaptação de modo a se conseguir sempre adaptar e com os meios disponíveis combater este fenómeno da forma o mais eficaz possível.

O trabalho de auditoria e de controlo interno, atualmente é desenvolvido com base em princípios de materialidade<sup>41</sup> e a subjetividade de juízos de valor que o auditor pode desenvolver acerca da mesma pode ser vista como uma limitação da auditoria, uma vez que esta se pauta pelo princípio da materialidade. A ISA 320 – *materiality in planning and performing an audit* (materialidade no planeamento e desenvolvimento de

<sup>40</sup> Definição no sítio digital do IIA – março de 2007.

<sup>41</sup> A definição de materialidade do F.A.S.B. no *statement of financial accounting concept* é a seguinte: “A magnitude de uma omissão ou erro na informação financeira que, à luz da respetiva envolvente e/ou circunstâncias em que ocorre, torna provável que o julgamento ou juízo de valor de uma pessoa, numa base de razoabilidade e confiança acerca da informação financeira, venha a ser alterado ou influenciado por essa mesma omissão ou erro”.

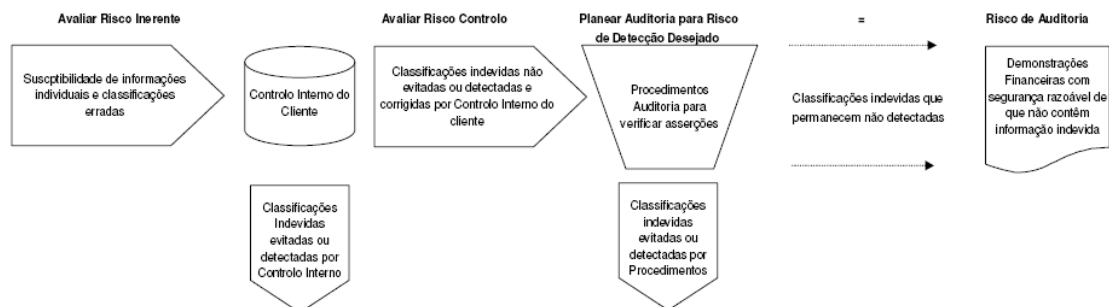
uma auditoria), reforça que no desenvolvimento do trabalho, um auditor deve considerar a materialidade e o risco de auditoria, sendo a primeira influenciada pelas necessidades de informação financeira dos utilizadores das demonstrações financeiras.

Quanto à componente do risco, no normativo nacional, analisando a diretriz de revisão/auditoria (DRA) 400 – avaliação do risco de revisão/auditoria, emitida pela Ordem dos Revisores Oficiais de Contas (que congrega a matéria disposta na ISA 315 - compreensão da entidade e do seu ambiente e avaliar os riscos de distorção material e na ISA 330 - os procedimentos do auditor em resposta a riscos avaliados), desagregam o risco em auditoria em três componentes:

- Risco inerente, que consiste na possibilidade de o valor de uma rubrica contabilística ou classe de transações apresentar erros com materialidade relevante (considerados a nível individual ou consolidado), pressupondo a não existência de controlos internos relacionados com essa conta ou classe. A análise deste risco tem a ver, normalmente, com questões inerentes ao próprio setor de atividade da empresa.
- Risco de controlo, que consiste na possibilidade de ocorrência de erros em saldos de rubricas contabilísticas ou classes de transações (considerados a nível individual ou consolidado), não mitigados pelas medidas de controlo interno adotadas e implementadas pela entidade.
- Risco de deteção, que corresponde à possibilidade, dos procedimentos adotados pelo auditor, poderem não detetar erros que existam nos saldos das rubricas ou classes de transações (considerados a nível individual ou consolidado).

A imagem seguinte demonstra a abordagem tradicional de auditoria com base no risco:

Imagem 22: Abordagem do risco. Adaptado de: Boynton *et al*, (2002). Modern auditing. John Willey & Sons Inc. 1th ed



Segundo Messier e Austen, (2000), esta abordagem, ainda atualmente constitui a maior estrutura concetual para a condução de uma auditoria às demonstrações financeiras.

A referida ISA 320 não estabelece regras rígidas a respeito da definição de materialidade, contudo um padrão é seguido por diversos autores, conforme se segue:

Imagem 23: Definição de patamares de materialidade em auditoria. Adaptada de: COSTA, (2010). Auditoria Financeira – Teoria &amp; Prática (9ª edição). Lisboa: Editora Rei dos Livros

INDICADOR	PATAMAR	PATAMAR	PATAMAR
Resultado Bruto	-	2	-
R.A.I.	5 a 10	>10	5 a 10
V + Prest. Serv.	0,5 a 2	0,5	0,5 a 1
Total do Balanço	0,5 a 2	0,5	0,5 a 1
Ativo Corrente	5 a 10	-	-
Passivo Corrente	5 a 10	-	-
Capital Próprio	1 a 5	1	1

A materialidade e o risco e também a ligação entre os auditores externos e os auditores internos surgem sempre ligados nas abordagens tradicionais de auditoria às demonstrações financeiras. Segundo 2 relatórios publicados pela A.C.F.E. (2008), a forma como a auditoria externa e a auditoria interna definem e encaram o risco é um aspeto essencial na análise das limitações da auditoria. Tradicionalmente, é amplamente reconhecido que a auditoria interna se encontra melhor colocada para o efetivo combate à fraude, até pela própria redação das normas que regem os trabalhos de auditoria interna, que remetem a avaliação do risco para a abordagem COSO<sup>42</sup>, em especial a abordagem ERM – *enterprise risk management – integrated framework*, ou gestão de risco empresarial. Esta abordagem surge em 2004, na sequência dos escândalos financeiros verificados anteriormente, de forma a dar resposta a prevenção de novas situações semelhantes e pode ser definido da seguinte forma: “processo levado a cabo pelo conselho de administração, direção e restantes colaboradores de uma entidade, aplicado à definição de uma estratégia para toda a entidade e concebido para identificar possíveis acontecimentos que possam vir a afetar a entidade, e assim gerindo os riscos dentro de um patamar considerado aceitável, assegurando a realização dos objetivos propostos”. A abordagem ERM pretende desde a sua versão original focalizar a gestão na estratégia da empresa, traduzindo esta em objetivos, iniciativas e indicadores em quatro perspetivas (uma financeira e três não financeiras) e surge intimamente ligada ao controlo interno com um modelo tridimensional. Este consiste em 5 níveis horizontais, 3 colunas e sectores múltiplos de forma a lhe conceder a sua terceira dimensão, sendo certo que todos estes componentes surgem intimamente ligados, conforme se demonstra de seguida:

<sup>42</sup> COSO – *Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission* – trata-se de um grupo de trabalho constituído por diversos organismos internacionais, com o objetivo de definir um novo conceito de controlo interno. Constituído por: AAA – *American Accounting Association*, AICPA – *American Institute of Certified Public Accountants*, NAA – *National Association of Accountants*, FEI – *Financial Executives Institute*, e, IIA – *The Institute of Internal Auditors*.



Imagem 24: “Cubo COSO – ERM”. Adaptado de: COSO integrated framework (2004).



O novo cubo COSO surge com novas variantes face à versão anterior, verifica-se um cubo mais robusto, onde é reconhecido que o papel dos auditores deve ser mais ativo nas fases de planeamento e de execução dos trabalhos no que se refere ao estudo das organizações, no “envolvimento do auditor na estratégia da organização”, de forma a, tendo em conta todas as condicionantes envolvidas poder precaver e detetar atos fraudulentos com impacto que pode distorcer as demonstrações financeiras. Um facto incontornável é que as organizações, quer tenham ou não fins lucrativos, têm sempre por objetivo gerar e maximizar valor para os interessados. O valor é gerado, mantido ou destruído pelas decisões tomadas no quotidiano das organizações pelo que a incerteza e a escolha estão sempre presentes nestas escolhas. A gestão dos riscos requer:

- Alinhar o apetite a risco e estratégia;
- Otimizar as decisões de resposta a risco;
- Reduzir surpresas e prejuízos operacionais;
- Identificar e gerir os riscos inerentes ao quotidiano;
- Fornecer respostas integradas aos diversos riscos;
- Aproveitar as oportunidades;
- Melhorar a aplicação do capital.

Este cubo, pode na opinião do autor, ser uma ferramenta eficaz na inibição dos riscos de ocorrência de fraudes em ambiente organizacional, ora atentemos às componentes de risco:

- Ambiente interno: abrange a cultura da organização e a administração estabelece e partilha os valores éticos, a integridade e competência, que devem ser conduta de todos os colaboradores e estabelece o apetite ao risco cuja organização deve incorrer no quotidiano, incluindo os que se referem a comportamentos fraudulentos, possibilita a estrutura e a disciplina;
- Fixação de objetivos: os objetivos são estabelecidos no âmbito estratégico e devem tender a existir antes da identificação de situações que ponham em causa a sua concretização, estes objetivos devem ser realistas e congruentes com o apetite ao risco definido;
- Identificação de eventos/acidentes: Os acontecimentos potenciais devem ser identificados pela organização antes da sua ocorrência e diferenciados em riscos, oportunidades ou ambos. Os eventos de impacto negativo representam riscos que exigem avaliação e resposta da gestão. Os eventos de impacto positivo, representam

oportunidades que são canalizadas de volta para os processos de fixação das estratégias e objetivos;

- Avaliação dos riscos: os riscos são primariamente identificados pela administração, sendo posteriormente tomadas decisões quanto à resposta a dar e deve ser sempre avaliado o seu impacto, a sua probabilidade e os seus efeitos. É com base nesta análise (probabilidade/impacto) que a gestão vai decidir que métodos utilizar, sendo que normalmente utiliza métodos qualitativos e quantitativos;
- Resposta ao risco: após a fase da avaliação a organização decide se evita (descontinuação de atividades de exposição ao risco), aceita (não toma qualquer medida de forma a evitar o impacto e a probabilidade dos riscos a incorrer), reduz (são tomadas medidas para reduzir quer a probabilidade, quer o impacto dos riscos) ou compartilha (transferência ou compartilha dos riscos com parceiros, são técnicas comuns os seguros ou *hedging*, tem sempre custos associados) os riscos identificados, de acordo com todas as outras componentes citadas. Ao considerar a resposta a dar, a gestão deve também ponderar os custos de tal resposta;
- Atividades de controlo: referem-se às políticas e procedimentos que se encontram internamente estabelecidos de forma, a que a resposta aos riscos, seja eficaz;
- Informações e comunicações: as informações para serem eficazes devem ser do conhecimento de toda a organização, no sentido em que estas se lhe refiram; As comunicações eficazes nas organizações surgem de forma fluente em todas as direções e onde todos os colaboradores conhecem a forma de agir e quais as suas responsabilidades;
- Monitorização: esta componente é crucial em todo o processo, uma vez que as outras ações se existirem mas não existir uma monitorização das ações, todo o processo se torna ineficaz uma vez que não se conhece o feedback de todas as ações, assim torna-se necessário este passo de modo a que todos os colaboradores possam contribuir para uma melhoria dos procedimentos instituídos.

Como se constata, a resposta aos riscos no geral, ou aos riscos de fraude em particular tem sempre por base o tempo que um trabalho demora, os recursos a isso associados, pelo que é impossível não se trabalhar com base em técnicas de amostragem, as mais desenvolvidas possíveis, de modo a reduzir o risco de auditoria.

A abordagem da auditoria com base em parâmetros de risco, tem vindo a sofrer nas últimas três décadas um elevado desenvolvimento concetual. No final da década de 80 e década de 90, o desenvolvimento acelerado das técnicas de auditoria, e das ferramentas informáticas que serviram de apoio ao trabalho dos auditores, associado à necessidade de redução de custos com o funcionamento dos serviços de auditoria, implicaram o desenvolvimento e implementação de processos de auditoria estruturados, sobretudo, nas grandes empresas de auditoria, de acordo com Imhoff, (2003) e Power, (2003).

O novo cubo COSO pode ser uma ótima ferramenta ao serviço de um trabalho de auditoria forense, uma vez que o auditor ao se “intrrometer” na estratégia da entidade consegue entender os valores e as orientações da gestão o que pode permitir antecipar e diminuir a ocorrência de fraudes financeiras. Quanto ao facto do trabalho de auditoria ser elaborado com base em amostragem, Goldwasser, (2005), apresenta uma visão crítica acerca do princípio da materialidade, desenvolvendo que a metodologia atualmente utilizada, baseada no risco não se aproxima de uma ciência exata, pondo assim em causa que os auditores consigam quantificar todos os riscos subjacentes a um trabalho específico, quanto mais conseguir a sua eficaz eliminação. No entender de Golden *et al*, (2005), isto deve-se no essencial a 2 fatores:

- A natureza da evidência em auditoria;
- A natureza e características da fraude;

Em relação ao primeiro aspeto deve-se no essencial ao facto de a auditoria realizar testes tendo por base um estudo prévio e técnicas de amostragem onde o auditor decide o estudo que vai realizar, sempre tendo por base a materialidade dos valores envolvidos. Em auditoria forense, a materialidade tal como na auditoria financeira deve ser seguida, contudo com uma abordagem diferente, uma vez que segundo alguns autores, uma auditoria para ser eficaz deve ser integral e analisar a globalidade das transações envolvidas e de todos os valores, contudo, tal revela-se em muitos casos impossível quer por uma questão de tempo, quer por uma questão dos gastos envolvidos nesse tipo de trabalho, o que implica o desenvolvimento do trabalho com base na análise de *red flags*.

A segunda razão apontada pelos autores reveste-se com as próprias características da fraude, onde estes referem “a fraude baseada em conluio entre os gestores executivos implica a falsificação de documentação”. A fraude por natureza não assume legibilidade, encontrando-se normalmente bastante dissimulada entre bastantes transações e em balancetes secundários de forma a dificultar a sua descoberta, o que implica da parte dos auditores forenses uma pesquisa e um estudo diferente do que se pratica em auditoria financeira tradicional com a análise de extratos integrais e estudos exaustivos de documentação sempre original das transações.

Apesar destes considerandos, Ohta, (2008), defende que a resposta dos auditores face ao risco avaliado, o qual deve incluir a aferição do risco de fraude como componente fundamental do risco de distorção material, que os planos de trabalho detalhados com os procedimentos a adotar ao nível de cada rubrica, classe de transações ou demonstrações financeiras, são a única forma que o auditor possui, e como tal, a única forma praticável de manipular o risco de deteção de modo a que o risco de auditoria, ou seja, a probabilidade de o auditor emitir uma opinião errada, seja aceitavelmente baixo.

Existem autores que são críticos face a esta metodologia de trabalho em auditoria forense, uma vez que por um lado, os *red flags* estão associados à fraude mas citam que essa associação apresenta algumas deficiências. Por outro lado, uma vez que os auditores vão direcionar a sua atenção tendo em conta esses *red flags* ou algumas pistas, poderão perder o rumo face ao verdadeiro motivo da fraude. Estes motivos têm alertado os auditores e por isso mesmo recusarem a responsabilidade primária pela deteção e prevenção de fraudes.

#### 4.2 – O papel do *corporate governance* na prevenção da fraude empresarial

O conceito de *governance* assume hoje uma série de múltiplas abordagens pelas ciências sociais.

Trata-se de um conceito que proveio essencialmente da ligação com o setor privado e com o mundo empresarial, *corporate governance* ou “governo das sociedades” assumiu com o tempo, um conceito chave na discussão atual das ciências sociais. A sua multidisciplinariedade nasceu da apropriação do conceito pelas diversas ciências, nomeadamente a economia, política, sociologia ou direito. O conceito de

*corporate governance* pode ser entendido como a forma como a órgão de gestão da entidade a dirige e supervisiona, de modo a que estejam sempre salvaguardados os princípios de integridade e transparência em todas as suas atividades. O conceito de *governance* deve estar sempre presente no modelo organizacional das entidades e ligar-se da seguinte forma:

Imagem 25: Conceito de corporate governance. Adaptada de: COSO, (2004) - The Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission; Corporate Governance – Integrated Framework



Este conceito mais que uma evolução foi a resposta a uma necessidade sentida com os escândalos financeiros que se têm verificado nos últimos anos (tema anteriormente abordado). Destacam-se diversos textos de carácter regulamentário, nomeadamente nos Estados Unidos com a publicação da *Sarbanes-Oxley Act* (2002) e na Europa da publicação da 8ª Diretiva (2006), no início do século. Em ambos os casos o objetivo foi o de combater os escândalos financeiros ocorridos com empresas de referência em diversos setores e também no setor da prestação de serviços de auditoria, contudo com uma divergência acentuada proveniente da diferença das correntes de pensamento próprias quer na Europa, quer no outro lado do Atlântico, onde aí os meios de punição, cumprimento e ação são claramente mais eficazes e efetivos com a publicação de Lei *Sarbanes-Oxley*, enquanto na Europa as medidas são essencialmente linhas orientadoras com uma aplicação mais branda e sem o carácter de punição pecuniária que se verifica nos Estados Unidos. A imagem traz também a novidade da introdução de comissões existentes no seio dos conselhos de administração, mas compostas por administradores não executivos, das quais se salienta a comissão de auditoria. Nos Estados Unidos esta apresenta a função específica de ser a responsável direta por nomear, remunerar e supervisionar o trabalho dos auditores na entidade, uma vez que estes reportam diretamente a esta comissão. Um outro instrumento de regulação publicado, especificamente para o setor bancário e financeiro refere-se aos acordos de Basileia (Suíça), que tem sofrido diversas atualizações, sempre no sentido de maiores reportes dos bancos para os seus bancos centrais de modo a existir uma cooperação mais próxima entre ambos, e também com a exigência dos aumentos dos rácios de capital das instituições financeiras<sup>43</sup>.

<sup>43</sup> Neste ponto importa referir que os acordos de Basileia, neste momento preveem que o rácio de capital *core tier one*, deve, para todas as instituições ser superior a 8%, no entanto, com o resgate sofrido por Portugal por parte do Fundo Monetário Internacional, Banco Central Europeu e Comissão Europeia, este rácio deve em 30.06.2012 ser superior a 9% e em 31.12.2012 situar-se acima dos 10%.

No caso específico português, o tema do *corporate governance* surge relacionado, também, com as necessidades de harmonização dos mercados financeiros pelo que a legislação aplicável surge essencialmente da CMVM – Comissão de Mercados de Valores Mobiliários, que tem publicado nos últimos anos diversas documentação, essencialmente de orientação, das quais se salientam:

- Recomendações sobre governance em 1999 e posteriormente em 2005;
- Regulamento 7/2001 atualizado posteriormente pelos regulamentos n.º 11/2003 e 10/2005 onde se trata o tema das sociedades cotadas;
- Em 2004 foi criado o IPCG – Instituto Português do Corporate Governance;

Na sua obra, Lopes, (2011) apresenta uma ideia mais crítica e defende este conceito (*corporate governance*) como uma teoria e um novo modelo de governação que poderá ter gerado problemas que não são ainda possíveis de resolver e acrescenta que “emerge o problema da corrupção<sup>44</sup> como patologia global da sociedade e da sua *governance*, que assume contornos relativamente distintos em relação a um modelo essencialmente penalístico e criminológico”.

#### Livro Branco sobre Governance:

Pode afirmar-se que este é o texto base e incontornável na União Europeia acerca do *corporate governance* e do seu papel no combate à fraude. Em Portugal, tem-se iniciado à parte de alguns anos a discussão sobre este tema na governação da coisa pública, onde os meios para gerir provêm dos impostos e contribuições dos cidadãos e onde se tem vindo a exigir mais da sua boa gestão. O conceito de *governance* no seio desta discussão assenta sobretudo em dois pilares, a responsabilidade e a transparência. Por um lado a responsabilidade da tomada de decisão na gestão dos meios públicos e por outro a transparência das decisões tomadas com base em critérios previamente definidos e rigorosos assumem-se como fundamentais e exigíveis pela sociedade.

### 4.3 – Conselho de Prevenção da Corrupção

O Conselho de Prevenção da Corrupção (CPC), é um organismo independente, funcionando junto do Tribunal de Contas, criado em 2008, pela Lei n.º 54/2008 de 4 de Setembro, cuja atividade está exclusivamente orientada para a prevenção da corrupção e que comunica com a sociedade através da Assembleia da República com um relatório anual de atividades desenvolvidas.

---

<sup>44</sup> Relativamente ao fenómeno da corrupção na realidade empresarial, um estudo da OCDE publicado em junho de 2003 relativo ao papel que as empresas têm na luta contra as práticas corruptivas evidencia alguma fragilidade no envolvimento dos empresários nesta matéria, concluindo que apenas 43 em 100 das principais empresas multinacionais não financeiras têm declarações públicas sobre a corrupção nos seus sítios na internet.

## CAPÍTULO V – “*Deteção de fraudes*”

*“A auditoria enquanto fator dissuasor da ocorrência do fenómeno da fraude e enquanto atitude reativa ao mesmo, assume planos divergentes mas fundamentais e representa um caminho a ser seguido na nossa sociedade”.*

### 5.1 – Dificuldades na deteção de fraudes

Como já foi anteriormente referido, o fenómeno da fraude não é facilmente detetável. Tal facto deve-se a um conjunto de determinantes que por vezes se encontram conjugadas, podendo também não acontecer, nomeadamente:

- Ato intencional;
- Fragilidade dos sistemas de controlo Interno;
- Acumulação de funções;
- Conluio;

Uma vez que se trata de um ato intencional com o objetivo de prejudicar terceiros para benefício do próprio, trata-se de um ato ponderado que por norma, se encontra nos registos contabilísticos, mas de forma dissimulada repartido por um número acentuado de transações (repartindo a materialidade do ato em diversos registos) ou em transações pouco usuais de forma não se encontrarem abrangidas por sistemas de controlo interno implementados, uma vez que este apresenta maior incidência na atividade operacional das entidades e em operações de materialidade mais significativa. Outro aspeto que tende a dificultar a deteção deste fenómeno prende-se com a acumulação de funções que por vezes existe no seio das organizações, tendo em conta a racionalização dos escassos recursos que dotam as mesmas, o que leva a por vezes existir obrigatoriamente a uma acumulação de funções pouco recomendada pelas práticas internacionais de controlo interno, mas que na realidade acontecem e que favorecem a sua ocorrência, atente-se nomeadamente a um técnico do departamento de contabilidade que não deve ter a seu cargo por exemplo pagamentos em meios líquidos, estas situações encontram-se mais concentrados quanto menor for a dimensão da entidade. Por último, nas entidades de maior dimensão onde os valores envolvidos em fenómenos de fraude são também de maior materialidade, tende a existir um outro esquema de fraude, o conluio; Trata-se de uma conjugação de esforços de vários indivíduos, normalmente em posições chave da organização, que, atuando em conjunto, com o objetivo de tirar benefícios de uma determinada situação, atuam de forma fraudulenta, de modo a dificultar a sua deteção. Este esquema é uma forma de contornar os controlos internos implementados, e dissimular a presença da fraude. Todos estes factos conjugados fazem com que na base da maior parte dos casos detetados esteja de facto, não um controlo interno eficaz mas uma denúncia anónima, como veremos de seguida.

A nível global existem poucos dados estatísticos sobre a situação de fraudes ocorridas em ambiente interno das organizações.

Contudo, determinadas fontes citam as seguintes informações:

- 43,48% dos valores envolvidos são de apropriação indevida;
- 30,43% por corrupção; e

- 26,09% por roubos ou outras fraudes.
- 81,20% dos autores de fraude empresarial têm o nível acadêmico secundário ou superior;
- 34,33% das fraudes causam perdas de 1 a 10.000 €, 44,78% causam perdas de 10 mil a 100 mil € e 20,89% causam perdas acima de 100 mil euros.

Estes números podem pecar por insuficiência de informação prestada e tratam-se de estimativas a nível mundial.

Nos Estados Unidos, os analistas conseguem números que podem dar uma ideia mais aproximada deste fenómeno uma vez que existe uma quantificação monetária. De acordo com as estatísticas:

- Os prejuízos anuais ascendem estimam-se que ascendam a valores situados entre os 200 e os 600 mil milhões de dólares, o que significa cerca de 2,5% do produto interno bruto anual dos Estados Unidos;
- Estima-se que cerca de 80% das entidades percam entre 0,5% e 2% da faturação anual devido à ocorrência de fraudes em ambiente interno;
- Estima-se que 69% das entidades suspeitem que ocorrem ou já ocorreram fraudes a nível interno;
- Desonestidade dos gestores e funcionários foram a base da falência de mais de 50% dos bancos e empresas seguradoras nos últimos anos e 33% a nível empresarial;
- Os assaltos são responsáveis por 30% das perdas nas empresas, os funcionários são responsáveis por 70%;

De acordo com o relatório anual da A.C.F.E., (2008), os seguintes esquemas fraudulentos implicaram perdas para as entidades:

Imagem 26: Métodos utilizados para cometer fraude. Adaptado do relatório da ACFE, (2008). “report to the nation – on occupational fraud &amp; abuse”, (p. 46-66)

<b><i>Esquemas fraudulentos envolvendo perdas financeiras</i></b>					
Esquema	Descrição	Acontecimentos	Ocorrências	Porcentagem	Valor (\$)
<b>Faturação</b>	Esquema em que um funcionário leva a entidade a fazer um pagamento fictício ou a adquirir bens ou serviços fictícios ou compras pessoais.	- O empregado cria contas ou empresas de fachada para justificar transações; - O funcionário faz compras pessoais que são pagas com fundos da empresa.	229	23,9%	100 milhões
<b>Adulteração</b>	Esquema em que um funcionário desvia do empregador fundos ou forja as contas bancárias, de modo a fazer passar um pagamento não autorizado por um pagamento autorizado.	O funcionário desvia cheques em branco ou arranja um cúmplice seu.	141	14,7%	138 milhões
<b>Reembolso de Despesas</b>	Esquema em que um funcionário apresenta documentos fictícios de uma compra e faz o seu reembolso.	- O funcionário apresenta despesas, viagens ou refeições que não efetuou.	127	13,2%	25 milhões
<b>Falhas de Caixa</b>	Falsas entradas de caixa, que coincidam com saídas fraudulentas	- Vendas fictícias que coincidam com os desvios de numerário.	89	9,3%	49 milhões
<b>Desvios de Dinheiro</b>	Esquemas em que o perpetrador se apodera de dinheiro da entidade.	- O funcionário desvia fundos da entidade.	121	12,6%	35 milhões
<b>Desvios de Ativos</b>	Esquemas em que o funcionário desvie ativos da empresa.	- O funcionário desvia ou cria desvantagens financeiras sobre os clientes da entidade.	156	16,3%	100 milhões

A KPMG, levou recentemente a cabo o desenvolvimento de um estudo intitulado “O típico autor de fraude – análise da KPMG, (2011) aos padrões globais da fraude”, onde visa nomeadamente atualizar e dar um rosto ao típico autor da fraude, detetar os seus padrões de atuação, calcular os valores envolvidos e a duração das fraudes, dada a sua vasta experiência em grande número de organizações a nível global. Segundo o estudo, foram analisadas 348 investigações de fraudes ocorridas em 69 países diferentes entre os anos de 2008 e 2010 e comparados os resultados com um estudo anterior datado de 2007.

As conclusões apontam para um crescimento em tempos de crise global, onde os mecanismos de resposta (sistemas de controlo interno) a este fenómeno parecem ser menos eficazes, face ao anterior estudo, provavelmente devido à diminuição de



investimento em recursos, humanos e técnicos no departamento de controlo interno. Segundo a consultora, aponta para o período dos próximos um a dois anos para um crescimento exponencial deste tipo de fenómenos, dado o lapso de tempo que decorre desde a ocorrência à deteção das fraudes, que normalmente é de 3 anos.

De acordo com o estudo, o típico autor de fraudes em ambiente empresarial é do sexo masculino com idade compreendida entre 36 e 45 anos e tem um cargo chave na organização, nomeadamente na gestão da mesma, padrão encontrado em 87% dos casos. Um outro fator importante (mas detetado em percentagem diferente) é a antiguidade dos colaboradores nas organizações, sendo que em 60% dos casos, estes trabalham há mais de 5 anos nas mesmas e 33% há mais de 10 anos. Verifica-se também um destaque face ao esquema de conluio, que foi detetado em 70% dos casos (48% com fornecedores e 22% com clientes). A fragilidade crescente dos sistemas de controlo interno é mais evidente quando o estudo cita que mais de metade das deteções de fraudes se deve a denúncia anónima ou por acidente, o que sugere que a qualidade dos sistemas de controlo interno implementados não é a melhor.

Estas são as principais conclusões do estudo apresentado, contudo, segundo os autores é destacada a relutância da participação neste estudo, facto justificado pelo receio da perda de confiança dos *stakeholders*, nomeadamente investidores, impacto negativo na imagem e na reputação da empresa receio de multas das entidades oficiais, embora não seja possível determinar essa extensão, o que leva a concluir que 77% das fraudes ocorridas se cinja ao ambiente interno e não sejam tornadas públicas.

Já a PWC, (2011), num outro estudo, é da opinião que a atual conjuntura é a “tempestade perfeita” para a prática de crimes económicos, o que leva a concluir que nos próximos anos o fenómeno da fraude pode apresentar um aspeto de crescimento exponencial, convergindo com a conclusão apresentada pelo estudo da KPMG. Este estudo, publicado em 2011, com referência ao mesmo ano, foi levado a cabo em 78 países onde foram inquiridas 3877 indivíduos e, tal como no estudo citado anteriormente, este visou a comparação com um anterior (2009).

De acordo com o estudo, no último ano, cerca de 33% terão sido alvo da ocorrência de fraudes, o que revela um aumento de 13% face a 2009, tal facto, deve-se segundo o estudo à pressão que os indivíduos sentem de forma a manterem ou aumentarem os seus rendimentos. 72% dos inquiridos, que alegam ter sido vítimas de fraude declaram ter existido uma apropriação indevida de ativos. Outros fenómenos como a fraude contabilística, corrupção ou subornos, foram, de acordo com este estudo, responsáveis por 24% dos fenómenos de fraude verificados.

Este estudo revela dois pontos que o estudo levado a cabo pela KPMG não revela, i.e., nos casos de fraude reportados por estas entidades, o valor das fraudes situou-se acima de 5 milhões de dólares. Por outro lado, aponta como os setores mais visados por este fenómeno, o setor das comunicações e o setor segurador (ambos com 48%) e o setor público (46%).

Também este estudo retrata o indivíduo tipo que comete fraudes, cujo perfil se enquadra no descrito no anterior estudo.

## CAPÍTULO VI – “*Conclusões*”

Este capítulo dedica-se exclusivamente a reunir as principais conclusões com a elaboração deste estudo e indicar possíveis linhas futuras de investigação relacionadas com o tema da fraude e com o percurso que a sociedade exige que seja traçado.

Por um lado, verifica-se que desde os primórdios da auditoria, a problemática da fraude sempre esteve no seu horizonte, cabendo-lhe até ao século XX o papel primário pela deteção das mesmas, papel mitigado desde essa altura, cabendo o mesmo com uma importância gradual aos responsáveis pela gestão, ficando a auditoria com um papel secundário. A evolução da auditoria visa assim responder às exigências impostas pela sociedade, através do alargamento e criação de diversos ramos provenientes da auditoria financeira.

A sociedade, cada vez mais informada e estruturada numa ótica de globalização e de economias de mercado, exige aos auditores uma cada vez maior intervenção no diagnóstico de certos fatores, nomeadamente a análise ao princípio da continuidade e por consequência a viabilidade das empresas, denúncias de fraudes e de atos ilegais.

Esta evolução tem-se traduzido na opinião de que a auditoria financeira apresenta limitações no combate à fraude, que decorrem diretamente do seu objeto, metodologia e quadro normativo e legal.

Constata-se que atualmente, a opinião dos auditores financeiros não passa por assumir um papel preponderante na deteção de fraudes, uma vez que defendem que o papel não deve ser o de “polícia” dos acionistas de forma a “fiscalizar” a organização, mas sim emitir uma opinião isenta e profissional mediante uma análise sistemática de objetivamente obter e avaliar provas sobre a correspondência existente entre afirmações de carácter económico-financeiro ou outro e critérios estabelecidos, bem como comunicar as conclusões aos interessados.

Assim, torna-se urgente clarificar esta diferença de expectativas que existe e que de alguma forma tem diminuído a imagem da profissão, nomeadamente através do diálogo abrangente entre os profissionais, os utilizadores da informação financeira em sentido lato e o poder político.

Neste âmbito, concluiu-se com a elaboração deste estudo que se verificam bons exemplos internacionais, nomeadamente nos Estados Unidos, pela via de 2 associações de certificação e formação de profissionais (ACFE e ACFEI).

Este estudo apresenta possíveis percursos, que a nível empresarial podem ser implementados, de forma a mitigar a ocorrência de fraudes financeiras, ou de outra ordem. Uma solução a implementar de forma clara em Portugal, pode passar pela solução já encontrada noutros países, nomeadamente em Espanha, com a criação de equipas de auditores forenses com o objetivo de responder a diversas questões que a sociedade urge em ver respondidas. O autor defende que a resposta deve ser rápida e eficaz, mitigando assim a diferença de expectativas que existe e que separa a auditoria da sociedade.

A sociedade exige que existam profissionais bastante experientes e qualificados, que atuem com rigor, transparência e em regime de exclusividade como auditores forenses, de forma a mitigar a ocorrência deste fenómeno, atuando quer de forma pro-ativa, quer de forma reativa. Mas exige também que esta solução seja viável economicamente e financeiramente, havendo sempre que analisar a relação custo / benefício.

Saliente-se que a figura de auditor forense existe no nosso país, embora não de forma clara na legislação, pelo que essa solução a ser a seguida necessita sempre de ser acompanhada de alterações do quadro legislativo e normativo existente, podendo ser

englobado nas funções exercidas por exemplo pela Polícia Judiciária ou pelo setor financeiro, de forma que a sociedade deve, primordialmente pressionar o poder político a legislar nesse sentido e não tanto, como se tem verificado, pressionar os profissionais do setor, uma vez que as suas funções se revelam de interesse público e consequentemente reguladas através de quadro legal apropriado.

Esta matéria, por se tratar de um assunto sensível, deve ser alvo de revisão legal no âmbito da União Europeia, de forma a harmonizar procedimentos de atuação e a legislação a adotar pelos Estados-Membro, devendo também a nível nacional ser tomada uma posição e medidas para mitigar ocorrências futuras.

Após as conclusões reunidas, entende o autor, que podem ser de interesse algumas futuras linhas de investigação, nomeadamente:

- Qual o impacto da integração de auditoria forense enquanto disciplina de estudo nos ciclos superiores de licenciatura ou mestrado nos cursos de auditoria ou contabilidade?
- Deve a auditoria forense ser uma profissão?
- Deve a função de auditor forense ser regulada?
- Qual deveria ser o quadro normativo aplicável em Portugal e em que função enquadrar a figura de auditor forense?

## Bibliografia

- ACFE – Association of Certified Fraud Examiners, “2008 Report to the Nation – On Occupational Fraud & Abuse”, (p. 46-66).
- Almeida, B., (2003), “O papel dos auditores na descoberta e divulgação de atos ilegais”, Revista Portuguesa e Brasileira de Gestão, vol 2, (p. 74-83).
- Almeida, B., Taborda, D., (2004). “La contabilidad forense: un nuevo enfoque en las actuaciones profesionales de tipo pericial”, El auditor, Instituto de Auditores-Censores Jurados de Cuentas de España, nº 18, fevereiro, (p. 29-35).
- Almeida, B., (2005), “Auditoria e Sociedade – Diferença de Expetativas”. Lisboa, Publisher Team.
- Arens, A., Loebbecke, J. (2000). Auditing: An Integrated Approach. 8th ed. New Jersey, Prentice Hall International Inc.
- Assembleia da República - Constituição da Republica Portuguesa, de 2 de abril de 1976, que estabelece os princípios fundamentais. <http://www.parlamento.pt/Parlamento/Documents/CRP1976.pdf>
- Assembleia da República – Resolução n.º 68/2001, de 26 de outubro: Convenção penal sobre a corrupção. <http://diário.vlex.pt/vid/outubro-33241771>
- Assembleia da República - Lei n.º 48/2007 de 29 de agosto, promove a 15ª alteração ao código do processo penal. <http://www.dre.pt/pdf1s/2007/08/16600/0584405954.pdf>
- Assembleia da República - Lei n.º 54/2008, de 4 de Setembro, cria o Conselho de Prevenção da Corrupção. <http://www.dre.pt/pdf1s/2008/09/17100/0618906190.pdf>
- Assembleia da República - Lei 38/2009, de 20 de julho, define os objetivos, prioridades e orientações de política criminal, em cumprimento da Lei nº 17/2006, de 23 de maio (Lei Quadro da Política Criminal). <http://dre.pt/pdf1s/2009/07/13800/0453304541.pdf>
- Ashton, B. (2001). A view of International IT Security Standards: The EDP Audit. Control and Security Newsletter Dezembro, (p. 29).
- Autoridade Tributária e Aduaneira (2010). Relatório de combate à fraude e evasão fiscal – 2010

- Banco Central Europeu - Acordos de Basileia III, de 16 de dezembro de 2010.  
<http://www.ecb.int/pub/pdf/annrep/ar2011pt.pdf>
- Banco de Portugal - Instrução n.º 26/2005 de 21 julho, estabelece mecanismos preventivos de branqueamento de capitais.  
<http://www.bportugal.pt/sibap/application/app1/instman.asp?PVer=P&PNum=26/2005>
- Banco de Portugal - Instrução n.º 11/2007, de 30 de abril, indica os elementos que as instituições de crédito deverão remeter ao Banco de Portugal, no âmbito da utilização do método de notações internas (risco de crédito) e dos métodos standard e de medição avançada (risco operacional).  
<http://www.bportugal.pt/sibap/application/app1/docs1/manual/textos/11-2007m.pdf>
- Banco de Portugal - Aviso n.º 5/2008, de 1 de julho, estabelece que as instituições de crédito devem dispor de um sistema de controlo interno rentável à atividade.  
<http://www.bportugal.pt/sibap/application/app1/docs1/avisos/textos/5-2008a.pdf>
- Banco de Portugal - Instrução nº 5/2012, de 15 de fevereiro - Sistema de Inspeção na área de Numerário, reporte de informação relativa à autenticação das moedas em euros e ao tratamento das moedas em euros impróprias para circulação.  
<http://www.bportugal.pt/sibap/application/app1/docs1/manual/textos/5-2012m.pdf>
- Banco de Portugal - Instrução nº 6/2012, de 15 de fevereiro – Sistema de Inspeção na área de Numerário, reporte de informação relativa à verificação da autenticidade e qualidade e à recirculação das notas de euro.  
<http://www.bportugal.pt/sibap/application/app1/docs1/manual/textos/6-2012m.pdf>
- Baron, L., (2006). Are a Hot Commodity. *Journal of Accountancy*, v. 201, issue 2.
- Bologna, J., e Lindquist, R. (1995). *Fraud Auditing and Forensic Accounting - New tools and techniques*. 2th ed. New York: John Wiley & Sons.
- Boynton, W., Johnson, R. e Kell, W. (2002). *Modern Auditing*. John Willey & Sons Inc. 1th ed.
- Buckhoff, T., e Schrader, R. (2000). The Teaching of Forensic Accounting in the United States, *Journal of Forensic Accounting*, v. 1, (p. 135-146).
- Buckhoff, T. (2008). Forensic Audit vs. Financial Statements Audit, in *Forensic Insight. Current accounts – Georgia Society of CPA's*, (p. 4-5).
- Cangemi, P., and Tommie, S. (2003). *Managing the Audit Function: A Corporate Audit Department Procedure*. Wiley, John & Sons, Incorporated. 1th ed.

- Castanheira, N. (2007). Auditoria Interna Baseada no Risco - Estudo do Caso Português. Dissertação de Mestrado em Contabilidade e Auditoria, Universidade do Minho, Braga, (p. 26).
- Cohen, M., Cran, A., Sanders, A. (1996). Skills Used in Litigation Services. Journal of Accountancy, v. 182, (p. 101).
- Comissão do Mercado de Valores Mobiliários - Regulamento n.º 7/2001, estabelece as informações práticas sobre o governo de sociedades. [http://www.cmvm.pt/CMVM/Legislacao\\_Regulamentos/Regulamentos%20%C3%A1rea%20antiga/2001/Consolidada/Documents/172da1dcf94d46e2a6a050fa8fef92bfRegulamento72001GovernodasSociedadesCotadasCons200.pdf](http://www.cmvm.pt/CMVM/Legislacao_Regulamentos/Regulamentos%20%C3%A1rea%20antiga/2001/Consolidada/Documents/172da1dcf94d46e2a6a050fa8fef92bfRegulamento72001GovernodasSociedadesCotadasCons200.pdf)
- Comissão do Mercado de Valores Mobiliários - Regulamento n.º 11/2003, estabelece informações sobre o governo de sociedades cotadas e deveres de informação. [http://www.cmvm.pt/CMVM/Legislacao\\_Regulamentos/Regulamentos%20%C3%A1rea%20antiga/2003/Pages/reg2003\\_11](http://www.cmvm.pt/CMVM/Legislacao_Regulamentos/Regulamentos%20%C3%A1rea%20antiga/2003/Pages/reg2003_11).
- Comissão do Mercado dos Valores Mobiliários - Regulamento n.º 10/2005, o papel dos administradores não executivos e a remuneração dos administradores. [http://www.cmvm.pt/CMVM/Legislacao\\_Regulamentos/Regulamentos%20%C3%A1rea%20antiga/2005/Pages/reg2005\\_10.aspx](http://www.cmvm.pt/CMVM/Legislacao_Regulamentos/Regulamentos%20%C3%A1rea%20antiga/2005/Pages/reg2005_10.aspx)
- Comissão Europeia - Livro Verde, de 24 de julho de 1996, intitulado “Papel, Estatuto e Responsabilidade do Revisor Oficial de Contas na União Europeia”. [http://ec.europa.eu/environment/waste/pdf/green\\_paper/green\\_paper\\_pt.pdf](http://ec.europa.eu/environment/waste/pdf/green_paper/green_paper_pt.pdf)
- Comissão Europeia – Recomendação de 16 de maio de 2002 – Independência dos Revisores Oficiais de Contas na União. <http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=OJ:L:2002:191:0022:0057:PT:PDF>
- Comissão Europeia - Diretiva 2006/70/CE, de 1 de agosto, estabelece medidas de execução para a Diretiva 2005/60/CE de 21 de julho. <http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=OJ:L:2006:214:0029:0034:PT:PDF>
- Conselho Europeu - Convenção destinada a proteger os Interesses Financeiros da Comunidade Europeia. [http://europa.eu/legislation\\_summaries/fight\\_against\\_fraud/protecting\\_european\\_community\\_financial\\_interests/l33019\\_pt.htm](http://europa.eu/legislation_summaries/fight_against_fraud/protecting_european_community_financial_interests/l33019_pt.htm)
- Conselho Europeu - Convenção relativa à luta contra a corrupção em que estejam implicados funcionários das comunidades europeias ou dos Estados-Membro da União Europeia. [http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=CELEX:41997A0625\(01\):PT:NOT](http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=CELEX:41997A0625(01):PT:NOT)

- Constituição dos Estados Unidos; Lei Fundamental, que estabelece a forma federal do Estado, Órgãos de poder e suas competências. <http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Documentos-antigos-%C3%A0-cria%C3%A7%C3%A3o-da-Sociedade-das-Na%C3%A7%C3%B5es-at%C3%A9-1919/constituicao-dos-estados-unidos-da-america-1787.html>
- COSO (2004) - The Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission; Enterprise Risk Management – Integrated Framework [http://www.coso.org/documents/coso\\_erm\\_executivesummary.pdf](http://www.coso.org/documents/coso_erm_executivesummary.pdf)
- Costa, C. (2010). Auditoria Financeira – Teoria & Prática (9ª edição). Lisboa: Editora Rei dos Livros.
- Crumbley, D. (2009). Journal of Forensic Accounting - January 9. <http://www.rtedwards.com/journals/JFA/evidentiary.html>
- Davis, C., Farrel, R., Ogilby, S., (2010). Characteristics and Skills of the Forensic Accountant. Case Study, University of Sacramento.
- Donohoe, D. (1997). Forensic accounting. Accountancy Ireland, vol 29 (p.6-8).
- Di Gabriele, J. (2008). An Empirical Investigation of the Relevant Skills of Forensic Accountants. Journal of Education for Business, July/August, (p. 331-338).
- Durkin, R., e Ueltzen, M. (2009). The Evolution of The CFF Credential, The Practicing CPA, July/August (p. 2).
- Franco, H., Marra, E., (2003) “Auditoria Contábil” 4ª Edição São Paulo, Atlas.
- Golden, T., Skalak, S., e Clayton, M., (2005). A Guide to Forensic Accounting Investigation. New Jersey: John Wiley & Sons 1th ed.
- Goldwasser, D. (2005). The Past and the future of Reasonable Assurance. CPA Journal, (p. 28-31).
- Harris, C., e Brown, A., (2000). The Qualities of a Forensic Accountant. Pennsylvania CPA Journal, v. 71, (p. 2-3).
- Hassink, H. Bollen, L., Meuwissen, R. e de Vries, M. (2009): “Corporate fraud and the audit expectations gap: A study among business managers, Journal of International Accounting, Auditing and Taxation, vol 18, (p. 85-100).
- Hopwood, W., Leiner, J. e Young, G. (2008). Journal of Forensic Accounting. New York: McGraw-Hill/Irwin, vol 17 (p. 175-213).

- Imhoff, E. (2003). Accounting quality, auditing, and corporate governance. Accounting. Horizons (Supplement), (p. 117–128).
- International Federation of Accountants (IFAC); ISA 200 - Objetivos Globais do Auditor Independente e a Execução de uma Auditoria de Acordo com as Normas Internacionais de Auditoria. <http://www.ifac.org/sites/default/files/downloads/a008-2010-iaasb-handbook-isa-200.pdf>
- International Federation of Accountants (IFAC); ISA 240 – A Responsabilidade do Auditor ao Considerar a Fraude numa Auditoria de Demonstrações Financeiras. <http://www.ifac.org/sites/default/files/downloads/a012-2010-iaasb-handbook-isa-240.pdf>
- International Federation of Accountants (IFAC); ISA 315 - Compreensão da Entidade e do Seu Ambiente e Avaliar os Riscos de Distorção Material. <http://www.ifac.org/sites/default/files/downloads/a017-2010-iaasb-handbook-isa-315.pdf>
- International Federation of Accountants (IFAC); ISA 320 – Materialidade no planeamento e desenvolvimento de uma auditoria. <http://www.ifac.org/sites/default/files/downloads/a018-2010-iaasb-handbook-isa-320.pdf>
- International Federation of Accountants (IFAC); ISA 330 - Os Procedimentos do Auditor em Resposta a Riscos Avaliados. <http://www.ifac.org/sites/default/files/downloads/a019-2010-iaasb-handbook-isa-330.pdf>
- Instituto Português do Corporate Governance - Livro Branco sobre Corporate Governance em Portugal, (2006)
- I.P.A.I – Instituto Português de Auditoria Interna. <http://www.ipai.pt/gca/?id=46>
- International Federation of Accountants (2009) – International Standard on Quality Control n. 1. <http://www.ifac.org/sites/default/files/downloads/a007-2010-iaasb-handbook-isqc-1.pdf>
- Kerler, W., Killough, L. (2009). The Effects of Satisfaction with a Client’s Management During a Prior Audit Engagement, Trust, and Moral Reasoning on Auditor’s Perceived Risk of Management Fraud. Journal of Business Ethics, vol 85 (p. 109-136).
- KPMG ADVISORY – Consultores de Gestão S.A. (2009). “II Survey sobre a função de Auditoria Interna em Portugal”. Lisboa.



- KPMG e Polícia Judiciária - Unidade de Informação Financeira) (2010) – “Prevenção do Branqueamento de Capitais e do Financiamento do Terrorismo em Portugal”. Lisboa, (p. 13-34).
- KPMG ADVISORY – Consultores de Gestão S.A. (2011). “O típico autor da fraude – Análise da KPMG aos padrões globais da fraude”. Lisboa.
- LOPES, J., (2011). O Espectro da Corrupção, Lisboa. Almedina. 1ª Edição.
- Lugo, D. e Cano, M. (2001). “Un apoyo técnico a la Auditoria Gubernamental”, VI Seminario Latinoamericano de contadores y auditores, Setembro 2001.
- Manning, G. (2005). Financial Investigation and Forensic Accounting. 2th ed. New York: Taylor & Francis.
- McNamee, David, and Georges Selim. 1999. The Next Step in Risk Management. Internal Auditor, vol. 56 (p. 35).
- Messier, W. e Austen, L. (2000). Inherent Risk and Control Risk Assessments: Evidence on the Effect of Pervasive and Specific Risk Factors. Auditing. A Journal of Practice & Theory, vol. 19, (p. 119-131).
- Messmer, M. (2004). Exploring Options in Forensic Accounting. National Public Accountant, v. 5, (p. 9–20).
- Ministério das Finanças – Decreto-Lei n.º 298/92, de 31 de dezembro, posteriormente alterado pelo Decreto-Lei n.º 88/2011, de 20 de julho, institui e modifica o Regime Geral das Instituições de Crédito e das Sociedades Financeiras. [http://www.igf.min-financas.pt/inflegal/bd\\_legis\\_geral/leg\\_geral\\_docs/DL\\_298\\_92.htm](http://www.igf.min-financas.pt/inflegal/bd_legis_geral/leg_geral_docs/DL_298_92.htm)
- Ministério das Finanças - Decreto-Lei 487/99, de 16 de novembro, estabelece a revisão do regime jurídico da ordem dos Revisores Oficiais de Contas. <http://www.gproc.com/EOROC.pdf>
- Ministério das Finanças - Decreto-Lei 228/2000 de 23 de Setembro, cria o Conselho Nacional de Supervisão Financeira. <http://www.bportugal.pt/pt-PT/Legislacaoenormas/DL228ano2000c.pdf>
- Ministério das Finanças e da Administração Pública – Decreto-Lei 398/98 de 17 de dezembro, aprova Lei Geral Tributária. [http://www.stadministrativo.pt/pdf/Decreto-Lei\\_398\\_98.pdf](http://www.stadministrativo.pt/pdf/Decreto-Lei_398_98.pdf)
- Ministério das Finanças e da Administração Pública - Portaria n.º 321-A/2007, de 26 de março, posteriormente alterada pela Portaria n.º 1192/2009, de 8 de outubro.

<http://info.portaldasfinancas.gov.pt/NR/rdonlyres/9725D3A5-DA36-45C2-BF45-22DF6AD65E6B/0/pORTARIA321a2007AuditFile.pdf>

- Ministério das Finanças e da Administração Pública - Decreto-Lei 224/2008, de 20 de novembro, introduz no Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 487/99, de 16 de novembro as alterações que decorrem da transposição para a ordem jurídica interna da Diretiva n.º 2006/43/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 17 de maio, relativa à revisão legal das contas anuais e consolidadas. <http://www.oroc.pt/fotos/editor2/224.pdf>
- Ministério das Finanças e da Administração Pública - Portaria n.º 1192/2009, de 8 de outubro veio introduzir o ficheiro normalizado de exportação de dados, SAF-T. [http://info.portaldasfinancas.gov.pt/NR/rdonlyres/15D18787-8AA9-4060-90D5-79F168A927A4/0/Portaria\\_11922009.pdf](http://info.portaldasfinancas.gov.pt/NR/rdonlyres/15D18787-8AA9-4060-90D5-79F168A927A4/0/Portaria_11922009.pdf)
- Ministério das Finanças e da Administração Pública – Gabinete do Secretário de Estado e dos Assuntos Fiscais (2010) – “Relatório de Combate à fraude e evasão fiscais de 2010 – Atividades desenvolvidas”, (p. 14-104).
- Ministério da Justiça - Código do Processo Civil, que estabelece o quadro legal civil, aprovado pelo Decreto-Lei 44129/1961 de 28 de dezembro. <https://woc.ipca.pt/esg/getFile.do?tipo=2&id=906>
- Ministério da Justiça – Decreto-Lei 400/82, de 23 de setembro, que aprova o Código Penal Português. [http://www.igf.min-financas.pt/inflegal/bd\\_igf/bd\\_legis\\_geral/leg\\_geral\\_docs/DL\\_400\\_82\\_COD\\_PENAL.htm](http://www.igf.min-financas.pt/inflegal/bd_igf/bd_legis_geral/leg_geral_docs/DL_400_82_COD_PENAL.htm)
- Ministério da Justiça - Decreto-Lei n.º 286/86, aprova o Código das Sociedades Comerciais. <http://www.dre.pt/cgi/dr1s.exe?t=dr&cap=1-1200&doc=19862447%20&v02=&v01=2&v03=1900-01-01&v04=3000-12-21&05=&v06=&v07=&v08=&v09=&v10=&v11='Decreto-Lei'&v12=&v13=&v14=&v15=&sort=0&submit=Pesquisar>
- Morais, G. e Martins, I. (2007). Auditoria Interna – Função e Processo. 3ª Edição Áreas Editora.
- Moreira, N. (2009). A Auditoria (Forense) e a Fraude. Revista Visão, Edição março 2009, (p. 32-34).
- Moreira, N., (2009). Tese: “A forensic accounting em Portugal – evidências empíricas”, (p. 68).
- Moyes, G., Ping, L., e Landry, R. (2005). Raise the Red Flag. Internal Auditor, vol 62 (p. 47-51).

- Nehim, N. e Dunh, Y. (2005). Causa y origen de de la auditoria forense. El Contador Publico Edición Setembro-Outubro (p. 12).
- Nigrini, M., (2011) – Forensic Analytics: Methods and Techniques for Forensic Accounting Investigations. Hoboken, NJ: John Wiley & Sons Inc.
- Ohta, Y. (2008). On the Conditions under which Audit Risk Increases with Information. European Accounting Review, vol. 17, (pp. 559–585).
- Ordem dos Revisores Oficiais de Contas - Diretriz de Revisão/Auditoria (DRA) 400 – Avaliação do Risco de Revisão/Auditoria
- Organização das Nações Unidas - Convenção Contra a Corrupção. [http://www.unodc.org/pdf/brazil/ConvONUcorrup\\_port.pdf](http://www.unodc.org/pdf/brazil/ConvONUcorrup_port.pdf)
- Organização de Cooperação para o Desenvolvimento Económico - Convenção sobre a luta contra a Corrupção de Agentes Públicos Estrangeiros nas Transações Comerciais Internacionais. <http://www.gddc.pt/siii/docs/rar32-2000.pdf>
- Organização das Nações Unidas (2009) - Convenção Europeia - “Corrupção no Setor Privado”. [http://europa.eu/legislation\\_summaries/fight\\_against\\_fraud/fight\\_against\\_corruption/l33300\\_pt.htm](http://europa.eu/legislation_summaries/fight_against_fraud/fight_against_corruption/l33300_pt.htm)
- Parlamento Europeu e Conselho - Diretiva 2005/60/CE, de 26 de outubro, relativa à prevenção da utilização do sistema financeiro para lavagem de dinheiro do produto de atividades criminosas e do financiamento do terrorismo. <http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=OJ:L:2005:309:0015:0015:PT:PDF>
- Parlamento Europeu e Conselho - Diretiva 2006/43/CE de 17 de maio, relativa à revisão legal das contas anuais e consolidadas. <http://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=OJ:L:2006:157:0087:0107:PT:PDF>
- Peterson, B., e Reider, B. (2001). An Examination of Forensic Accounting Courses: Content and Learning Activities. Journal of Forensic Accounting, v. 2, (p. 25).
- Power, M. (2003). Auditing and the production of legitimacy. Accounting, Organizations and Society, vol. desc. (p. 379–394).
- Presidência do Conselho de Ministros - Decreto-Lei n.º 174/98, de 27 de junho, estabelece a criação da Ordem dos Economistas. <http://www.dre.pt/cgi/dr1s.exe?t=dr&cap=1-1200&doc=19981682%20&v02=&v01=2&v03=1900-01-01&v04=3000-12->

21&v05=&v06=&v07=&v08=&v09=&v10=&v11='Decreto-  
Lei'&v12=&v13=&v14=&v15=&sort=0&submit=Pesquisar

- Price Waterhouse Coopers (2011) – “Global Economic Crime Survey”.
- Public Company Accounting Oversight Board –Statements on Auditing Standards nº 1 – Codification of auditing standards and procedures. <http://www.sec.gov/rules/pacob/34-53427.pdf>
- Public Company Accounting Oversight Board – Statements on Auditing Standards nº SAS 82 – consideration of fraud in a financial statement audit, alterada pela SAS nº 99. <http://pacobus.org/Standards/Auditing/Pages/AU320.aspx>
- Public Company Accounting Oversight Board – Statements on Auditing Standards nº 99 – Consideration of fraud in a financial statement audit”. <http://www.aicpa.org/InterestAreas/ForensicAndValuation/Resources/FraudPreventionDetectionResponse/Pages/Summary%20of%20SAS%20No.aspx>
- Ramaswamy, V. (2005). Corporate Governance and the Forensic Accountant. The CPA Journal, v. 75, (p. 69-70).
- Ramaswamy, V. (2007). New frontiers: Training forensic accountants within The Accounting Program. Journal of College Teaching & Learning, vol 4, (p. 31-38).
- Rezae, Z., Crumbley, D., e Elmore, R. (2004). Forensic Accounting Education: A Survey of Academicians and Practitioners. Advances in Accounting Education Teaching and Curriculum Development, v. 6, p. 193.
- Santos, P., Faim, C., Silva, P., e Monteiro, R., (2009). Dissertação de mestrado: Auditoria em Sistemas de Informação – Gestão de Sistemas de Informação. Universidade de Coimbra, (p. 10).
- Sarbanes-Oxley Act (2002), de 30 de julho. <http://www.sec.gov/about/laws/soa2002.pdf>
- Seda, M. e Kramer, B. (2008). The emergence of forensic accounting programs in higher education. Management Accounting Quarterly, v.9, (p. 15-23).
- Silva, P., (2007). Dissertação de mestrado: A Função Auditoria de Sistemas de Informação: Modelo Funcional e de Competências. Braga: Universidade do Minho - Escola de Engenharia.
- Singleton, T., Singleton, A., Bologna, J. e Lindquist, R. (2006). Fraud Auditing and Forensic Accounting. 3th ed. New Jersey: John Wiley & Sons.

- Taborda, D. (2002) – Auditoria Forense – Tese de Mestrado em Contabilidade e Auditoria. Universidade Aberta, Coimbra.
- The Institute of Internal Auditors - Norma de Atributo 2210-A2, consideração por parte dos auditores internos da probabilidade de erros significativos, fraudes, não conformidades e outras exposições.  
[http://www.ipai.pt/fotos/gca/ippf\\_2009\\_port\\_normas\\_0809\\_1252171596.pdf](http://www.ipai.pt/fotos/gca/ippf_2009_port_normas_0809_1252171596.pdf)
- Vona, L., (2008). Fraud Risk Assessment - Building a Fraud Audit Program. 1th ed. New Jersey: John Wiley & Sons.
- Walker, P., Shenkir, W. e Barton, T. (2003). The Role of the Quality Internal Audit Support in Enterprise Risk Management (ERM) Practices: Evidence from Malasia. International Journal of Business and Social Science. Vol. 2, (p 5).
- Wells, J. (2003). The Fraud Examiners: Sleuthing Careers Bring CPAs Personal and Professional Satisfaction. Journal of Accountancy, v. 196, issue 4.
- Wells, J. (2004). New Approaches To Fraud Deterrence. Journal of Accountancy, vol 197, (pp 26-32)